

**Qual o papel das redes na construção da carreira de um grande
homem de negócios e sua relevância para o funcionamento do
Império?**

Tomás André Pinto de Albuquerque

**Dissertação apresentada para o cumprimento dos requisitos
necessários à obtenção do grau de Mestre em História Moderna e dos
Descobrimentos, séculos XV-XVIII, realizada sob a orientação científica
do Professor Doutor Jorge Viana Pedreira**

Outubro, 2016

Para a minha Mãe

Agradecimentos

Gostaria de dedicar algumas palavras de agradecimento a todos aqueles que de alguma maneira contribuíram para o meu sucesso e tornaram possível a realização deste trabalho.

Antes de mais, tenho que agradecer aos meus pais, por me apoiarem neste caminho que escolhi, mas também por me suportarem economicamente enquanto me dediquei de corpo e alma à realização da tese.

Não quero deixar ainda de fazer um agradecimento muito especial à Dra. Diana Martins, amiga, companheira e camarada, não só de trabalho em horas infindáveis de arquivos e bibliotecas, mas também de vida. Sempre me acompanhou e me incentivou e acreditou em mim. Sem ti não teria sido possível.

Há que dar também uma palavra de obrigado ao Prof. Doutor António Camões Gouveia, por ter aceite que fizesse um trabalho de melhoria de nota, que hoje é a base não só desta tese, mas também, estou certo, de toda a minha vida futura ligada à História.

Ao meu orientador, Prof. Doutor Jorge Viana Pedreira, agradeço a paciência das conversas e reuniões, das leituras da tese e das discussões quanto ao tema. Obrigado por me ter guiado, mas nunca ter querido moldar-me, deixando-me à vontade para construir a minha forma de pensar o tema e, consequentemente, o meu trabalho.

Por fim, um agradecimento final a todos aqueles que de uma forma ou de outra contribuíram para que fosse possível que esta tese se materializasse, seja por uma conversa esclarecedora, seja pela referência a alguma fonte ou bibliografia que ainda não conhecia. Agradeço pois ao Prof. Doutor Diogo Ramada Curto, ao Prof. Doutor Maximiliano Menz, ao Prof. Doutor João Figueirôa-Rego, ao Doutor João Paulo Salvado, ao Doutor Jesus Bohórquez, ao Doutor Valter Lenin Fernandes, ao Mestre Thiago Dias e ao Dr. Filipe Sousa Melo.

Não me posso esquecer também dos funcionários do Arquivo Nacional Torre do Tombo, da Biblioteca Nacional de Portugal e do Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, que me receberam e foram muito importantes para o meu sucesso pessoal.

Qual o papel das redes na construção da carreira de um grande homem de negócios e sua relevância para o funcionamento do Império?

Tomás André Pinto de Albuquerque

Resumo

Este estudo procura, através do exemplo da Casa Comercial de Jacinto Fernandes Bandeira, compreender de que forma são relevantes as redes que os homens de negócio estabelecem, no sentido de suportar os seus tratos comerciais à escala global.

Para isso procuramos reconstruir os seus negócios e a partir daí compreender a importância da sua teia de contactos, não só na obtenção dos contratos régios, mas sobretudo na manutenção dos mesmos, uma vez que estão espalhados por todo o mundo.

Procuramos também dar um contributo para a historiografia portuguesa no que toca a temas relacionados com os Homens de Negócio da Praça de Lisboa, seja quanto ao seu papel comercial, seja quanto à sua relevância social e política, pondo em evidência o papel deste homem que se tornou num dos mais ricos e importantes capitalistas do final do século XVIII.

Palavras-Chave: Homens de Negócios; Jacinto Fernandes Bandeira; Comércio; Tabaco; Escravos; Sal; Baleias; Redes

Abstract

This is the study of the commercial house of Jacinto Fernandes Bandeira, in order to understand the importance of the networks established by this man, and how they support this commercial business around the globe.

Based on this premise we will first rebuild the roots of business, and the structure that makes Fernandes Bandeira obtain and detain monopolistic contracts around the world.

Keywords: Business Man; Jacinto Fernandes Bandeira; Commerce; Tobacco; Slaves; Salt; Whales; Networks

Índice

Introdução.....	10
Portugal na segunda metade do século XVIII.....	20
De Viana a Lisboa.....	31
Tabaco Brasil para Espanha.....	34
Os Negócios.....	47
O tráfico de escravos e negócios conexos.....	47
Os contratos régios relativos ao Brasil.....	56
Comércio, contratos e influência política: o caso de São Paulo.....	59
O contrato geral do tabaco e outros contratos do Reino.....	67
Indústria e comércio.....	72
O Financeiro.....	75
Redes.....	89
Conclusão.....	110
Fontes.....	114
Bibliografia.....	125
Apendixe A: Árvore Genealógica.....	140

Lista de Abreviaturas

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo

ATC – Arquivo do Tribunal de Contas

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

AGS – Archivo General de Simancas

AGI – Archivo General de las Índias

AHNM – Archivo Historico Nacional de Madrid

BNA – Biblioteca Nacional da Ajuda

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

Introdução

Qual o papel das redes na construção da carreira de um grande homem de negócios e sua relevância para o funcionamento do Império?

Esta pergunta foi formulada num trabalho, iniciado ainda durante a licenciatura, a propósito do papel de um conjunto de famílias que José Augusto França apelida de *Burguesia Pombalina*, no seu artigo intitulado «*Burguesia Pombalina, Nobreza Mariana, Fidalguia Liberal*»¹. Entre elas figuram as famílias Cruz Sobral, Quintela, Machado, Caldas, Ferreira-Sola e ainda outras, se bem que de menor importância, quer política, quer económica. O que as une a todas é o Contrato do Estanco do Tabaco, que dominam de forma monopolística, garantindo para si o mais lucrativo fruto do Império. Identificados os membros constitutivos da elite comercial da segunda metade do século XVIII, procedemos a um levantamento exaustivo de informações a seu respeito, em arquivos e na bibliografia disponível. Nesse sentido, tal como indicado no título, o foco desta pesquisa é reconstruir as redes em que estes homens se integram, tentando compreender qual é o verdadeiro papel das mesmas para o giro mercantil e, por seu intermédio, para o funcionamento do comércio ultramarino e portanto para a conservação do próprio Império

No entanto, antes de abordar o tema, parece-nos importante situá-lo no contexto da problemática historiográfica dos comerciantes em Portugal e no mundo.

Aqui surge o primeiro problema, pois o conceito de burguesia permite abarcar um tão vasto número de pessoas, que se torna difícil de definir. Na entrada do *Dicionário de História de Portugal*, fica clara essa dificuldade de definição, uma vez que, esta está dividida por épocas, de forma a demonstrar a evolução do grupo². Desta feita para a Idade Moderna³, começa com a divisão feita por D. Duarte (Rei de Portugal), que tem uma visão da sociedade dividida em cinco estados. Às já conhecidas três ordens, patentes na divisão de tradicional, acrescenta mais duas: os oficiais e um outro que agrega aqueles que “usam algumas artes aprovadas e mesteres, como físicos, celorgiões, mareantes, (...)”. Assim, embora no século XVII, não tenhamos ainda uma

¹ FRANÇA, 1984

² MACEDO, 1979, p.397

³ A explicação relativa à Idade Moderna, na entrada sobre burguesia, é escrita por Jorge Borges de Macedo.

referência mais específica, é já possível ter uma ideia mais concreta. O que é de destacar, das palavras dos autores, é que “o termo, referindo um grupo social, não indica unidade nos recursos económicos, mas sim no tipo deles: «mais ricos em dinheiro do que em nobreza e claros avoengos»”⁴. Posto isto, chegando ao século XVIII, é mais fácil de identificar os membros deste grupo, onde se destacam, de forma clara, os homens de grosso trato, como os comerciantes de tabaco da praça de Lisboa.

Já Maximiliano Barrio Gozalo, dá-nos uma visão mais tradicional do que é a burguesia – “La burguesía forma un grupo bien diferenciado dentro de las clases populares, que agrupa a los mercaderes dedicados al comercio a larga distancia, los hombres de negocios, los fabricantes de paños y los maestros de algunos gremios, así como a los profesionales liberales de extracción universitaria del Estado y de la Iglesia o ejercen por libre su profesión”.⁵

Porém, à medida que este grupo se vai desenvolvendo internamente estratifica-se, como nos refere Braudel⁶. Esta complexificação, por sua vez, traduz-se numa hierarquia expressa em categorias que vêm dividir os comerciantes de acordo com a sua atividade e sobretudo com a quantidade de capital com que trabalham. Passamos, pois, a ter a diferença entre o mercador e o lojista, entre o comércio por grosso e a retalho. No caso português isto vem a ficar claro depois da criação da Junta do Comércio, que estatui esta hierarquia.

Esta distinção entra também no quotidiano dos mercadores, sendo que os que detêm mais capital e maior volume de negócios, serão chamados de Grosso Trato, começam a querer distinguir-se dos que lhes estão abaixo, não só no que toca às formas de vida, aproximando-se aos que lhes estão acima, os nobres, mas também procurando uma classificação formal das diferentes classes de mercadores⁷. Ou, mais tarde, procurando obter títulos nobiliárquicos, deixando de pertencer à burguesia e procurando, por sua vez, uma ascensão à nobreza⁸.

⁴ MACEDO, 1979, p.397

⁵ GOZALO, 2002, p.86

⁶ BRAUDEL, 1992

⁷ Braudel o exemplo da petição, em 1702, feita pelos mercadores franceses ao Conselho do Comércio, para que isso mesmo acontecesse. BRAUDEL, 1984

⁸ Não podemos deixar de referir, que para Braudel, a burguesia trai-se, ao adotar os modos sociais e as práticas económicas da nobreza. Traem o seu estado, ao aderirem à vida que depende das rendas da terra, tipicamente nobre, para levarem uma vida de ócio, onde o luxo e as cerimónias, correspondem à expressão social de uma elite da sociedade. Abandonam os negócios e o trabalho manual. Procuram chegar à nobreza pelo casamento das suas filhas ricamente dotadas. O dinheiro passa, pois, a comprar a

Neste caso, o que define esta distinção dentro do grupo, para além das questões sociais, é o capital, que se reproduz através do comércio. O crédito é o motor da economia, financia o comércio dos Impérios e é do benefício desse sistema que os mercadores europeus obtêm o seu lucro.

Para Braudel, o comércio de longa distância vem revolucionar não só as práticas comerciais, mas também os próprios mercadores. O mercador de longo curso olha para a sua cidade de origem, ao contrário dos outros, como apenas mais uma peça no seu jogo de trocas. Assim controlam tanto os locais de produção, como se necessário, os de transformação, procurando um domínio sobre as manufaturas.

Ao mesmo tempo, as distâncias aumentam a insegurança do investimento e, portanto, também o lucro que os comerciantes daí obtinham, pois permitia-lhes especular, uma vez que a escassez era também um fator determinante para a obtenção do seu objetivo final. “A superioridade incontestável do *Fernhandel*, do comércio de longo curso, é a *concentração* que permite e que faz dele um motor sem igual da reprodução e aumento rápidos do capital. Em suma, impõe-se a concordância com os historiadores alemães ou com Maurice Dobb, que viram no comércio longínquo um instrumento essencial da criação do capitalismo mercantil. E também da criação da burguesia mercantil.”⁹

Estes homens conseguem também dominar os mercados, sobretudo locais, (como é exemplo o caso do contrato do estanco do tabaco) quando se juntam em grupo e procuram controlar toda a produção, obrigando o mercado a comprar-lhes só a eles. Sendo assim, criam um monopólio que muitas vezes termina com a intervenção das autoridades. Também na escala global isto acontece e ainda com mais facilidade (ficando claro pelo exemplo do tráfico de diamantes¹⁰) ou não fosse a vigilância do Estado muito baixa, levando o mercador a procurar monopolizar o mercado.

Mas para que possamos compreender como funcionavam as redes de relações é preciso ter em conta sentimentos e juízos subjetivos, enunciados por Fernand Braudel,

condição, que não é total pois o preconceito vai sempre existir. Olhemos às suas palavras - “O serviço ao Rei facilita muito rapidamente a ascensão à nobreza; por este caminho, (...), a burguesia perde-se. Renega-se tanto mais facilmente quanto o dinheiro que distingue o rico do pobre, no século XVI; vale já como atributo de nobreza. (...) a terra é aristocrática por vocação.” BRAUDEL, 1984, p.88. No entanto, este argumento parece não colher. Pedreira (PEDREIRA, 1995) e nós na sua esteira, dado que não considera que aqui haja qualquer traição, mas sim uma ascensão natural dentro da sociedade, onde a progressão social não é tão estanque como se poderia imaginar.

⁹BRAUDEL, 1992, p.358

¹⁰ Vide, VANNESTE, 2009

tais como confiança, segurança, informação ou a reputação. Exemplo disso é o desenvolvimento de instrumentos jurídicos ou económicos, de cariz universal, como forma de aumentar o sentimento de segurança. Por sua vez, a circulação de correspondência entre comerciantes permitiria a troca de informação, não só sobre negócios, mas também sobre os próprios comerciantes, que assim se policiavam entre si, sendo cada indivíduo obrigado a zelar pela sua conduta e dos seus. Esse era também o papel de algumas instituições comerciais.

Tudo isto era determinante para o desenvolvimento de uma boa reputação, que levaria ao sentimento de confiança, produzindo a segurança necessária para o desenvolvimento do comércio de longo curso. Este assentaria numa malha de redes que faziam circular o comércio e o capital mundial.

Todos estes mecanismos são essenciais para que seja possível uma cooperação, que por sua vez, permitem a criação de uma rede.

No que toca à visão da historiografia, há um despertar para este tema nos anos 1980 e 1990, em França. Assim, os historiadores vão beber à Teoria Social de Redes. Com Durkheim há uma chamada de atenção para os laços interpessoais, segue-se Simmel que põe em evidência o papel dos grupos de indivíduos. Mas será com a escola de Chicago, que se trará para o campo da análise sociológica a questão das redes, dando-lhe consistência sistemática e teórica. Norbert Elias sustenta que existem vastas relações de interdependência entre os indivíduos (configurações), sendo estas que suportam a sociedade. Além disso, desenvolveu-se uma metodologia de análise das redes (*network analysis*) que permitiu representar as suas configurações e identificar a importância relativa e a intensidade de laços e posições e foi principalmente aplicado ao estudo de relações de parentesco e de género, sistemas de patrocínio e de clientelas, incluindo na esfera política, o acesso ao mercado de trabalho e a estratificação profissional e social.

Beneficiando dos novos contributos teóricos e conceptuais e de novas técnicas de análise, alguns historiadores focaram-se nas teias de relações entre indivíduos, procurando estudar o impacto das mesmas em vários processos históricos. Como refere Ana Sofia Ribeiro: “Some historians began to focus on the individuals as agents of evolution and change through time, developing microscopic approaches of historical dynamics promoting microhistory, prosopography, biography, and using private documentation, as correspondence. (...) With an increasing influence of Anthropology

among historians, it had been assumed that the family or the neighborhood are key elements of the social tissue, base and motor of internal social functioning, dynamics and logics.”¹¹ Consequentemente, conclui a autora, a palavra rede está cada vez mais presente na linguagem dos historiadores, seja nos estudos da família ou económicos¹².

Ainda antes destes desenvolvimentos, a ideia havia sido explorada por Fernand Braudel¹³ e por autores que se dedicaram ao estudo das correspondências entre mercadores, sobretudo os comerciantes italianos e ibéricos, procurando conhecer as relações entre eles. No entanto, em todos estes trabalhos, não se aprofundou uma formalização do conceito de rede mercantil. Algumas tentativas de sistematização podem ser encontradas nas introduções a coleções de estudos sobre o tema¹⁴. Um ponto de partida poderá ser o conjunto de trabalhos apresentados num seminário organizado por Diogo Ramada Curto e Anthony Molho, no Instituto Europeu em Florença. Estes estudos procuram definir o conceito no quadro da relação com outros conceitos, tais como ‘sistemas complexos’¹⁵, ‘interdependência’¹⁶, ‘reputação’, ‘dinâmica’ ou ‘processo de evolução’.

Estes trabalhos foram reunidos num livro chamado *Commercial Networks in the Early Modern World*¹⁷. Nesta obra, Ramada Curto e Anthony Molho chamam a atenção para o estudo de Braudel, que na sua perspetiva pode ser o ponto de partida para a

¹¹ RIBEIRO, 2011, p.31

¹² RIBEIRO, 2011

¹³ BRAUDEL, 1992

¹⁴ Veja-se, por exemplo, SUBRAHMANYAM, 1996

¹⁵ Este conceito fica claro no trabalho de David Hancock (Hancock, 2002), que procura através da análise do mercado em torno do Vinho da Madeira, compreender a interligação entre todas as partes deste comércio, desde a produção ao consumo, pondo sempre em destaque as ligações comerciais que se constroem em torno desse mercado atlântico e da sua comunidade comercial. Introduce o conceito de sistemas complexos (complex systems), tendo por base as ciências naturais, como a biologia ou a química, e procura aplicá-lo aos sistemas sociais e económicos que se desenvolvem em torno das transações comerciais. A estes sistemas podemos também dar o nome de não lineares, adaptativos ou sistema de redes.

Para o autor, nos séculos XVII e XVIII, as redes sociais e económicas são sistemas complexos apenas controlados pela negociação e a competição, a par do interesse comum, ficando o controlo metropolitano relegado a um segundo plano. O que se pretende chamar para um primeiro plano da análise histórica, é de que é necessário ter em conta um conjunto de vetores e fatores, que influenciam todo o processo da construção da rede, desde a produção do produto até à sua venda, por mais subjetiva que seja essa influência.

¹⁶ Daviken Studnicki-Gizbert usa o conceito de interdependência aplicado às redes de comerciantes portugueses que atuam no atlântico nos séculos XVI e XVII. Esta ideia de interdependência serve para descrever o culto da distribuição do risco e da normatividade, racionalidade e prática do dia a dia da obrigação coletiva. Isto vem, pois, opor-se às ideias até então defendidas que se baseavam numa primordialidade da religião, fraternidade e na manutenção de um interesse próprio, para sedimentar estas redes. STUDNICKI-GIZBERT, 2002

¹⁷ Aqui podemos incluir historiadores como Francesca Trivellato, David Hancock, Stuart B. Schwartz, Daviken Studnicki-Gizbert ou Tijl Vannest.

análise feita no Atlântico, na Ásia, na Indonésia e na China. Braudel, ao dedicar-se ao estudo do Mediterrâneo, vai focar-se nas trocas comerciais, potenciadas pelo despontar do capitalismo na época moderna. Uma das perspetivas de Fernand Braudel é de que o Mediterrâneo está ligado por uma malha de interconexões, formando uma vasta rede, com o fim de estabelecer e desenvolver o comércio.

Ao encontrar estas redes no Mediterrâneo, Braudel procura fazer uma comparação com o que se passa em outras partes do mundo, seja na Indonésia, seja na China ou Japão constatando que o mesmo vai acontecer. Também quando os portugueses chegam à Ásia, vão procurar introduzir-se nestas redes, que estão já bem definidas e formadas, tentando controlá-las, sendo exemplo disso a concessão de cartazes, ou seja, licenças de navegação. Também Sanjay Subrahmanyam procurou demonstrar que no Oriente, tal como no Ocidente, as relações e as redes comerciais também se tinham estabelecido¹⁸.

Estes foram os primeiros passos dados por Braudel, sobre os quais, segundo Diogo Ramada Curto e Anthony Molho, podem avançar os historiadores que se interessam pela História Económica Global. Do mesmo modo, a perspetiva interdisciplinar, articulando a História, a Geografia, a Sociologia e a Antropologia, foi outra das vias abertas por Braudel e hoje seguida por muitos historiadores.

Há uma interconexão entre sociedade e a economia. É neste sentido que os autores dos ensaios que fazem parte do livro organizado por Ramada Curto e Molho analisam diferentes comunidades mercantis e detetam elementos comuns. A primeira delas é que nos vários sistemas estudados, da Europa à Ásia, encontramos a reputação como um fator determinante da construção e funcionamento das redes de mercadores. Outra das características comuns que permite compreender as bases da construção de cada uma das redes é o peso da cultura de cada grupo de comerciantes. Um terceiro fator comum é o interesse comum, que ajuda, como é claro, a sedimentar estas relações entre diferentes mercadores de diferentes grupos étnicos.

Neste ponto, vejamos o trabalho de Francesca Trivellato¹⁹, em que procura identificar a diferença entre *diasporas mercantis* (*trading diasporas*) e *redes comerciais* (*merchant networks*). Em primeiro lugar diz-nos que os antropólogos utilizam sempre o

¹⁸ SUBRAHMANYAM, 1993 e 1996

¹⁹ TRIVELLATO, 2002

primeiro termo e os economistas o segundo. No entanto, segundo a autora, as palavras podem muitas vezes transcender os seus significados literais, e é isso que aqui acontece. No caso do primeiro termo, fica implícito que há vinculação às normas sociais e culturais referentes à origem étnica dos comerciantes que aí estão envolvidos. Já o segundo termo remete mais concretamente a uma racionalidade económica.

No que toca à diáspora, não é preciso haver uma assimilação para existir uma horizontalidade nas trocas comerciais entre a minoria, que resulta da diáspora, e a maioria, que predomina nos lugares por onde se dissemina. Posto isto, esta não é a mais correta expressão a ser utilizada, pois o que se tem vindo a provar é que as questões religiosas, étnicas e culturais não são muitas vezes determinantes para a construção de uma rede à escala global²⁰.

Sugere que se utilize a expressão rede de mercadores, preferida pelos historiadores, mas que ainda assim não abrange todo o conceito que se pretende, uma vez que, por vezes, estas redes não são apenas compostas de comerciantes.

Para a autora, a melhor forma de abordar a questão é ter por base o método da análise de redes (*network analysis*), a que já aludimos. Fredrik Barth utilizando esta abordagem para estudar as relações interétnicas, afirma que os contatos entre diferentes comunidades não anulam as fronteiras entre elas. No entanto, o reconhecimento por ambas as partes das diferenças, bem delimitadas, leva a que se chegue a um equilíbrio em que seja possível produzir e promover essas relações. Os historiadores adotaram esta sugestão que aplicaram aos comerciantes, dado que, o método de análise de redes, elevando a rede social de metáfora a conceito, consegue preencher a distância entre os conceitos de diáspora e os modelos económicos, que pressupõem indivíduos atomizados e cuidando antes de mais dos seus próprios interesses²¹.

É assim que Francesca Trivellato, ao estudar o comércio de coral vermelho do Mediterrâneo e de diamantes da Índia, consegue identificar uma rede intercontinental, inter-religiosa e interétnica. Para que a rede pudesse estabelecer-se e funcionar foi necessário criar, entre os diferentes agentes e grupos, a segurança necessária. Para isso, cada grupo étnico desenvolveu no seu seio mecanismos de controlo das condutas dos seus membros, pois qualquer falha de um indivíduo podia prejudicar toda a comunidade e fazer gorar os frutos do comércio.

²⁰ Como fica claro em VANNEST, 2009

²¹ TRIVELLATO, 2002

Outros historiadores valorizaram posteriormente alguns fatores da atividade mercantil e das redes sociais que a suportam. É esse o caso de Jeremy Baskes²², que põe em evidência a importância da informação, considerando que esta é o mais determinante dos fatores para o desenvolvimento da atividade comercial. Dá como exemplo, para a obtenção segura da informação, a utilização de familiares como rede comercial, pois, normalmente, estas relações são um garante da fidelidade à Casa, contribuindo todos para um bem comum. Por seu lado, a própria casa comercial procura estabelecer um conjunto de relações por todas as partes do mundo, tentando garantir o acesso a informação fidedigna, sobretudo através da troca de correspondência. O que determina a escolha destes laços é muitas vezes a reputação, conhecida no mundo comercial.

Xabier Lamikiz olha justamente para a reputação como um dos fatores mais determinantes para a constituição das redes comerciais. Os motivos dessa importância eram, “entre otras: las largas distancias, la lentitud de los medios de transporte, la precariedad del sistema de comunicaciones, el nivel de concurrencia, el patrón de comercio, el nivel de incertidumbre suscitado por el sistema legal y judicial, y el absoluto secreto en el que todos los comerciantes llevaban sus negocios”.²³

A reputação é fundamental como base para o estabelecimento da confiança. É com base na informação disponível sobre um determinado indivíduo que se constrói uma ideia de reputação, que é, portanto, socialmente construída. A este propósito Lamikiz aborda a questão da confidencialidade, dando como exemplo um caso acontecido em Bilbao, quando um magistrado público se arroga o direito de confiscar os livros de dois mercadores. Gera-se um movimento entre os comerciantes, pois estes consideravam que o seu direito à confidencialidade, um privilégio que lhes tinha sido concedido pelo Rei, tinha sido violado. Aqui a confidencialidade surge como garante das reputações dos comerciantes, de onde se deduzia a boa-fé, essencial para existir a confiança necessária na persecução do comércio.

Em *Trade and Trust in the Eighteenth-century Atlantic World. Spanish Merchants and their overseas networks*²⁴ chama ainda a atenção para a importância das relações de amizade entre os comerciantes que, em seu entender, apesar do pouco destaque que a historiografia lhes tem dado por comparação com a família, não têm

²² BASKES, 2011

²³ LAMIKIZ, 2007, p.116

²⁴ LAMIKIZ, 2010

menos relevância. A palavra amigo está diretamente associada, no século XVIII, a uma pessoa de total confiança e/ou a um colaborador.

Tijl Vanneste, por seu turno, aponta a confiança como o fator mais determinante para a construção de redes comerciais. Esta é construída pelas relações sociais que os comerciantes desenvolvem entre si, assentes em laços familiares e de amizade, bem como uma identidade cultural comum. Afirmar ainda que estes não olham a questões religiosas ou culturais para desenvolver qualquer tipo de relação comercial²⁵.

Já Jesus Bohorquez encara o *status* como o fator mais importante na construção destas relações, relegando a confiança ou a reputação para um segundo plano. Bohorquez, diz-nos que “A diferencia de la *reputación*, comportamiento pasado del agente que podía brindar cierta probabilidad sobre su comportamiento futuro, el estatus, por su parte, reenviaba a una posición de jerarquías que generaba un impacto mayor en las respuestas de los demás agentes. El estatus, de manera contraria a lo que sucede con la reputación, era un capital simbólico transferible y se hallaba relacionado a su vez con una cadena de favores”²⁶.

Por outro lado, temos ainda que referir a contribuição de Avner Greif²⁷ que considera que para a constituição e conservação dos grupos comerciais é indispensável de uma instituição. Isto porque, à medida que as redes se alargam, torna-se mais difícil manter o controlo e a informação sobre todos os seus membros, o que pode pôr em causa as relações de confiança estabelecidas. Nesta perspetiva, as instituições, dotadas de uma capacidade de regulação, seriam fundamentais para a manutenção das redes. Esta ideia vai no sentido das de Charles Boxer²⁸ e John Elliot²⁹ a propósito dos impérios ibéricos, onde afirmam que o papel das instituições imperiais foi fundamental para a constituição das comunidades de mercadores, que se formam em torno do controlo dos monopólios³⁰. Na mesma linha de Greif, Sabouh Aslianian, ao estudar a comunidade

²⁵ “Networks functioned on sets of values that were general attributes to humans participating in social relationships, and trust and reputation do not only carry a moral evaluation with them that is applicable to commerce.” VANNEST, 2009, p.84

²⁶ BOHORQUEZ, 2016, p.29

²⁷ GREIF, 2006

²⁸ BOXER, 2014

²⁹ ELLIOTT, 2011

³⁰ Esta ideia vem a ser reforçada pelas palavras de Nuno Luís Madureira quando nos diz que a criação da Junta do Comércio era uma forma de, através da burocracia, “disciplinar os circuitos do comércio e condicionar a entrada nos negócios.” (MADUREIRA, 1997, p.46)

arménia, procura demonstrar a importância das instituições, neste caso não formais, para o controlo dos mecanismos de confiança dentro de um grupo³¹.

Nesta mesma linha, devemos referir a posição de Regina Grafe³², que concorda com o papel fundamental das instituições, tal como a pôs Avner Greif, enquanto fonte determinante da construção da confiança, fundamental para o desenvolvimento das relações comerciais.. Procuram colaboração em vez de hierarquia, o que lhes permite colaborar com os mais variados tipos de pessoas, desde povos de diferentes credos e religiões, até aqueles que supostamente estão acima de si na hierarquia social, podendo assim chegar aos locais de maior influência política. Nesse sentido Grafe afirma que “networks not only were institutions, but that the empire’s institutions were (mostly) networks”³³. Assim as instituições formais e não formais foram fundamentais para criar as condições de confiança, que permitissem as trocas a longa distância. As primeiras determinavam os padrões de comportamento e sancionavam prevaricadores, as segundas garantiam flexibilidade.

Há pois uma articulação dentro do Império, motivada pelo giro comercial, que leva a que os comerciantes, associados entre si, procurem alianças políticas que garantam a manutenção dos lucrativos monopólios, ao mesmo tempo que a própria Coroa procura manter os seus homens de negócios interessados, recebendo as suas taxas e mantendo os seus domínios. No entanto, não há sempre uma coincidência de interesses entre as instituições do império e os grupos de mercadores, mesmo quando têm uma expressão institucional reconhecida. As redes mercantis atravessam as fronteiras dos impérios, sustentam contrabandos e descaminhos, animam relações com os estrangeiros, quando não com os inimigos. Essa dimensão das redes deve ser considerada e é objeto de estudos recentes que abrem interessantes linhas de investigação³⁴.

³¹ ASLANIAN, 2006, olha para a confiança como um fator determinante para as relações comerciais. No entanto, procura pôr em destaque um grupo específico de comerciantes da Arménia. Estes são regulados por um ‘conselho de mercadores’, que impõem um conjunto de regras disciplinares, que asseguram a reputação dos comerciantes que fazem parte do mesmo. Nesse sentido a ligação étnica é aqui fundamental para a coesão do grupo, ao mesmo tempo que introduzem uma clausura grupal, havendo pois, uma endogamia, que por sua vez ajuda também a manter a coesão e a unidade do grupo, a par da disciplina imposta pelo “conselho”. Esta confiança, surge pois, da reputação que desenvolvem devido à regulação imposta.

³² GRAFE, 2014

³³ GRAFE, 2014, p.1

³⁴ ANTUNES e APOLÓNIA, 2016

Portugal na Segunda metade do Século XVIII

A historiografia portuguesa tem-se ocupado pouco das questões que acima referimos, sendo escassos os historiadores que tomaram como objeto de estudo problemas relacionados com o comércio e os seus agentes, ainda menos à escala global. Devem destacar-se alguns dos que se dedicaram ao estudo dos comerciantes portugueses. Vitorino Magalhães Godinho foi um dos primeiros e mais recentemente, os estudos verdadeiramente orientadores sobre a temática são os de David Smith³⁵ e de Jorge Pedreira³⁶. Beneficiando de uma pluridisciplinaridade que aplicam à História, apresentam uma nova forma de encarar a burguesia no contexto português. Não podemos esquecer também os estudos de Fernando Dores Costa³⁷, Nuno Luís Madureira³⁸, bem como de Leonor Freire Costa³⁹.

A questão que nos ocupa é a da formação e reprodução de um grupo de grandes negociantes, na segunda metade do século XVIII, depois de um longo período em que nunca chegou a consolidar-se plenamente, por diversas ordens de razões, da baixa consideração social do ofício de mercador à assimilação dos elementos mais bem sucedidos pela nobreza (um movimento que Braudel interpretou como a «traição da burguesia»); da participação da própria nobreza no comércio, apesar das restrições legais que se lhe aplicavam, à concorrência da Coroa nos tráficos mais rendosos, no âmbito do que Vitorino Magalhães Godinho designou como Estado-mercador⁴⁰.

Magalhães Godinho apresenta como explicações para as dificuldades de constituição de um corpo sólido de grandes mercadores o papel aglutinador da Coroa e a participação de outros indivíduos, não burgueses, na mercancia, além dos que designa cavaleiros-mercadores, estes surgem como uma condição social característica da sociedade moderna portuguesa. Eram nobres que no ultramar juntavam funções militares ou administrativas a funções comerciais e não se inibiam portanto de participar nos tráficos, ao serviço do Rei ou em serviço próprio. O cavaleiro-mercador era mais um comportamento que um estado claramente assumido, pois regressados à Corte, os nobres que praticavam o comércio, esqueciam esse passado e dedicavam-se apenas às atividades que cabiam à nobreza. A atividade comercial era proibida aos nobres, por lei,

³⁵ SMITH, 1985

³⁶ PEDREIRA, 1995

³⁷ COSTA, 1992

³⁸ MADUREIRA, 1997

³⁹ COSTA, 2002

⁴⁰ BRAUDEL, 1984, p.88 e GODINHO, 1968, pp. 61-62

nomeadamente pelas Ordenações Manuelinas⁴¹. Essa diretiva não era porém cumprida de forma escrupulosa e muitos eram os nobres ou clérigos que exerciam o comércio, utilizando para isso os seus caixeiros, que comerciavam em seu nome, não sujando assim as mãos numa prática tida como vil.

Esta prática era, também, o reflexo de um “Estado-mercador” que, procura uma participação direta no comércio, ao mesmo tempo que o procurava tributar, obtendo dessa forma uma parte substancial das receitas. Magalhães Godinho demonstra a dependência da Coroa relativamente às receitas geradas pelas relações com os domínios ultramarinos. No entanto, o crescente investimento do Estado no comércio obriga-o a recorrer ao crédito. Além dos empréstimos contraídos junto de grandes casas financeiras internacionais, a Coroa vai proceder, desde o reinado de D. Manuel I, à emissão de padrões de juro real, títulos de dívida a longo prazo e com juro fixo. Contudo, como notou Magalhães Godinho: “o Estado-mercador encerra pelo menos três contradições estruturais. Em primeiro lugar, constitui o seu capital graças ao imposto sobre as actividades comerciais-industriais privadas, logo a sua prosperidade é comandada pelo florescimento destas actividades; mas, como exerce ele próprio a mercancia, açambarca os tratos de apetitosos lucros e assim restringe o campo dos particulares, anemiza o sector particular e acaba por se anemizar a si próprio. Em segundo lugar, conquanto empresa mercantil, não organizou a sua gestão consoante as normas destas empresas. Em terceiro lugar, os privilegiados chamam a si os lucros, não se poupa para autofinanciamento, a fim de realizar novos investimentos. E como o Estado não assenta sobre as rendas fundiárias, mas mantém uma ordenação jurídica em estados ou ordens, essas rendas vão sobretudo para o clero e para os senhores, dando-se um atraso da estruturação capitalista da própria sociedade quando o Estado parecia ter enveredado por este caminho”⁴². Pelo investimento e endividamento do Estado, assim como pela sua capacidade de tributar ele acabava de concentrar uma grande parte do capital existente no país.

A estes fatores soma-se, como se disse, a visão social desprestigiante do estado de mercador, muitas vezes associado a uma ascendência étnica judaica, contra a qual prevaleciam preconceitos enraizados numa sociedade profundamente católica. Tudo isto levava a que a situação de mercador fosse muitas vezes uma condição de passagem,

⁴¹ PEREIRA, 1998, pp.324-334

⁴² GODINHO, 1968, pp. 61-62

como meio para atingir a nobreza. Isto torna-se possível a partir do momento em que a Coroa, distribui tenças e distinções honoríficas, como forma de retribuição dos serviços prestados pelos comerciantes, como nos referem por exemplo, João Cordeiro Pereira, para o século XVI⁴³, e Fernando Dores Costa, para os finais do século XVIII⁴⁴. No entanto, a limpeza de sangue, enquanto requisito para a obtenção dessas benesses, vai ser até então um fator importante.

Outro aspeto relevante da questão de que nos ocupamos diz respeito à individualização de um corpo de grandes negociantes dentro da burguesia portuguesa. No que toca às definições e distinções no seio da burguesia mercantil, João Pereira Cordeiro diz-nos que “as designações «mercador» e «homem de negócio» predominam sobre «negociante», embora o seu significado se confunda. Mas o principal factor de diferenciação social dentro do grupo mercantil consistia na distinção entre quem se dedicava ao comércio por grosso e quem praticava o pequeno comércio, a venda a retalho, actividade que era considerada «mecânica» ou vil e, por conseguinte, impeditiva da nobilitação.”⁴⁵

No século XVIII, a distinção fazia-se entre “homem de negócio” ou “negociante” e “capitalista”, sendo que para Dores Costa: “A primeira está legalmente delimitada, correspondendo uma tal formalização ao propósito de «régia protecção» desse grupo. O termo «negociante» não designa o conjunto dos agentes ligados aos vários níveis do comércio, designa apenas os elementos que se situam nos níveis superiores dessa actividade. O negociante situa-se acima do mercador, o retalhista, que possui uma organização própria”⁴⁶.

Esta demarcação materializa-se pela criação da Junta do Comércio por decreto de 30 de Setembro de 1755, instituição que ficou encarregada da supervisão da actividade mercantil e que, em resultado dos seus estatutos acaba por produzir uma classificação dos agentes mercantis. É portanto com Pombal que a diferenciação se institucionaliza. Cabe aqui considerar portanto o papel do ministro de D. José I, futuro Marquês de Pombal (1755-1777).

⁴³ PEREIRA, 1998

⁴⁴ COSTA, 1992

⁴⁵ MENESES, 1998, p.433

⁴⁶ COSTA, 1992, p.449

Na perspectiva de Borges de Macedo⁴⁷, as chamadas reformas pombalinas não avançavam apenas através da criação de novas instituições, mas também pela utilização das que já existiam, pondo-as ao serviço do seu objetivo. Ou seja, visavam a constituição de um Estado forte que se consolidava através da defesa dos interesses de Portugal, seja no contexto interno como externo, tendo como uma das principais preocupações a preservação dos interesses coloniais. Nesse sentido, a legislação pretendia, no campo económico, criar um conjunto de mecanismos que permitissem à Coroa preservar e aumentar as suas receitas fiscais, combatendo o contrabando, a fuga aos impostos e os interesses dos estrangeiros. Deste modo, a Coroa assegurava a manutenção de monopólios, que arrendava sob contrato aos comerciantes portugueses, garantindo receitas constantes.

Assim para a criação de um Estado forte era essencial a obtenção de rendimentos fiscais que o sustentassem. É, pois, com uma base doutrinária ligada ao mercantilismo que Sebastião José põe em prática todo um conjunto de medidas, que levassem ao cumprimento dos seus objetivos. Porém, segundo António César de Almeida Santos, a política pombalina não seguia uma orientação exclusivamente colbertista, havendo uma influência da doutrina de Wiliam Petty, autor da obra *Aritmética Política*. A preocupação do Marquês não era apenas a de aumentar a riqueza da Nação. O primeiro seria perceber como é que uma pequena monarquia e com pouco ativo humano conseguiria retomar o seu antigo poder, sendo para isso fundamental a criação de companhias comerciais e de uma classe de mercadores⁴⁸.

Com efeito, o Marquês, para além de ter feito cessar a distinção entre cristãos velhos e cristãos novos, procurou criar um grupo forte de negociantes, que pudesse dominar o comércio colonial e que permitisse conservar a riqueza gerada dentro das fronteiras do Reino. Escolheu de entre os comerciantes, em parte através do favor pessoal, um grupo de homens que, pela sua capacidade enquanto capitalistas, irão dominar a arrematação dos contratos de concessão dos monopólios régios (por exemplo do tabaco, sal ou baleias) e de cobrança de vários impostos e direitos, e que ao mesmo tempo sustentam a obras públicas levadas a cabo pelo ministro no âmbito da reconstrução de Lisboa após o terramoto⁴⁹.

⁴⁷ MACEDO, 1989

⁴⁸ SANTOS, 2011, pp.2797-2805

⁴⁹ Kenneth Maxwell, caracteriza a ação pombalina da seguinte maneira “O ataque aos privilégios fiscais dos nobres, a nomeação de homens de negócios para cargos públicos, a permissão correspondente de os

Com o mesmo objetivo fundou um conjunto de companhias comerciais, aliciando os principais comerciantes para a participação no capital e na administração com a oferta de distinções honoríficas. A criação da Junta do Comércio, a que já nos referimos, está associada ao estabelecimento da primeira dessas companhias.

Antes da Junta, e com exceção da efêmera existência do consulado (1592-1602), a representação corporativa dos comerciantes era assegurada pela Irmandade ou Confraria do Espírito Santo da Pedreira (fundada no século XV, no reinado de D. Afonso V). Perde o seu protagonismo, no século XVII, para a Junta Geral da Companhia Geral do Comércio do Brasil⁵⁰, mas no início do século XVIII, com D. João V, volta a assumir a sua preponderância na representação dos comerciantes. Será no seu seio que se cria a Mesa do Bem Comum com funções consultivas sobre o comércio. Esta Mesa falará em nome do corpo de comerciantes levando-os a reclamarem perante o trono o direito a serem consultados no processo de criação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, a que davam voto negativo, o que constituiu o motivo para a extinção da Mesa e para a sua substituição pela Junta do Comércio por decisão de Pombal.

Com a Junta do Comércio surgem um conjunto de estatutos e normas que passam a regular o comércio e os seus agentes. Assim, em 1757, cria-se a Mesa do Bem Comum dos Mercadores, à qual são conferidos estatutos próprios, cristalizando a divisão entre comerciantes de grosso trato e de retalho. Além disso, com a lei de 30 de Agosto de 1770, torna-se obrigatória a matrícula na Junta para se poder ser homem de negócio, o que condiciona o acesso à profissão, que passa a ser considerada nobre. Como diz Fernando Dores Costa: “Na verdade, o que a lei pombalina consagra é um grupo no interior deste universo dos «negociantes»: os «negociantes de grosso trato». Refere-se deste modo a esse núcleo, (...), que ocupa o topo da hierarquia mercantil, marcado pela ausência de «especialização» e estruturado pelas ligações aos grandes tráficos intercontinentais e ao negócio do crédito.”⁵¹.

homens públicos praticarem atos de comércio e o uso da concessão de títulos de nobreza como incentivo para investir nas companhias privilegiadas, tudo isto se entrelaçou numa ação política abrangente.” MAXWELL, 2001, p.108

⁵⁰ A Junta Geral é um órgão da Companhia Geral do Comércio do Brasil, que encarna em si funções administrativas e de representação do corpo mercantil. Depois da supressão da companhia em 1664, este órgão, constituído por comerciantes, vai manter as suas funções. Em 1672, o seu novo estatuto confere-lhe poderes judiciais, equiparando-o aos tribunais régios e subalternizando as suas funções. Será extinta em 1720, sobretudo por ser incapaz de organizar regularmente comboios e não conseguir garantir a sua proteção. Quando isto ocorre, quem herda as suas funções administrativas é o Conselho da Fazenda, sendo que as funções representativas regressam à confraria do Espírito Santo da Pedreira.

⁵¹ COSTA, 1992, pp. 13-14

Segundo os cálculos de Jorge Pedreira⁵², o número de homens de negócio da praça de Lisboa, estava entre os 400 e os 500, a par dos grandes portos europeus, como os de Espanha, França, ficando só atrás de Londres, que na sua maioria tinha comerciantes de origem estrangeira. Porém, para Pedreira, se no reinado de D. José I podemos identificar uma elite de homens de negócio, são poucos os que se mantêm ou os respetivos descendentes, no trato. Ou seja, embora aqueles que se encontram nos escalões superiores permaneçam por mais tempo em atividade, não há ainda uma cristalização do grupo e assistimos a uma certa renovação mesmo entre os que detêm os contratos da Coroa: “Assim, no período pombalino, apesar de uma pronunciada estratificação que atravessa o corpo mercantil, e que a repartição da décima atesta de forma eloquente, a elite é ainda relativamente alargada e até, de certo modo, flutuante.”⁵³

Em 1777, D. José I parte da vida presente, sentando-se no trono a sua filha D. Maria I. Há um período inicial do seu reinado, que fica conhecido como «a Viradeira», sendo Pombal banido da Corte. No entanto, muitos dos que com ele trabalharam ficam e mantêm ou assumem funções ministeriais, como é o caso de Martinho de Mello e Castro. Também os comerciantes, apesar das censuras de que são alvo, mantêm a sua posição, uma vez que o Estado precisa da sua colaboração, seja porque assumem os contratos mais importantes, seja porque são eles que fornecem o crédito à Coroa.

Constitui-se então um grupo de grandes comerciantes que vai dominar os principais contratos com o Estado, cujos lucros contribuem largamente para a formação do seu capital, que também investiam nos negócios ultramarinos. Dispõem de fundos líquidos para suportar boa parte dos empréstimos, de que, desde finais do século XVIII, a Coroa recorrentemente necessita. Cria-se assim uma forte interdependência entre estes grandes negociantes e a Coroa, que depende deles para se financiar e para animar o comércio colonial que tanta importância tinha para a sua sustentação. Será, por isso, relevante analisar as circunstâncias concretas em que se estabelecem as relações entre as instituições da monarquia, e os oficiais régios, e os homens de negócio e as redes que constituem.

Definidas as condições da formação de um grupo sólido de homens de negócio, cabe considerar as formas da sua reprodução e recrutamento. No que toca à sua origem

⁵² PEDREIRA, 1995

⁵³ PEDREIRA, 1995, p.164

geográfica e social, Pedreira diz-nos que na sua maioria são provenientes de espaços rurais, principalmente do Minho, tendo os seus antepassados mais diretos ocupado a profissão de lavradores ou artífices. Ao comparar com outras praças europeias, como Londres ou Paris, vemos que Lisboa, a par de Cádis se torna atípica, pois a maioria dos homens de negócio não tem uma origem numa família em que a prática do comércio esteja estabelecida e em grande parte a transmissão do negócio não se faz de pais para filhos. Ou seja, praticamente até finais do século XVIII, são raríssimas, em Lisboa, dinastias de comerciantes, ao contrário do que vemos acontecer, por exemplo, na praça de Londres.

Com efeito, não estava no horizonte da maioria dos negociantes a constituição de uma Casa, como era comum entre a aristocracia. Assim a preocupação em criar vínculos e comprar terras, estava ligada à questão da ascensão social e não à constituição de uma dinastia de negócios, de que retirava recursos. Os filhos não se preocupavam, muitas vezes, em seguir os negócios dos pais. A disseminação do património era também frequente, uma vez que era habitual serem contemplados pelas heranças familiares parentes não diretos. Em resumo, a principal preocupação dos homens de negócio era prover os filhos de condições para uma vida confortável e conforme ao estatuto social que ambicionavam para eles, não sendo a sucessão nos negócios e ainda menos a constituição de uma dinastia comercial a forma obrigatória de atingir esse mesmo fim

Em todo o caso, os familiares – tios e primos, em particular – e os conterrâneos, mesmo que não sejam eles próprios comerciantes, desempenham com frequência um papel da maior importância para acolher e auxiliar os que buscam na capital do Império o desenvolvimento de uma carreira no comércio.

No que toca aos casamentos estes serviam mais para consolidar as carreiras dos comerciantes, do que para as lançar. Apesar de haver alguns exemplos, revelados por Pedreira, de homens que casam com filhas, primas, parentes ou viúvas de negociantes e que entram por essa via no trato, a regra é que o casamento aconteça após o negócio estar consolidado. Posto isto, reduzido era o número de homens de negócios que casavam as suas filhas com homens do mesmo meio, sendo que “apenas para 17,7% dos membros do corpo mercantil o matrimónio poderia ter representado a admissão num

meio familiar com ligações aos negócios.”⁵⁴ A idade média de casamento era por volta dos 34 anos, muito mais elevada do que a idade comum para a época.

Já no que se refere à participação da família nos negócios, trata-se de uma prática recorrente, ainda que, como já foi referido, a regra não seja a transmissão de pai para filho. A confiança gerada pelo conhecimento anterior, resultante de laços de sangue e casamentos, constituiu a base para o estabelecimento de redes de negócio, que por vezes alcançaram grande extensão geográfica. Na sede do negócio ficava um ou mais membros da família, normalmente o fundador, sendo os demais enviados para os diferentes pontos de interesse, criando-se dessa forma uma rede mercantil de base familiar⁵⁵.

Esta ideia é expressa de forma muito clara por Jorge Pedreira e também nos estudos já citados reunidos e editados por Diogo Ramada Curto e Anthony Molho, nos quais não se esquece a importância da família na construção das redes⁵⁶, nomeadamente o caso dos mercadores estudados por Francisca Trivellato⁵⁷ que, embora trace uma rede global não deixa de referir as ligações locais, também valorizadas por Sebouh Aslanian⁵⁸, ou por Jeremy Baskes⁵⁹.

Numa análise da organização do comércio entre Portugal e Brasil em meados do século XVIII, Leonor Freire Costa e Maria Manuela Rocha⁶⁰ questionaram a validade das relações familiares como garantia de confiança, apresentando o caso de Francisco Pinheiro, comerciante que, por mais de uma vez, sofreu graves prejuízos provocados pelos seus parentes que escolheu para agentes dos seus negócios. Poderá tratar-se apenas de uma exceção num universo de muitos outros que recorrem aos seus familiares na gestão dos negócios. As autoras não põem em causa o papel da família nos tratos comerciais, afirmando contudo que, por vezes, a distância que separava os agentes dos

⁵⁴ PEDREIRA, 1995, p.259

⁵⁵ Não podemos esquecer ainda «o dever de gratidão», expressão de António Manuel Hespanha, que também temos presentes nestas relações familiares. Eram postas em prática muitas vezes. Era um dever que se desenvolvia sobretudo entre Pais e Filhos, traduzindo-se no dever do filho auxiliar o pai em caso deste ter necessidade, mas que se podia transplantar, para as relações entre tio e sobrinho ou entre irmãos. HESPANHA, 1993

⁵⁶ Como nos diz Jorge Pedreira, muitas vezes os irmãos eram repartidos pelos vários pontos do Império, gerindo cada um uma sucursal da casa e repartindo no final os lucros do negócio. Tal acontecia entre tios e sobrinhos, e/ou primos e pais e filhos. Estas relações permitiam muitas vezes a criação de novas casas de comércio, que surgiam por empréstimo de capital ou por entrada em negócios onde um dos sócios contribuiria com a maioria do mesmo ou até a totalidade. PEDREIRA, 1995

⁵⁷TRIVELLATO, 2009

⁵⁸ASLANIAN, 2008

⁵⁹BASKES, 2013

⁶⁰COSTA e ROCHA, 2007

principais dava-lhes uma autonomia propícia ao oportunismo e ao abuso da confiança, levando por vezes à ruína dos seus correspondentes. No desenvolvimento deste estudo, em trabalho de maior fôlego realizado com Rita Martins de Sousa, propõem uma interpretação da construção das redes que animavam o comércio luso-brasileiro, nomeadamente o transporte do ouro, assente no recurso a comissários volantes que faziam as viagens entre a metrópole e a colónia, tal como há muito já se praticava no Atlântico Norte, que conjugavam com as relações com comerciantes residentes. Deste modo, sustentam que “a regular deslocação de uns acelerava a circulação de informação e oferecia condições de monitorização dos residentes”⁶¹.

É este o contexto em que se inscreve o presente estudo. Tendo a historiografia revelado as dimensões principais da formação e reprodução do corpo dos homens de negócio, em geral, procuraremos, a partir de um caso particular, iluminar alguns aspetos desses processos com o pormenor que só uma abordagem biográfica proporciona. A nossa escolha recaiu sobre Jacinto Fernandes Bandeira, o 1.º Barão de Porto Covo da Bandeira, porque, por um lado, se enquadra nesse grupo de homens que, beneficiando das políticas de Pombal, em particular da consolidação dos contratos de monopólio e da participação nas companhias comerciais, reforçaram a sua posição no reinado de D. Maria, nomeadamente através do empréstimo e adiantamento de dinheiro à Coroa e que compunham o topo da hierarquia do grupo dos negociantes de grosso trato. E porque, por outro lado, representa um percurso excepcional, pelo alcance da promoção económica e social e pela relevância do seu papel enquanto comerciante, contratador e capitalista.

Procuraremos acompanhar o desenvolvimento da sua carreira e ao mesmo tempo identificar as diversas atividades económicas e financeiras em que foi participando. Esta articulação entre as redes sociais, não apenas mercantis, mas também políticas, em que se introduziu ou que construiu e que lhe proporcionaram a ascensão no corpo mercantil, e os negócios que foi desenvolvendo constitui o eixo principal deste trabalho. Uma vez que Jacinto Fernandes Bandeira participou ou animou diversos negócios por todo o Império Português e mesmo com o estrangeiro, trata-se de reconstituir a extraordinária extensão do comércio levado a cabo pela sua Casa mercantil, tentando mapear as suas ligações comerciais tanto no Império, como fora dele.

⁶¹ COSTA, ROCHA e SOUSA, 2013, p.163

Não esqueceremos também a importância das suas ligações políticas e sociais, que lhe conferiram um tratamento privilegiado em vários dos seus empreendimentos e que, abrindo-lhe as portas do Paço Real, lhe permitiram, ao que nos parece, estabelecer uma relação de certa proximidade com a princesa D. Carlota Joaquina, que não terá sido indiferente para o patrocínio que recebeu da Coroa em alguns dos tratos e para papel que desempenhou nos negócios do Estado. Neste capítulo, será interessante verificar como, entre as instituições do império e alguns dos seus principais agentes, por um lado, e as redes do negócio, por outro, pode haver uma próxima integração. É pelo menos o que mostra a acção de Jacinto Fernandes Bandeira, que será certamente relevante para a compreensão de dimensões fundamentais de funcionamento do império.

Este estudo assenta na análise de um conjunto de fontes primárias, decorrente das pesquisas feitas no Arquivo Nacional Torre do Tombo, Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, Arquivo Histórico Ultramarino, Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca do Palácio da Ajuda, Biblioteca Nacional de Madrid, Arquivo Geral de Simancas, Arquivo Geral das Índias e Arquivo Histórico Nacional de Madrid. Numa primeira fase, o trabalho passou por um levantamento exaustivo de informação arquivística sobre o grupo de comerciantes apelidado de «burguesia pombalina», acompanhado de um levantamento e leitura de bibliografia sobre o tema do comércio e dos comerciantes.

Numa segunda fase, depois de eleita a Casa comercial de Jacinto Fernandes Bandeira, como objecto central de estudo, concentrámo-nos na análise de documentos relativos à sua atividade.

A informação recolhida é complementada com a leitura de uma extensa bibliografia, que apresentamos no final, não só de carácter geral mas também específico, com o intuito de nos ajudar a perceber o espaço e o tempo em que este homem atuou, como também a compreender contextos e conjunturas políticas, sociais e culturais. Esta bibliografia ajudou-nos também a construir uma visão histórica e historiográfica do período a que nos dedicamos.

Pretendendo, na esteira da historiografia mais recente, estudar a escala das redes criadas ou mobilizadas por Jacinto Fernandes Bandeira, tentamos, esforçámo-nos por encontrar algum corpo de correspondência comercial com outros comerciantes, o que não foi possível, provavelmente porque as cartas e outros documentos trocados não resistiram ao tempo. Sendo assim, procurámos, através da documentação que

encontrámos nos referidos arquivos e bibliotecas, reconstruir de forma indireta os seus negócios e ligações, em toda a sua extensão. Seguindo a cronologia, numa primeira fase damos conta dos seus primeiros passos e da forma como se introduziu na vida mercantil portuguesa, procurando numa segunda fase dar conta das redes criadas por este homem, e que lhe permitiram ser um comerciante à escala global.

De Viana a Lisboa

Jacinto Fernandes Bandeira nasceu em Viana do Minho, aproximadamente em 1739. Não se tendo encontrado o seu assento de batismo⁶², sabemos, no entanto, pelo que nos diz o escrivão do Santo Ofício, que em 1769 teria cerca de 30 anos⁶³. Através do seu Processo de Justificação de Nobreza⁶⁴, temos a confirmação do lugar de nascimento, bem como do nome de seu pai, Luís Fernandes. Neste documento refere-se que “seus Pays e Avós forão pessoas Nobreas e descendentes das Ilustres Familias dos seus Apelidos”. No entanto, segundo a sua Habilitação à Ordem de Cristo⁶⁵, ficamos a saber que seu pai era sapateiro de profissão, seu avô paterno era galego e provavelmente os seus ascendentes seriam todos eles camponeses. Por Decreto Régio de 27 de Maio de 1772, que consta do processo de habilitação⁶⁶, ficou livre dos impedimentos que daí advinham.

A sua vinda para Lisboa, segundo Jorge Pedreira⁶⁷, terá sido quando tinha ainda 12 anos de idade. Por seu lado, José António de Arez Romão⁶⁸, afirma que Jacinto Fernandes Bandeira, chega à metrópole já com 19 anos de idade. Ambos concordam que terá entrado ao serviço de Domingos Dias da Silva, como caixeiro da sua Casa.

Segundo Jorge Pedreira “O estatuto do caixeiro (...) Confundia-se com o de aprendiz e representava, nesse caso, a forma de fazer o tirocínio e de adquirir experiência na actividade mercantil”, sendo por isso estes lugares, muitas vezes, ocupados pelos filhos dos comerciantes. “Mas havia também, por outro lado, os caixeiros «de salário», tanto no comércio por atacado como no comércio por miúdo. (...) decorrido algum tempo, os caixeiros podiam participar nos tráficos da casa ou fazer

⁶² Segundo José Aníbal Marinho Gomes, em artigo que escreveu na revista *A Falar de Viana* (GOMES, 2009, pp.245-249) Jacinto Fernandes Bandeira terá nascido em 28 de Março de 1745, na Freguesia de Santa Maria Maior, em Viana da Foz do Lima (atual Viana do Castelo). Filho de Luís Fernandes, artista na cidade e Domingas Antunes, ambos de condição modesta. No entanto, ao procurarmos nos registos online do Arquivo Distrital de Viana do Castelo, não conseguimos encontrar este mesmo registo, por forma a corroborar esta informação. A data sugerida pelo autor não coincide com a data que calculámos através do processo de familiar do Santo Ofício.

⁶³ ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Jacinto, mc.6, doc.69

⁶⁴ ANTT, Cartório de Nobreza, Processo de Justificação de Nobreza, mc. 39, nº8

⁶⁵ ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Habilitação da Ordem de Cristo, Letra J, mc.57, doc.5; ANTT, Habilitação da Ordem de Cristo, Letra J, mc.57, nº5

⁶⁶ ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Habilitação da Ordem de Cristo, Letra J, mc.57, doc.5

⁶⁷ PEDREIRA, 1995, p.239

⁶⁸ ROMÃO, 2011

alguns em seu próprio nome e, como se tornavam conhecidos na praça, ficavam habilitados a prosseguir as suas especulações em circunstâncias mais favoráveis”⁶⁹.

Jacinto Fernandes Bandeira, estava ligado a Domingos Dias da Silva, que o acolheu em Lisboa, por laços de parentesco estabelecidos pelo matrimônio, uma vez que o patrono era casado com uma sobrinha de seu cunhado João da Costa. Terá sido assim, segundo Albano de Sousa Pinto⁷⁰, que Jacinto terá conseguido vir para a capital do Reino e é na Casa do seu parente por afinidade, que dará os primeiros passos no mundo dos negócios.

Importa destacar que se não fosse esta vinda para Lisboa, o filho do sapateiro de Viana, jamais teria tido possibilidade de chegar a ser um dos maiores comerciantes portugueses da sua época. Para tal contribuiria não só a sua experiência inicial na Casa de Dias da Silva, como também a sua forte amizade com José Alves Bandeira, primeiro caixeiro de Domingos Dias da Silva e posteriormente seu sócio, nomeadamente no Contrato dos Escravos e Marfim de Angola.

Foi este seu conterrâneo, sócio no Contrato dos Escravos com Dias da Silva, mas também de Inácio Pedro Quintela, nos Contratos do Estanco do Sal do Brasil e no Contrato da Pesca da Baleia, que lhe legou, em 1780, por vontade testamentária⁷¹, a sua cota de 1/16. Além disso, deixa-lhe as quintas que tinha no termo de Almada, assim como a casa onde habitava, na Rua de São Domingos à Lapa em Lisboa, juntamente com todo o recheio. Esta amizade pode ser ainda mais evidenciada pelas palavras do testador, que justifica deste modo essas doações: “tudo em atenção, à boa união que entre nós tem havido, e ao trabalho e desvelo que ele tem tido nos negócios, assim como também em reconhecimento do grande afeto que lhe tenho.”⁷²

Ainda antes de estar na posse desta participação, sabemos que, em 1771, Jacinto Fernandes Bandeira, entra numa sociedade com Domingos Dias da Silva, seu filho João Baptista da Silva e Manuel Izidoro Marques, que tinha por objeto a compra de escravos em Angola para venda no Brasil. Fernandes Bandeira, Dias da Silva e seu filho seriam caixas em Lisboa, enquanto Manuel Izidoro Marques ficaria em Angola, sediado na cidade de São Paulo de Luanda, onde tinha já os seus negócios.

⁶⁹ PEDREIRA, 1995, p.209

⁷⁰ PINTO, 1991

⁷¹ ANTT, Registo Geral de Testamentos, Livro 313, fl.67v.

⁷² ANTT, Registo Geral de Testamentos, Livro 313, fl.67v.

Temos ainda conhecimento de que, em 23 de Julho de 1773, Jacinto compra o navio dinamarquês, Princesa de Inglaterra⁷³, e a 15 de Novembro de 1775 o capitão da sua Galera Santa Ana e São Domingos, António Duarte Lisboa, lhe passa uma procuração para a cobrança de fretes⁷⁴.

Entretanto, em 1774 seria agraciado com a Ordem de Cristo⁷⁵. Três anos depois arrematava, com Joaquim Pedro Quintela, o Contrato da Pesca das Baleias por doze anos, no qual entravam também José Alves Bandeira e Domingos Dias da Silva, além de Francisco Peres de Sousa.

Quer isto dizer que, apesar de ter entrado ao serviço de Domingos Dias da Silva, cedo começou a negociar por sua conta, não dependendo estritamente a sua entrada nos negócios da herança de José Alves Bandeira, tal como se pensava. Ou seja, se a amizade com Alves Bandeira foi determinante para o seu sucesso futuro, dado que através dela adquiriu uma vasta rede de relações que vão desde o Brasil a Angola, cedo, deu provas da sua capacidade de iniciativa e da sua arte nos negócios.

O caso da sua participação no Contrato do Estanco do Tabaco para Espanha, que dominará por mais de vinte anos, tanto pelo que revela das suas qualidades e da sua capacidade para reunir patrocínios políticos relevantes, como pela importância decisiva que teve na sua carreira e no desenvolvimento dos seus negócios, merece uma atenção especial.

⁷³ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 15, Livro 85, fl. 88 a 90

⁷⁴ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 17, Livro 91, fl.53

⁷⁵ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Habilitação da Ordem de Cristo, Letra J, mç57, doc.5

Tabaco Brasil para Espanha

O monopólio da venda de tabaco, em Espanha, está, tal como em Portugal, na mão da Coroa que procura controlar todo o mercado nos seus domínios, desde a produção até à venda. Porém, uma vez que o mercado espanhol exige tabaco de qualidade, como o do Brasil, a Coroa de Espanha vê-se obrigada, para responder a essas necessidades, a importar tabaco de fora dos seus domínios, o que, se por um lado vai representar um grande encargo para a fazenda real, por outro representava uma oportunidade lucrativa para os comerciantes portugueses.

Em Portugal, o tabaco também estava sob monopólio da Coroa, ou seja, sujeito ao regime de estanco. Este regime de controlo fora iniciado ainda no século XVII, por D. Pedro II que, em 1674, cria a Junta da Administração do Tabaco, como forma de controlar o comércio do tabaco entre o Brasil e o Portugal europeu.

Este mecanismo de controlo teria novo impulso com o consulado pombalino, no quadro da política de consolidação dos estancos. Sendo assim o tabaco era vendido em Lisboa, no Jardim do Tabaco, a preços baixos, mantendo assim a atração dos comerciantes internacionais⁷⁶. Este era depois reexportado para os mercados de Amsterdão e Hamburgo, que forneciam todo o norte europeu, e Génova, de onde era redistribuído para a Europa meridional.

Porém, o estanco espanhol exigia que o tabaco, mesmo estrangeiro chegasse aos seus portos em bruto para que fosse processado nas fábricas locais. Para obter a matéria-prima havia dois métodos: o primeiro era a compra direta, através dos empregados da Coroa; a segunda era a concessão de um contrato de fornecimento. Foi por esta segunda via que, durante o século XVIII, a Coroa se guiou, na opinião de Ferri⁷⁷, mais por imposições económicas que políticas, uma vez que desse modo o lucro decorrente dos contratos era gerado mais rapidamente e de forma mais segura.

Numa primeira fase, o fornecimento do tabaco brasileiro passava por compras de quantidades com valores pré-acordados, que deviam ser entregues em portos de destino estabelecidos. Estavam encarregues destas compras comerciantes espanhóis, nomeadamente de Barcelona e Alicante, que compravam o produto nos portos

⁷⁶ MELÉNDEZ, FERRI e LAFORET, 2000

⁷⁷ FERRI, 2003, p.651

genoveses, dado que a situação política tensa entre os dois reinos ibéricos assim o impunha.

Mas a primazia dos negociantes espanhóis neste fornecimento ia terminar em 1740 com o último contrato de fornecimento a cargo do espanhol, Bernardo Gloria. A partir deste momento seriam os comerciantes estrangeiros a controlar o abastecimento, pois “se estima entonces que el mejor modo para assegurar un abastecimento regular, suficiente y a buen precio, que evite el recurso al contrabando, seria el de acordar contratos largos com un número reducido de proveedores para, a cambio de la concesión de un privilegio quasi monopolístico y un negocio muy rentable, poder actuar directamente sobre ellos en caso de incumplimiento. En relación com estos novedosos planteamientos se produjo la entrada de los comerciantes extranjeros en el ámbito del monopolio español, pues ellos eran los únicos capaces de soportar los riesgos siempre elevados de los simultáneamente atractivos negocios con las Monarquias, pues tendrían que adelantar cantidades importantes de dinero, establecer contactos a escala mundial, diseñar una administración permanente para garantizar el abastecimiento continuado.”⁷⁸ Caberia pois à Real Fazenda garantir o pagamento em pesos espanhóis e permitir a saída dos metais, mediante o fornecimento de tabaco à Coroa.

Assim, um dos primeiros fornecedores estrangeiros vem ser a casa Gildemeester, com sede em Lisboa e encabeçada pelos irmãos Daniel e João, que entre 1744 e 1750 aprovisionaram a Espanha de folha de tabaco Brasil. Este contrato foi firmado com enormes vantagens para os assentistas que tinham direito a retirar do país o metal obtido, sem necessidade de fazer para o efeito qualquer pagamento à fazenda real. Para seu benefício aumentaram ainda os preços 15% acima do convencionado, e modificaram os locais de distribuição e os custos⁷⁹.

O segundo contrato, entre 1760-1762, foi arrematado por uma sociedade de comerciantes de Lisboa, Duarte Lopes Rosa, detentor do contrato do tabaco em Portugal e protegido do marquês de Pombal, e António José Jorge. Segue-se no contrato José António Cathelan entre 1765 e 1780. Apesar do contrato estar entregue a estrangeiros, o período entre 1744 e 1780 foi aquele em que a Renta, a instituição que o administrava, conseguiu menores preços pelo tabaco, impôs os locais de entrada de origem do produto, ao mesmo tempo que intensificou as exigências de qualidade.

⁷⁸ FERRI, 2003, p.651

⁷⁹ FERRI, 2003

A partir de 1780 e até 1799, Jacinto Fernandes Bandeira, ficará com o domínio absoluto do contrato⁸⁰.

Porém, isto só irá acontecer, porque na década de 1770 José António Cathelan faliu, depois de um dos seus sócios estrangeiros, a casa Bonifas Glasgskock ter perdido o controlo das suas contas, arrastando o seu associado para a desgraça. O contrato que este detinha, era não só importante para quem o detivesse, por ser lucrativo, mas também, tanto para a Coroa portuguesa, como para a espanhola. No caso da primeira, garantia a exportação de um produto dos domínios e o pagamento de direitos, no caso da segunda, respondia à pressão do mercado interno, uma vez que o consumo do tabaco Brasil era muito significativo. Além disso, a revenda do tabaco por conta da Coroa assegurava-lhe não só os lucros respectivos como o pagamento de impostos com que onerava o produto e que contribuíam para as receitas do Tesouro que tinha de fazer face a enormes encargos⁸¹.

Ora por estes motivos, interessava que não se perdesse este vínculo ibérico e foi necessário encontrar uma solução para o problema. Em 30 de Abril de 1774, a Rainha toma então as providências necessárias. Não estava apenas este contrato em risco, mas sim o comércio do Reino, dado o volume de negócios que Cathelan tinha, implicando várias casas comerciais da praça lisboeta. Decide-se então considerar insolvente o contratador, nomeiam-se quatro administradores para a casa e procura-se manter o giro até os credores verem as suas dívidas satisfeitas. Há ainda uma tentativa de estabelecer um acordo entre José António Cathelan e Bonifas e Irmãos & Comp., mas que não é bem-sucedido⁸². No entanto, o resultado não será positivo. Esta situação é descrita pelo embaixador de Portugal em Espanha, Francisco de Saavedra, em carta ao monarca Bourbon. Explica o embaixador, que por Decreto Régio, decidira a Rainha pôr fim ao papel de José António Cathelan, sendo este substituído por uma sociedade criada para esse efeito⁸³ e composta por José Alves Bandeira, Jacinto Fernandes Bandeira e pelo filho do antigo contratador João Pedro Cathelan. Assim, a partir de 11 de Agosto de

⁸⁰A primazia dos portugueses, justifica-se pelo seu esforço em manterem esse contrato, apoiados que estavam pela própria Coroa de Portugal, que tinha um interesse direto em manter esse negócio nas mãos de portugueses e também de manter Lisboa e o Jardim do Tabaco, como ponto de controlo desse mesmo mercado.

⁸¹ Archivo Histórico de Madrid, Estado, 3200

⁸² PEDREIRA, 1995, p.293

⁸³ Não podemos deixar de referir que, apesar de o contrato ser com a Coroa de Espanha e portanto ser arrematado por ela, a Rainha de Portugal decide que se deve entregar a administração do mesmo a outras pessoas, tendo essa decisão efeitos em Espanha.

1777, estes homens tomam posse do contrato do Tabaco Brasil para Espanha⁸⁴, que se mantém até 31 de Dezembro de 1782 sob o controlo da sociedade. Procuram numa primeira fase manter o mesmo procurador de Cathelan pai, D. António Carbony, passando-lhe para isso procuração em 12 de Agosto de 1777⁸⁵. Nesse sentido escrevem-lhe dando-lhe indicações sobre a forma de como proceder. Segundo o que a carta dá a entender, depois dos três sócios se terem reunido com o confessor da Rainha, ou seja, o Arcebispo de Tessalónica, o procurador deveria tentar aliviar algumas condições do contrato e obter mais alguma vantagem que daí pudesse advir, junto do ministro da fazenda espanhol⁸⁶.

Ao que parece a relação com D. António Carbony não foi a mais saudável, uma vez que, estava relacionado com o antigo contratador. Consequentemente, em 22 de Maio de 1778, passaram procuração a D. Estevão Drovillete⁸⁷, comerciante em Espanha, detentor do contrato de fornecimento de bacalhau de Madrid, para que tomasse o lugar de D. António, mas tal não chega a acontecer⁸⁸. Nomeiam, então, João Baptista Larrea como procurador, a 3 de Setembro de 1778⁸⁹. Além disso, como forma de assegurarem a venda de todo o tabaco de forma monopolista, pedem à Rainha que lhes garanta a exclusividade da venda, pelo menos enquanto houvessem sobras, alegando que devido ao baixo consumo que se verificava, estavam com dificuldade em desfazer-se de todo o tabaco comprado. Em 8 de Abril de 1778, a Rainha concede essa mercê⁹⁰, aconselhada favoravelmente pelos pareceres da Junta do Tabaco, e muito certamente do seu confessor.

Foi a oportunidade que permitiu a Jacinto arrematar a sua participação neste negócio. Para a aquisição do contrato foram peças chave a sua parceria com José Alves Bandeira, assim como o patrocínio que o Arcebispo de Tessalónica. Terá sido por sua influência a escolha dos homens que assumiriam a arrematação do contrato em sociedade com José Pedro Catelan? Não temos a certeza e sobre isso apenas podemos

⁸⁴ ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 18, 6/19/1/3, Livro 94, fl.4-5

⁸⁵ ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 18, 6/19/1/3, Livro 94, fl.5v.-6 e Livro 95, fl.43

⁸⁶ Archivo General de Simancas, SSH,1997

⁸⁷ ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 18, 6/19/1/3, Livro 95, fl.64-64v.

⁸⁸ Apesar de não sabermos o motivo da recusa para representar os comerciantes, sabemos que existe já uma ligação a Portugal. Este homem é o correspondente de Paulo Jorge, comerciante português que tem por comissão a compra de âncoras em Espanha, mais concretamente na Biscaia. Não sabemos, se também aqui a escolha não seria uma sugestão dos governantes, que recorriam aos que já anteriormente os tinham servido. ANTT, Ministério dos Negócios Estrangeiros, cx. 616 e 617

⁸⁹ ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 18, 6/19/1/3, Livro 95, fl.68-69v.

⁹⁰ AHU, Reino, Cx.43-A, pasta 15

especular. Para isso contribuiu certamente também, a compra das dívidas de Cathelan a Bonifas, operação que Bandeira executou, e que lhe conferiu, enquanto credor, a capacidade de influenciar a sucessão de João António Cathelan no contrato, uma vez que Bonifas era credor deste. Além disso, pela correspondência diplomática trocada entre Aires de Sá e Melo, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, e o secretário da legação em Madrid, António Lobo da Costa Gama, ficamos a saber que o papel do embaixador D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho terá sido de suma importância para a realização deste negócio⁹¹.

Este contrato era de facto bastante aliciante e por isso, findo o primeiro, Jacinto Fernandes Bandeira decide prosseguir o negócio, procurando uma nova arrematação.

Segundo Santiago de Luxán Meléndez, Sérgio Ferri e Juan Jose Laforet⁹², cerca de 1780, em Espanha, o preço da libra de tabaco atingia os 32 a 40 reais, enquanto que Portugal se mantinha nos 20 reais⁹³. Era pois bastante apetecível para quem detivesse o poder de vender este produto para Espanha. O tabaco chegado do Brasil tinha, obrigatoriamente, de entrar na Alfândega do Tabaco em Lisboa, sendo depois depositado no Jardim do Tabaco. Tal era a forma que a Coroa portuguesa tinha de cobrar os direitos, isto porque, o que estava sujeito ao estanco era a venda no Reino, não existindo uma obrigatoriedade de venda exclusiva aos estaqueiros. Assim, nas palavras de Aires de Sá e Melo, Jacinto Fernandes Bandeira era aquele que era mais elegível para manter o contrato, no caso de 1782, porque era ele quem tinha mais conhecimentos no Brasil, o que lhe garantia o fornecimento do produto de que a Coroa de Espanha necessitava.

Para além da forma oficial como o contrato entrava em Espanha, Meléndez, aponta aos contratadores portugueses um papel importante na participação no contrabando do produto. Este era feito da seguinte forma: o tabaco era levado até à raia, tendo os seus principais armazéns em Elvas, Campo Maior e Olivença. Daqui partia pela mão de contrabandistas espanhóis, até aos consumidores finais⁹⁴. Embora este tabaco fosse de menor qualidade, era vendido como se se tratasse de produto original. Assim compravam-no a cerca de 8 ou 9 reais e vendiam-no um pouco abaixo do preço

⁹¹ ANTT, Ministério dos Negócios Estrangeiros, cx. 616

⁹² MELÉNDEZ, FERRI e LAFORET, 2000

⁹³ Esta situação fica mais clara se olharmos à tributação que o produto já tem quando sai das fábricas espanholas. Sobre ele deve já estar contabilizado todo o valor das despesas com a viagem e transporte, sem esquecer a tributação fiscal, importa pela Coroa portuguesa.

⁹⁴ Archivo Histórico de Madrid, Estado, 3200

estipulado para o tabaco vendido pela Coroa, ainda que garantindo, por certo, uma margem de lucro. Podemos especular, embora não haja provas, de que os contratadores podiam participar e até facilitar este comércio, bem como a própria Coroa, uma vez que o que lhes interessava era obter a sua cota de lucro.

Findo o período de contrato foi preciso concorrer a nova arrematação. Jacinto Fernandes Bandeira da mesma forma que acontecera com a adjudicação original, recorre então à sua influência junto da Corte portuguesa para ser bem-sucedido. Disso mesmo nos dá conta Aires de Sá e Melo em carta de 19 de Março de 1782 a António Lobo da Costa e Gama: “Estará VM lembrado da negociação que o Sr. D. Francisco Inocencio, que Deus tem, patrocinou para se dar o contrato do Tabaco Brasil nesses reinos ao Negociante Jacinto Fernandes Bandeira, e sócios, e estando a acabar o tempo deste contrato deseja ele continuar, por cujo motivo VM falará ao Sr. Conde de Florida Branca, que tendo S. Exa. favorecido naquela ocasião neste negocio, se deseja que ele também agora assim faça, tanto mais porque ele terá conhecido o bem que este Bandeira serviu, e que da mesma sorte hade continuar o caso que o contato se lhe prorrogue”⁹⁵.

Não se pense, no entanto, que a mera influência diplomática seria suficiente. Na seguinte carta que escreve para Madrid, em 16 de Abril de 1782, dá conta que “Correu aqui a voz de que os contratadores que tomaram os estancos do tabaco neste Reino tinham também falado em quererem o contrato do tabaco nesse reino”. No entanto, estes negociantes negavam de forma veemente esse interesse e, em Maio do mesmo ano, Aires de Sá e Melo volta a escrever dizendo que não eram os comerciantes que tinham esse objetivo, mas sim Daniel Gildemeester na tentativa de retomar um negócio que outrora tinha sido seu. Nestes termos, havendo vários interessados de peso, é mais cauteloso nas instruções que dá ao secretário da legação em Madrid. Devia este comunicar ao Conde de Florida Blanca, “declarando-lhe isto mesmo, e que fazendo reflexão no que a VM acima digo, haja de resolver o que for mais conveniente ao serviço de Sua Majestade Católica; porque ainda que desejo se continue o Contrato ao Bandeira, hé porque creio que outrem o não poderá servir com tanta satisfação, nem que esteja em termos de ser como ele tão conveniente para o contrato”⁹⁶.

Com maior ou menor favor político em 1783, Jacinto volta a arrematar o contrato, agora por sua conta exclusiva. Este durará até 1787, mantendo-se João

⁹⁵ ANTT, Ministério dos Negócios Estrangeiros, cx. 616

⁹⁶ ANTT, Ministério dos Negócios Estrangeiros, cx. 616

Baptista Larrea como seu procurador em Madrid⁹⁷. Pelas condições estabelecidas Bandeira comprometia-se a colocar nas fábricas de Sevilha, Málaga, Almeria, Cartagena, Alicante, Valência, Barcelona, Palma de Maiorca, Corunha, Gijon, Santander e São Sebastião, os rolos que lhe fossem pedidos, estimando que fossem precisos, no mínimo, cerca de 4.500 rolos grandes e pequenos, pesando cada um em média 4,5 arrobas castelhanas de peso. Toda esta operação, desde Lisboa até às ditas fábricas, ficava por sua conta e risco, seja no tocante ao transporte, seja no referente ao embarque e desembarque da mercadoria.

Embarcados os tabacos para seguir o seu destino, Fernandes Bandeira deveria enviar à administração da Fazenda Real Espanhola, através do seu procurador em Madrid, os respetivos pesos e preços, certificados por sua assinatura e respeitando as regras da Alfândega de Lisboa. A este documento proforma era necessário juntar um outro, uma vez que, estas informações tinham de ser apresentados ao cônsul de Espanha em Lisboa, que lhes anexaria os elementos relativos à embarcação, tripulação e capitão, certificando-os e garantindo a sua certificação. Ao que parece, pela segunda condição do contrato, as informações relativas ao navio eram muito importantes ficando estipulado que: “aya de manifestar distintamente el nombre de la embarcación, capitán, y su Nacion, numero de tripulación, caiuda de toneladas, y porción fija de rollos embarcados y su destino ua sea para una ó mas Factorias”⁹⁸.

Prosseguindo a análise do contrato, a terceira condição estipulava a qualidade do tabaco a ser enviado, afirmando que os rolos não deviam ser abertos desde a sua saída do Brasil até chegarem às fábricas espanholas. Já a quarta condição estabelecia os preços a pagar por cada rolo sendo que: “por el del cuero Palmiches o sea pahua Palo, y estaquillar y bajar, treinta libras castellanas, en cada rollo, y en el de los chicos de 400 Libras, en los de cinco 7 ½ y en los de 6.9 y de lo que asi resulte en limpio se ja de pagar su importe por la Renta, al precio que se expresa”⁹⁹.

A quinta, sexta e sétima condição estipulam os procedimentos a ter quando os rolos não estiverem em condições. Sendo assim, aqueles rolos que não fossem aprovados pelos fiscais das fábricas para serem processados, deveriam ser enviados de volta ao contratador podendo este expedi-los para Génova ou outro sítio a seu bel-

⁹⁷Archivo General de Simancas, SSH,1997

⁹⁸Archivo General de Simancas, SSH.1996

⁹⁹Archivo General de Simancas, SSH.1996

prazer, ficando por conta e risco do contratador até este se apossar do tabaco rejeitado. Caso fosse detetado algum problema com os rolos, deveria ser escolhido um procurador da Fazenda e um do contratador para decidirem sobre os ditos rolos. Na falta de consenso, seriam nomeados um conjunto de juízes para assistirem às entregas, e assim aferir da qualidade e quantidade.

A nona condição determinava os pagamentos, devendo pagar-se 108 maravedis por cada libra de tabaco, sendo estes recebidos na junta da Administração Geral da Fazenda, ou nas capitais de província. Fixava-se um prazo de dois meses para que a satisfação dos pagamentos, que, caso fosse ultrapassado, ditava a cobrança de um juro de 5%, por cada mês de atraso.

Definia ainda o contrato, na décima condição que o contratador devia ser avisado com um prazo de cinco meses do número de rolos de tabaco necessários para as várias fábricas, sendo que, se o tabaco não fosse entregue nesse prazo, obrigando assim a Administração da Renda do Tabaco a comprar a outros comerciantes, os custos da compra, o valor do transporte e possíveis perdas seriam da responsabilidade do contratador.

Já a décima primeira condição indica a duração do exclusivo do fornecimento do contratador, determinando o prazo do contrato. Neste caso, o contrato era válido por quatro anos, entre 1 de Janeiro de 1783 e 31 de Dezembro de 1787.

As últimas três condições são referentes ao fornecimento do tabaco em tempo de guerra. Nesse caso, a Fazenda asseguraria a dilatação do prazo de pagamento e estabelece a obrigatoriedade de um depósito de 450 maravedis, que aí ficariam depositados como forma de segurança de cumprimento do dito contrato por parte do contratador. Por fim, a Administração do Tabaco, em Espanha, reafirma o exclusivo do contrato e ratifica as anteriores condições.

A convivência entre o contrato de fornecimento de tabaco para Espanha e o Contrato Geral do Tabaco nem sempre foi simples. Disso é revelador um requerimento feito à Junta da Administração do Tabaco, em Portugal, por Jacinto Fernandes Bandeira em 10 de Abril de 1783¹⁰⁰, no qual se queixa de que o Provedor da Alfândega do Tabaco não deixava que os fardos referentes ao contrato fossem embarcados, uma vez que não respeitavam o estabelecido pelo Regimento da Alfândega, nomeadamente no

¹⁰⁰ ANTT, Ministério do Reino, mc.398, cx.499

que toca a dimensões e peso. Neste ponto, embora Bandeira reconhecesse que assim era, sustentava que tinha o privilégio de os enrolar desse modo, pois correspondia às exigências feitas pelo contrato com Espanha. Contudo ao Provedor da Alfândega juntava-se, como se mostra em parecer anexo de 2 de Abril de 1783, a voz dos contratadores gerais do tabaco, invocando o Capítulo III e XII do Regimento da Alfândega e o Capítulo XXXII do Contrato Geral do Tabaco.

Ainda neste processo consta um documento de Jacinto Fernandes Bandeira criticando os contratadores gerais, e procurando pôr em evidência a importância e as vantagens do contrato com Espanha para a Coroa de Portugal. Procurava assim manter o privilégio de os enrolar como entendesse, o que lhe seria garantido pela monarca.

Se, á primeira vista parece que a arrematação deste contrato por Jacinto Fernandes Bandeira terá sido fácil, o confronto com algumas fontes espanholas, levamos a concluir que a participação de comerciantes estrangeiros neste comércio e a dependência de Espanha face a Portugal para obter o produto não era aceite por todos, em terras de sua Majestade Católica.

Neste sentido, a 30 de Maio de 1785, o jurista Domingos de la Torre y Mollinedo apresenta um projeto ao rei, em que propõe que se acabe com o dito contrato, uma vez que o aumento da procura levava também a um aumento do contrabando, do qual viviam desta atividade cerca de 9 a 10 mil homens, o que era muito prejudicial para a Fazenda Real. Sendo assim, sugere que se comece a produzir tabaco na América Espanhola e que se vá adaptando o mercado espanhol ao gosto pelo tabaco originário desses territórios. Tal, levaria, assim, ao fim da dependência face a Portugal e ao fim do contrabando¹⁰¹.

Também a correspondência trocada pelo próprio Bandeira com o seu procurador em Espanha¹⁰² denota essa contestação, uma vez que, como relata o procurador, os

¹⁰¹ Archivo Historico de Madrid, Estado,3200

¹⁰² ANA, 51-XII-10, Fl. 19v-20; ANA, 51-XII-10, Fl. 41v.-43; ANA, 51-XII-10, Fl. 55v.-56v.; ANA, 51-XII-10, Fl.60-61; ANA, 51-XII-10, Fl. 72; ANA, 51-XII-10, Fl. 88v.; ANA, 51-XII-10, Fl. 105v.- 106v.; ANA, 51-XII-10, Fl. 118; ANA, 51-XII-10, Fl. 119v. – 120; ANA, 51-XII-10, Fl. 149-149v.; ANA, 51-XII-10, Fl. 169; ANA, 51-XII-10, FL. 175; ANA, 51-XII-10, FL. 185-186; ANA, 51-XII-10, Fl. 188v.; ANA, 51-XII-10, Fl. 212-212v.; ANA, 51-XII-10, Fl. 223-223; ANA, 51-XII-10, Fl. 223v.; ANA, 51-XII-10, Fl. 224v.-225v.; ANA, 51-XII-10, Fl. 376-376v.; ANA, 51-XII-10, Fl. 378v.-379v.; ANA, 51-XII-10, Fl. 403v.-404v.; ANA, 51-XII-10, Fl. 437-437v.; ANA, 51-XII-10, Fl. 455-455v.; ANA, 51-XII-10, Fl. 470v.- 471; ANA, 51-XII-10, Fl. 493v-494v.; ANA, 51-XII-10, Fl. 537-538; ANA, 51-XII-10, Fl. 612-612v.

opositores já se faziam agora ouvir, quer dentro da Corte espanhola, quer entre outros comerciantes que tentavam tomar para si este interessante rendimento.

Por outro lado, os diplomatas portugueses acreditados na Corte de Madrid mostravam-se favoráveis aos interesses de Bandeira, como mostra a correspondência de Larrea¹⁰³. Em todo o caso, os conhecimentos e a influência do próprio Jacinto Fernandes Bandeira na Corte de Madrid deviam já possuir alguma força, pelo menos é o que nos diz o Governador de São Paulo, Bernardo José de Lorena, em carta a Martinho de Melo e Castro de 2 de Agosto de 1788, em que escreve: “Também lembro a V. Exa. que talvez Jacyntho Fernandes Bandeira que tem muitas correspondências em Espanha e que ao mesmo tempo deve mandar Navios ao Porto de Santos”¹⁰⁴.

A sua influência comercial fica ainda mais clara nas cartas dirigidas pelos Diretores da Companhia das Filipinas, a Jacinto Fernandes Bandeira solicitando que fosse o intermediário da companhia na compra de 3.000 escravos a serem entregues em Buenos Aires ou São Tomé e Príncipe. Nos termos dessa correspondência Bandeira deveria procurar em Lisboa uma Casa que estivesse disponível para fornecer esta mão-de-obra à América Espanhola. Como bem deixam claro os remetentes, valiam-se de Fernandes Bandeira “nosó/lo en calidad de Comisionado, sinò como amigo/ y Consegero (...)”¹⁰⁵.

Como é sabido, o tráfico de escravos não estava permitido aos súbditos de sua Majestade Católica, uma vez que quem detinha o monopólio do comércio era desde 1779 a Companhia das Filipinas, recorrendo esta a intermediários para resolver a falta de mão-de-obra que existia nas suas colónias. Porém a escolha não se limitava aos portugueses e, em 28 de Fevereiro de 1795, os Diretores da Companhia das Filipinas enviavam um relatório a Gardoqui, Secretário da Fazenda, dando conta do tráfico praticado pelos intermediários ingleses, nos anos de 1787-1788¹⁰⁶. Em suma, não seriam os portugueses que ficariam com este negócio, uma vez que, como se demonstra pela correspondência, as casas comerciais escolhidas por Bandeira, não ofereceriam um preço satisfatório e interessante para a Companhia, que portanto escolheria outros

¹⁰³ ANA, 51-XII-10, Fl. 149-149v.

¹⁰⁴ *Documentos Interessantes para a História de Costumes de São Paulo*, Vol.45, Duprat & Comp.^a, S. Paulo, 1924, pp. 10 a 12

¹⁰⁵ ANA, 51-XII-10, Fl.409 a 410v.

¹⁰⁶ Arquivo Geral de Simancas, DGR,2RE,4881

intermediários, como já tinham ameaçado fazer, caso os portugueses continuassem a demorar-se a aceitar o negócio¹⁰⁷.

Apesar das referidas resistências à entrega do fornecimento de tabaco do Brasil a portugueses, Jacinto Fernandes Bandeira conseguiu arrematar novamente o contrato por mais três anos, a começar em 1 de Janeiro de 1787, mantendo-se as condições do contrato anterior.

Contava porém, com uma cada vez maior contestação, tendo como rivais, entre outros, o Banco de Espanha, que procurava tomar para si o dito contrato. Assim, Jacinto Fernandes Bandeira procurou, desde cedo, mover as suas influências para assegurar a arrematação seguinte, a quinta, lhe coubesse. Para isso, recorreu ao seu procurador que, por sua indicação, entregou em Madrid um relatório¹⁰⁸ pelo qual fazia lembrar os bons serviços prestados no fornecimento de tabaco à Coroa, afirmando ter entregue, durante os seus contratos, entre 10 e 12 mil rolos de tabaco da melhor qualidade, como fora atestado pela Junta do Comércio em Lisboa e pelas autoridades régias de Portugal.

Ao que parece, pelo teor do documento, teria havido uma denúncia, depois de uma queixa da Fábrica de Alicante contra Bandeira, por ter provisionado tabaco em más condições. O seu procurador, e autor desse documento, refere que o defeito não estaria no tabaco fornecido, mas sim no tempo que a fábrica demorara a processar o produto, ou não fosse o tabaco Brasil um produto delicado, que depois de todo o percurso até à fábrica, deveria ser acondicionado e processado o mais rapidamente possível. Considerava pois, que não seria por isso justo cessar o contrato de Bandeira, depois de todos os anos em que servira a Coroa com produto da melhor qualidade possível.

Prevendo que este incidente lhe poderia trazer problemas em futuras arrematações, e uma vez que o termo do quarto contrato se aproximava, decidiu recorrer à sua rede de conhecimentos e de amigos para garantir uma nova adjudicação.

Para isso, e sem qualquer constrangimento, escreve diretamente à Princesa do Brasil, D. Carlota Joaquina, lembrando-lhe os serviços prestados à Coroa de Espanha e pedindo-lhe que intercedesse junto de Suas Majestades Católicas para que lhe

¹⁰⁷ANA, 51-XII-10, Fl.409 a 410v. - *Carta dos Directores da Companhia de Filipinas, p[ar]a Jacinto Fernandes Bandeira. Madrid 17 Novembro 1786*; ANA, 51-XII-10, Fl. 19 e 19v. *Carta dos Directores da Real Companhia de Filipinas, p[ar]a Jacinto Fernandes Bandeira. Madrid e 2 de Janeiro de 1787*; ANA, 51-XII-10, Fl. 43 v. - *Carta dos Directores da Real Companhia de Filipinas, p[ar]a Jacinto Fernandes Bandeira. Madrid e 12 de Janeiro de 1787*.

¹⁰⁸“Memorial dado à S.M. por el Apoderado de Bandeyra, solicitando la Continuación del Asiento”, Madrid 19 de Outubro de 1793 – Archivo General de Simancas, SSH.1997

continuasse a caber a ele, mais uma vez, a honra de aprovisionar os reinos da Coroa Espanhola de tabaco do Brasil¹⁰⁹.

Além disso, a 18 de Julho de 1796¹¹⁰, dirige-se a D. Diogo Guardoque, Secretário da Fazenda e administrador da Real Renda do Tabaco, apresentando a sua proposta para a prorrogação do contrato, valorizando ao mesmo tempo a experiência que tinha no negócio e a reputação que mantinha enquanto capitalista, fatores certamente importantes a ter em conta na escolha do contratador. Lembrava ainda a perigosa situação que vivia a Europa, decorrente da Revolução Francesa e da guerra que proliferava, sendo o comércio português também afetado por essas mesmas circunstâncias.

Procurava então manter em vigor a fórmula que estava já estipulada nos anteriores contratos, fazendo apenas adaptações para o caso de Portugal ou a Espanha entrarem na guerra que então já grassava na Europa. Propunha, por isso, a adjudicação do contrato por cinco anos, sendo que, em caso de guerra, o preço a pagar seria de trinta e oito quartos, ou seja, duzentos e trinta maravedis em ouro ou prata por cada libra de tabaco entregue nas reais fábricas, não sendo aceite outra moeda nos pagamentos. Sugeria também a alteração da cláusula terceira, permitindo-se empregar mecanismos para uma maior durabilidade dos fardos que, a entrega mais demorada, estariam sujeitos a perder-se, se essas medidas não fossem tomadas. A isto se soma a manutenção das cláusulas quinta e sexta, acrescentando que os rolos declarados maus pela Administração deveriam ser abertos para aproveitar o que fosse tabaco bom e passar ao recebimento dos valores estabelecidos. Por fim, solicita a alteração do artigo 10º, que estipulava o prazo com que devia ser feito o pedido dos tabacos, para que passasse de cinco para sete meses de antecedência.

Já no que toca aos tempos de paz, procurava manter todas as condições pedindo apenas a fixação do valor de cento e trinta e oito maravedis por cada libra de tabaco entregue nas fábricas.

Na reunião de apoios políticos para a renovação do contrato, recebe ainda o auxílio de Maria Ruiz de Moscoso, dama espanhola da Casa do Infante D. Pedro Carlos, que a 12 de Novembro de 1796 escreve a D. Pedro Varela Ulloa, novo Secretário de Estado da Fazenda, procurando influenciar a decisão da arrematação e pedindo por

¹⁰⁹ Carta escrita em 5 de Novembro de 1793, Archivo General de Simancas, SSH,1997

¹¹⁰ Archivo General de Simancas, SSH,1997

Jacinto Fernandes Bandeira¹¹¹. Mas o patrocínio mais importante foi sem dúvida o do próprio primeiro ministro de Espanha, Manuel de Godoy, Príncipe da Paz, ter dado parecer favorável que, em 20 de Setembro de 1797, escreve ao Ministro da Fazenda, o Marquês de Hermozas, para que se arremate a Bandeira o dito contrato, dizendo-o claramente: “proporcione que en términos de justicia y equidad quede para Bandeira el expresado asiento”¹¹².

Assim, o Rei concederá por Cédula Real mais uma vez a Jacinto, o ambicionado contrato. Em 1799 voltará a tentar repetir o feito, mas dessa vez não logrará os seus intentos. Apesar disso, manteve o domínio sobre o contrato durante nada menos de 22 anos.

O interesse de Bandeira neste negócio além dos lucros que gerava, prende-se também com a obtenção de prata. Isto porque, como se pode compreender pelo que já referimos anteriormente, a Coroa espanhola pagava em prata, que constituía a forma de pagamento mais vantajosa no giro da Ásia. Aqui compram-se as fazendas necessárias para adquirir escravos em Angola, que eram, depois enviados para o Brasil. A prata seria ainda determinante no empréstimo de dinheiro, em que Jacinto Fernandes Bandeira terá também um importante papel. Terá sido também por ter detido este contrato que em 1792, entrará na sociedade que detem o Contrato Geral do Estanco do Tabaco para o Reino.

¹¹¹ Archivo General de Simancas, SSH, 1997

¹¹² Archivo General de Simancas, SSH, 1997

Os Negócios

Embora a entrada no contrato do tabaco do Brasil para Espanha tivesse, de facto, sido muito importante para o lançamento da carreira de Jacinto Fernandes Bandeira como negociante de grosso trato, não foi – muito longe disso – o único negócio a que se dedicou. Como já referimos, detinha também participações nos Contratos do Estanco do Sal do Brasil e da Pesca das Baleias, o que não só lhe garantia fundos muito interessantes, como também lhe permitiria desenvolver um conjunto de relações que mais tarde se tornariam muito profícuas. Entre elas destacamos a ligação com a família Quintela, em particular com Joaquim Pedro Quintela, com quem manteria relações comerciais até ao fim da sua vida. Serão os dois que, assumindo o papel de agentes da Coroa, negociarão os empréstimos externos necessários para pagar as despesas do Reino e as exigências da França para manter o reconhecimento da neutralidade de Portugal a partir de 1802.

Antes de dedicarmos a nossa atenção a esse papel de financeiro da Coroa, procuraremos pôr em evidência a participação de Jacinto Fernandes Bandeira em outros negócios que lhe granjearam o crédito e o capital que lhe permitiram desempenhá-lo.

O tráfico de escravos e negócios conexos

Como já referimos, o primeiro negócio em que a participa por sua conta é a sociedade que constitui com Domingos Dias da Silva, João Baptista da Silva e Manuel Isidoro Marques. Desta, pelo instrumento que lhe dá origem, com data de 4 de Junho de 1771, sabemos que tinha como objetivo o tráfico negreiro entre Angola e o Brasil, sendo para isso necessária a prévia compra de panos asiáticos, produto de permuta no Reino angolano. Para tanto, Domingos, João e Jacinto ficavam em Lisboa, o primeiro como caixa da sociedade, sendo substituído, na sua ausência, pelos outros dois, pela ordem de nomeação. Por sua vez, Manuel Isidoro seguia para a cidade de Luanda, onde se estabeleceria. Este deveria “receber as carregacoens que lhe remetessem desta cidade [Lisboa] eles seus sossios, e as que lhe remetessem por conta da mesma susidade seus procuradores dos Portos do Brasil ou India, e beneficalas e Vendelas pelo Estado da terra (...)”¹¹³. A divisão dos lucros e das despesas era feita em proporção das quotas, divididas da seguinte forma: “que nessa cidade terão de interesse ele Domingos Dias da Silva hua terça parte e ele Manuel Isidoro Marques a outra terça parte e eles João

¹¹³ ANTT, 10.º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 13, Livro 77, fl.45v.-49

Baptista da Silva e Jacinto Fernandes Bandeira a outra terça parte (...)”¹¹⁴. O caixa em Lisboa ficaria responsável pela administração de todo o capital da sociedade, fazer os registos de deve e haver, comprar as fazendas, navios e demais produtos para a negociação. Já em Angola, Manuel Isidoro Marques poderia fazer todo o negócio que achasse necessário, tendo para isso a correspondente autonomia, devendo, sempre que precisasse, pedir fundos a Lisboa ou aos portos do Brasil, ficando os sócios obrigados a enviar-lhe os fundos e ele obrigado a dar-lhes conta de tudo o que se fizesse.

Estipula-se também no contrato da sua formação que a sociedade devia durar seis anos, podendo ser de menor tempo se essa fosse a vontade de todos os sócios. Também a entrada de novos membros estaria blindada, ficando expresso que essa tinha que ser uma decisão conjunta, não podendo também ser feito negócio fora da mesma, a não ser no caso da necessidade de cobranças pendentes, como era o caso de Domingos Dias da Silva.

Os sócios fazem-se procuradores uns dos outros e nomeiam também outras pessoas em várias localidades, nomeadamente em Angola e no Brasil. Assim “Na de S. Paulo de Assumpção a ele Manuel Isidoro Marques e a Bento José Ferreira e a Manuel Rodrigues da Silva. Na cidade de Benguela ao Capitam Jose de Sousa, José Lemos, José Rodrigues Maia e Manuel Pereira. No Rio de Janeiro a Manuel dos Santos Borges, Jerónimo Pereira Guimarães e Manuel Rodrigues de Barros. Na Baía ao Capitam Francisco Borges dos Santos e Manuel Rodrigues de Faria e João Dias de Carvalho. No Pernambuco a Manuel de [sic] da Fonseca e Manuel José dos Santos e ao Capitam Manuel Leite da Costa”¹¹⁵. Refere-se também a existência de procuradores na Índia, mas não são designados.

Não podemos deixar de referir a ligação de Jacinto Fernandes Bandeira ao governador de Pernambuco. Num ofício de José César de Menezes (1774-1787) a Martinho de Melo e Castro, datado de 27 de Setembro de 1775, ficamos a saber que era procurador do governador. Este dá conta ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, da lista de bens que pediu que lhe fossem enviados, por Fernandes Bandeira, para o seu serviço¹¹⁶. Esta relação pode em muito ter

¹¹⁴ ANTT, 10.º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 13, Livro 77, fl. 45v.-49

¹¹⁵ ANTT, 10.º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 13, Livro 77, fl. 45v.-49

¹¹⁶ AHU, Pernambuco (015), Doc. 9187 (Recife de Pernambuco, 27 de Setembro de 1775)

beneficiado os seus negócios na capitania, apesar de não termos documentos que o comprovem.

Esta sua experiência com Domingos Dias da Silva, que tratava com o tráfico de escravos e tivera o contrato dos respectivos direitos em Angola, levou Jacinto a compreender todas as possibilidades deste comércio, no qual manteve uma longa participação que alargou depois à Costa da Mina.

Em 1781, por morte de José Alves Bandeira, fica incumbido de cobrar as dívidas, que ficaram por quitar, do contrato dos escravos e marfim de Angola, que este detinha em sociedade com Domingos Dias da Silva, também já falecido. Assim, em 13 de Novembro de 1780, passa procuração a Manuel Ferreira da Rocha, em Angola, ao Capitão José de Seara, em Benguela, a Jerónimo Pereira Guimarães e Manuel dos Santos Borges, no Rio de Janeiro, ao tenente-coronel Francisco Borges dos Santos e a Manuel Rodrigues de Faria, na Baía^{117;118}, alguns deles já seus conhecidos do anterior contrato a que aludimos.

A cobrança destas dívidas não estaria, por certo, a ser fácil, pelo menos no Brasil. Assim, em 12 de Março de 1784, Bandeira passa novas procurações, desta feita a António José Gonçalves Viana e a José Pereira Guimarães, ambos negociantes no Rio de Janeiro, dando-lhes plenos poderes para diligenciarem no sentido da boa cobrança¹¹⁹. Pereira de Guimarães era, segundo o Conde de Resende, um dos maiores comerciantes do Rio de Janeiro, vindo a ocupar o cargo de Sargento-mor e obtendo o título de Cavaleiro da Ordem de Cristo. Em carta ao Governador de São Paulo, em 27 de Fevereiro de 1789¹²⁰, fica mais clara a relação de Fernandes Bandeira com este homem. Segundo esta comunicação, Guimarães seria seu procurador no Rio de Janeiro, representando-o aí nos seus negócios.

Ainda na mesma missiva refere o nome de Manuel António de Araújo, um homem de negócios de São Paulo, que segundo Maria Aparecida de Menezes

¹¹⁷ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 19, Livro 102, fl.44 a 45

¹¹⁸Alguns destes homens, nomeadamente os procuradores na Baía e no Rio de Janeiro, são os mesmos que José Alves Bandeira tinha já, durante a vigência do seu contrato (ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 15, Livro 89, fl. 3 e fl.29).

¹¹⁹ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 20, Livro 107, fl.33 a 34v.

¹²⁰BNP, PBA 643, MF.1632, fl.226 – 27 de Fevereiro de 1789

Borrego¹²¹, estava ligado às famílias da terra, sendo pois um dos elos de ligação de Jacinto Fernandes Bandeira à capitania.

Em 1788, ficamos a saber que os seus navios, nomeadamente o Navio Nossa Senhora da Nazaré e Bom Fim, faziam a viagem até à Costa da Mina. Desta feita o trajeto seria executado entre Pernambuco e a costa Africana, certamente para a compra de escravos, a serem vendidos na capitania¹²².

Por cartas trocadas com o governador de São Paulo, e a cuja análise adiante voltaremos, sabemos também que levava até esta capitania escravos de origem angolana. Utilizava para a sua aquisição, entre outros produtos, os tecidos de origem asiática. Esta prática tinha já começado no século XVII, como bem fica claro nas palavras de Vitorino Magalhães Godinho: “Da Índia vinham as roupas com que se compravam os pretos na Mina: já assim era em começos do século XVII, (...). Montesquieu relacionava os circuitos inter-continentais; meio século volvido, Rivarol dirá do mesmo modo que «C’est avec les sujets d’Afrique que nous cultivons l’Amerique, et c’est avec les richesses de l’Amerique que nous trafiquons en Asie.»”¹²³. No entanto, os comerciantes portugueses perdem, na segunda metade do século XVII, capacidade de participação nestas rotas, uma vez que as transformações políticas assim o impõem, como fica claro nas palavras de Leonor Freire Costa¹²⁴.

No século XVIII, verifica-se um rejuvenescimento do comércio com o Índico. Os panos eram transacionados a partir de Goa, cidade que ganha um novo impulso. Há também uma mudança dos produtos trazidos da Índia. “A passagem da rota das especiarias e drogas para a rota dos panos de algodão e sedas, diamantes, salitre, café e chá, porcelanas e outras obras chinesas não alterou a característica fundamental dos fluxos à ida da Europa: as moedas de prata – piastras e patacas.”¹²⁵ A Coroa vai promover o comércio da Ásia, não dando largas à cobrança de impostos, ao mesmo tempo que dá espaço aos empreendimentos de caris privado, que beneficia e põe em evidência o comércio dos tecidos da Índia, nomeadamente de Goa, Damão, Diu e

¹²¹ BORREGO, 2010

¹²² Temos conhecimento desta informação por um Auto Cível de João da Costa e sua mulher Maria Roza, que procuravam obter um auto de justificação como herdeiros de Bento Januário da Costa, que fazia a dita viagem a bordo do navio e 15 de Dezembro de 1788. ANTT, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, mc.36, nº11, cx.223 e ANTT, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, mc.44, nº6, cx.231

¹²³ GODINHO, 1990, p.454

¹²⁴ COSTA, 2002

¹²⁵ GODINHO, 1990, p.452

Surate¹²⁶. Não se dá largas à cobrança de impostos, ao mesmo tempo que se dá espaço aos empreendimentos de cariz privado. O comércio do ópio da Índia, para Macau e China, ganha um grande crescimento e torna-se muito importante¹²⁷.

Segundo Vitorino Magalhães Godinho¹²⁸, a prata era essencial para entrar no comércio da Índia. Isso mesmo se revela através do instrumento de criação da sociedade em que Jacinto Fernandes Bandeira participa, pois procura garantir-se o acesso a esse mesmo metal amoldável, seja em Lisboa ou no Brasil, sendo, neste caso, a nomeação de procuradores nas referidas cidades brasileiras era fundamental.

Para tentar contornar a necessidade de prata, os portugueses procuram introduzir o tabaco no mercado Chinês, dado que era já aceite pelo indiano, na tentativa de assim trocarem os produtos daí originários por esta mercadoria americana, o que resultou em sucesso. Já no que toca aos escravos, estes completavam para a compra da «mercadoria de ébano», as aguardentes e também do fumo, ou seja, o tabaco.

Desde o século XVI, a prata usada no comércio oriental é em grande parte proveniente da América. Daí a importância de estudar este circuito asiático conectado com o espaço Atlântico. Um estudo recente, da autoria do historiador brasileiro Maximiliano Menz, veio conferir-lhe algum destaque, justamente para um período de que nos ocupamos, os anos de 1796-1807¹²⁹. O estudo insiste na importância da utilização dos panos da Índia para a obtenção de escravos em África, procurando ainda questionar as teses de Luiz Felipe Alencastro, em que se põe em evidência a relação bipolar entre o Brasil e a África assente na troca de aguardente de cana e tabaco por escravos, e em que, portanto, se deixa de lado não só o papel dos comerciantes da metrópole, mas também a relevância do Império na Ásia¹³⁰. Para Menz, além da participação dos negociantes metropolitanos no tráfico negreiro, é necessário destacar a função desempenhada pelo Império português na Ásia a uma escala global¹³¹, e integrando-o no complexo comercial Atlântico.

¹²⁶ LOPES, 2006

¹²⁷ LOPES, 2006

¹²⁸ GODINHO, 1990

¹²⁹ MENZ, 2012

¹³⁰ ALENCASTRO, 2000

¹³¹ “O comércio de reexportação que era operado a partir de Lisboa só era possível graças ao regime de exclusivo e às restrições do tráfego direto entre as possessões coloniais; mais do que miragem, o exclusivo era o principal mecanismo pelo qual os mercadores metropolitanos podiam ainda controlar o financiamento do resgate em Luanda, pois lhes permitia fornecer, com concorrência limitada, produtos

Assim, o historiador defende um circuito triangular, assente na ideia de pacto colonial, como fora defendida por Caio Prado Júnior¹³². Para este último, o Brasil produz um conjunto de produtos que a metrópole não tem, tendo toda a sua economia virada para esse objetivo. Para que esses produtos possam ser produzidos, as colônias africanas fornecem, por seu lado, a mão-de-obra necessária. Por fim, a metrópole utiliza a colônia como forma de exportar algumas das suas produções, que complementam a economia e as necessidades, como o ferro, o sal ou as manufaturas, ao mesmo tempo que serve de entreposto aos consumidores finais, da maioria dos produtos produzidos. Estabelece-se assim um comércio triangular, onde as três partes do Império Atlântico estão incluídas.

Menz avança um pouco nesta ideia, ao dar algum relevo ao comércio com a Ásia, mas procura encaixá-lo no quadro do comércio triangular, não lhe proporcionando, desse modo, o protagonismo que pensamos ter, e não olhando o comércio imperial português de forma global.

Recorremos, mais uma vez, às palavras de Vitorino Magalhães Godinho, para nos ajudar a pôr em destaque as nossas ideias. Diz então o historiador que “A rota do Cabo só se compreende na rede mundial de rotas; o comércio das especiarias e drogas, como da seda, só funciona enredado nos complexos circuitos de metais amoeáveis e espécies monetárias que põem em causa, para além das economias-mundo, uma economia mundial.”¹³³ No século XVIII, como já referimos por mais de uma vez, compravam-se escravos em Angola com o produto da venda dos panos de algodão da Índia, ao passo que, na Mina, só se aceitava tabaco e outros produtos, como a aguardente¹³⁴. Para compreender o funcionamento destes negócios, é necessário, na esteira da citada afirmação de Godinho, ter em conta os circuitos globais do comércio. Havia, de facto, uma circulação global do capital, e disso mesmo nos dá conta Jesus Bohorquez, no seu artigo. «Linking the Atlantic and Indian Oceans: Asian Textiles, Global Capital and the Financing of the Brazilian Slave Trade during the Age of Revolutions»¹³⁵. Neste estudo, põe-se em evidência a importância de analisar a circulação do capital à escala global, dando vários exemplos, entre os quais destacamos

asiáticos e da Europa do Norte. Portanto, a vantagem econômica de Lisboa refletia a vantagem política de ser o centro do Império”, MENZ, 2012, p.198

¹³² JÚNIOR, 1969

¹³³ GODINHO, 1990, p.457

¹³⁴ ALENCASTRO, 2000

¹³⁵ BOHORQUEZ, 2016

o de José António Pereira, que afirma, em documento dirigido ao Rei, ter comércio “nas quatro partes do mundo”. Este mesmo comerciante terá negócios com Jacinto Fernandes Bandeira, como veremos adiante.

Sendo assim, o circuito far-se-ia da seguinte maneira. As naus partiam de Lisboa em direção à Ásia, nomeadamente para a Índia, para comprar, principalmente, panos de algodão, pagos em prata. Após a viagem de regresso, estes eram obrigatoriamente desembarcados em Lisboa, dando entrada na Casa da Índia, permitindo dessa forma a cobrança de impostos pela Coroa. Daqui seguiam para Luanda, onde se permutavam por escravos, que embarcavam nos mesmos navios que transportavam os panos ou noutros navios fretados, que os conduziam ao Brasil, nomeadamente Baía, Rio de Janeiro e mais tarde São Paulo. Aqui eram vendidos a dinheiro, ou recebia-se o pagamento sob a forma de letras que eram levantadas, ou na própria colónia, ou já na metrópole, no sentido de se obter capital, para investir no giro da Carreira da Índia, e mais uma vez efetuar a viagem para os portos da Ásia.

Jacinto Fernandes Bandeira está representado neste comércio através da sua participação numa sociedade mercantil, a primeira em que toma parte por conta própria, que tem por objeto, entre outros, a aquisição de panos para a compra de escravos. Contudo, não o encontramos muitas vezes em armações de navios ou importação de produtos da Ásia para posterior revenda. Em 1785, encontramos referência ao seu nome pela compra de porcelanas, nomeadamente serviços de mesa, trazidos pelo navio Trovoada Grande,¹³⁶ talvez para seu serviço particular. E em 22 de Março de 1804, em sociedade com Joaquim Pedro Quintela, pede autorização para enviar o seu navio Nossa Senhora do Carmo Triunfo do Mar “para os Portos da Ásia, principalmente para o de Bengualla com escala pela Madeira para o qual tem os fundos suficientes (...)”¹³⁷.

Ainda no que toca ao tráfego de escravos, não podemos esquecer os negócios que Jacinto Fernandes Bandeira mantinha na Costa da Mina. Como já dissemos, através do contrato do tabaco para Espanha, obtinha com facilidade o produto necessário para adquirir escravos na Mina. A documentação revela que a maior parte dos seus negócios no tráfico reside na Mina, de onde saem navios para o Pará, para o Pernambuco e para as Américas Francesas.

¹³⁶ Este navio vem da Ásia, mas do porto de Macau e não da Índia. Ao que parece Jacinto teria comprado um jogo para meza esmaltado, contabilizado em 429 peças, pelo preço de 90\$000 reis. ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv.22, fl.38 e liv.23, fl.14

¹³⁷ ANTT, Junta do Comércio, liv.134, fl.212-213

Em 10 de Outubro de 1793, recebe autorização para realizar uma viagem entre a Mina e o Pará. A autorização, concedida por Martinho de Melo e Castro, informa o governador do Pará, D. Francisco Maurício de Sousa Coutinho, de que o navio Francisca, capitaneado por Luís Inácio Portela, partia de Lisboa em direção à Costa da Mina, onde seria carregado de escravos para levar para o Pará. Ao proprietário do navio era atribuído o privilégio da isenção de impostos pois “o Príncipe N.º S.º he servido perdoar os direitos *que* nesse Porto deveriam pagar os Escravos que se transportarem pelo sobredito navio.”¹³⁸. Atente-se que esta não seria certamente a primeira viagem e muito menos a última.

No caso do fornecimento de escravos à capitania de São Paulo, Bruno Aidar Costa dá-nos conta de outras formas de organização do tráfico. Segundo o autor, existe uma íntima relação entre a participação de Bandeira nos contratos do tabaco e o comércio de escravos que animava: e “nos anos de 1788, 1789 e 1792, Bandeira carregou com tabaco 25 navios provenientes de portos franceses destinados à Costa da Guiné com escala em Lisboa, sendo a maior parte destes navios embarcada em 1789 (19 navios). A maioria das embarcações saía de La Rochelle (10), seguida por Nantes (7), Bordeaux (5), Saint Malo (2), e Saint Valery (1). Os navios carregados para o litoral africano correspondiam à maior parte dos navios com géneros sob responsabilidade de Bandeira nos anos de 1788 e 1789. Com exceção de um registo em 1792, não há indicações que o negócio do tabaco embarcado nos navios franceses tenha prosseguido com os desdobramentos revolucionários na França.”¹³⁹. Esta relação com comerciantes franceses fica ainda comprovada por um conjunto de documentos relativos a um processo judicial em que Jacinto Fernandes Bandeira é autor. Em 3 de Julho de 1792, submete um requerimento à Junta do Comércio no sentido de que lhe fosse adjudicado o navio St. Jacques e a sua carga. O navio estava em Lisboa para carregar tabacos, tendo por destino a costa de África, onde a mercadoria seria permutada por escravos que seriam conduzidos para as Américas Francesas. Uma vez que o proprietário, Daniel Gareshe de La Rochelle, tinha uma dívida de cerca de 70.000 cruzados a Jacinto Fernandes Bandeira, e estando a sua Casa falida, Bandeira solicita ao Tribunal da Junta do Comércio que se lhe ceda a carga em pagamento dessas dívidas. O que propõe é que o navio e a carga fiquem à sua guarda, comprometendo-se a enviá-lo, sob bandeira e com tripulação portuguesa, para a costa africana, onde seriam comprados

¹³⁸ AHU, Pará (013) Doc. 8183 (Palácio de Queluz, 10 de Outubro de 1793)

¹³⁹ COSTA, 2012, p.413

escravos a serem vendidos na América Portuguesa. O valor obtido seria consagrado ao pagamento da dívida do negociante francês¹⁴⁰.

Bruno Aidar Costa abre ainda uma segunda possibilidade, propondo que Bandeira procuraria aceder ao tráfico com o Rio da Prata utilizando para esse efeito a capitania paulista. Para isso, teria firmado com o governador e com alguns homens da capitania, que Aidar Costa não identifica, uma aliança, que lhe permitiria aceder às redes de contrabando e introduzir dessa forma negros nas Índias de Castela. “Entre 1777 e 1791, 67% dos escravos entrados no Rio da Prata eram provenientes do Brasil, especialmente [do] Rio de Janeiro e Bahia, e o restante oriundo diretamente dos portos africanos. (...) O sucesso deste contrabando pode ser avaliado pela introdução de quase 4 mil escravos em Montevideu em apenas um ano.”¹⁴¹

Esta via de entrada de escravos punha em causa o monopólio da Companhia das Filipinas, criada em 1785, o qual, sabemos, não era bem aceite pelo Vice-rei do do Rio da Prata que, em 1787, escrevia ao Marquês de Sonora¹⁴² censurando as respectivas condições. Podemos então pensar que as próprias autoridades locais preferiam beneficiar as arribadas portuguesas.

Na esteira de Bruno Aidar Costa, concordamos com esta possibilidade, apesar de não termos encontrado qualquer documento que clarifique a questão. No entanto, ao olharmos para o contexto geral é bem provável que isso fosse possível, não só porque a plausabilidade das ideias do historiador se nos apresentam com coerência, dada a documentação, mas também por esta prática já ter sido referida, se bem que para outro período cronológico, por Alice Canabrava¹⁴³.

A estes dois historiadores se soma a visão de Corsino Medeiros Santos que nos diz que, durante todo o século XVIII, o contrabando exercido pelos portugueses e facilitado pelas suas autoridades, será ponto de discórdia e conflito entre os dois Impérios. Aos interesses portugueses, contrabandistas, se associavam muitas vezes os

¹⁴⁰ ANTT, Junta do Comércio, Livro 128, fl.45 a 46v.; AHU, Reino, Cx. 220, pasta 39

¹⁴¹ COSTA, 2012, p.413

¹⁴² "He recibido la de V. Ex. de 2 de Junio ultimo en que se sirve la que escribe a este Intendente General comunicandole el Real Permiso obtenido por la Real Compañia de Filipinas para la introducion de Negros en esta America Meridional, praticada por ahora en Naves Inglesas por via de ensayo interin se prefilan las reglas, que deberian observarse para haver este Comercio directo desde nuestros Puertos a la Costa de África; las condiciones, con que se ha concedido esta gracia; y lo que debe praticarse para el comptu del costo de cada Negro puesto e su destino, y poden deducir el precio, que haya de prefisarse para lo succesibo. Dios guarde a V. Ex. Buenos Aires." AGI, Buenos_Aires, 75 - 27 Setembro 1787

¹⁴³ CANABRAVA, 1944

das elites locais que também participam no tráfico. O crescimento deste fornecimento ilegal vai sempre aumentando, como demonstram alguns documentos do Arquivo Geral das Índias, em Sevilha¹⁴⁴. O negócio dos portugueses para a América Espanhola era de tal forma rentável que a Coroa Portuguesa se vê obrigada a legislar esse mesmo tráfico, incentivando-o, visto daí obter vários benefícios. “A referida legislação, em última análise, tinha como principal objetivo, «aumentar o nosso comércio de escravatura, desviar os espanhóis de formarem para o mesmo efeito feitorias sobre a costa da África Ocidental e atrair por este meio a prata e outras preciosidades que exportam das suas colônias da América»”¹⁴⁵.

Assim, a Coroa espanhola apercebendo-se da sua incapacidade de trazer escravos para as suas colônias e de controlar o contrabando frequente nas suas costas, decide, em 1789, abrir os seus portos aos traficantes de escravos, permitindo que estrangeiros participassem nesse comércio. Em 1791, emite uma nova Cédula Real, em que, aumentando as regalias desse comércio, permite a entrada de escravos de qualquer origem, trazidos por qualquer tipo de comerciante, os quais deveriam ser pagos em frutos da terra, e não em prata, o que poucas vezes, segundo Corsino Medeiros, se verificou, uma vez que o que atraía os traficantes era o acesso à prata do Potosí.

Os contratos régios relativos ao Brasil

Jacinto Fernandes Bandeira, como visto, herdou de José Alves Bandeira uma quota de 1/16¹⁴⁶, no Contrato do Estanco do Sal do Brasil. Quer isto dizer que detinha uma participação no contrato referente aos anos 1776-1781, o que lhe terá certamente facilitado a entrada, em nome próprio, na arrematação seguinte. Esta seria feita por um período de seis anos, a contar de 1 de Janeiro de 1782¹⁴⁷, devendo ser pagos à Coroa, durante a sua duração, 45,600\$000 reis¹⁴⁸ em cada ano. Neste contrato assumem o lugar de caixas da sociedade arrematante, Joaquim Pedro Quintela e Jacinto Fernandes Bandeira. Para além deles são também contratadores Francisco Peres de Sousa, que já

¹⁴⁴ AGI, Buenos_Aires, 308; AGI, Buenos_Aires, 60;

¹⁴⁵ SANTOS, s.d., p.3

¹⁴⁶ “Item declaro que o dito meu Testamenteiro he interessado nos contratos das Baleias e Sal do Brasil de que eu sou Caixa, com Joaquim Pedro Quintela em hum dezasseis avos em cada hum dos referidos contratos” - ANTT, Registo Geral de Testamentos, Livro 313, fl.67v.

¹⁴⁷ A 16 de Maio de 1781, de D. Maria I, confirma a arrematação do Contrato do Sal (ANTT, Feitos Findos, Diversos (docs. Referentes ao Brasil), mc.2, nº10), bem como dá ordem para que a dita arrematação seja cumprida no Brasil, como é exemplo o aviso que envia ao Governador da Baía (AHU, Bahía (005), Doc. 13559 (Lisboa, 22 de Julho de 1782).

¹⁴⁸ ATC, Cartórios Avulsos, Caixa 116

tinha entrado em contratos anteriores e que estava sediado no Brasil, e João Baptista da Silva, que fora sócio de Bandeira na primeira sociedade em que tomou parte.

Os contratadores garantiam para si um lucrativo comércio, em regime de monopólio, sendo responsáveis por assegurar a entrada do produto, por sua conta e risco, nos portos do Brasil¹⁴⁹. O processo de adjudicação era composto por várias fases tendo por base um leilão público¹⁵⁰. Os leilões eram realizados nos Paços Reais de Lisboa e, neste caso como nos relativos aos domínios, ficavam a cargo do Conselho Ultramarino, onde os candidatos faziam os seus lanços, sendo o contrato adjudicado aos concorrentes que tivessem apresentado o lanço mais alto. Por vezes, as relações mais próximas entre a Coroa e os contratadores, consubstanciadas nos serviços financeiros por estes realizados, davam lugar à prorrogação ou renovação dos contratos sem nova licitação¹⁵¹. Arrematado o contrato, a Coroa fazia comunicar às capitanias e governadores todas as condições contratuais como, por exemplo, a forma de pagamento ou de transporte. Impedia-se a exploração da matéria-prima no Brasil, permitindo-se ao arrematador a escolha dos seus funcionários. Tabelaavam-se os preços máximos, indiferentemente do valor da arrematação e determinava-se a tributação sobre o sal, ao mesmo tempo que se regulavam os imprevistos, como naufrágios, contrabando, etc¹⁵².

Definiam-se ainda os termos dos privilégios judiciários, a que os estaqueiros e os seus funcionários estavam sujeitos (uma vez que não estavam sob alçada da justiça local.). O contrato estipulava a existência de três conservadores, escolhidos pelo contratador, sediados um em Lisboa e dois no Brasil, no Rio de Janeiro e na Baía. Mais tarde, surgirá um quarto conservador em Santos (Capitania de São Paulo). Tinham por incumbência, tanto no Reino como nas colónias, o conhecimento de todos os processos relativos ao estanco.¹⁵³ Fazia ainda parte das faculdades do contratador indicar um

¹⁴⁹ O sal era e é, um produto determinante não só para a conservação e tempero dos alimentos, mas também para a sobrevivência de animais e pessoas, sobretudo em climas tropicais como é o caso do Brasil. A transpiração causada, neste tipo de clima, leva a que a ingestão de sal, seja essencial para a manutenção saudável do ser humano e também das bestas de carga. Segundo Myriam Ellis (ELLIS, 1955), tal facto, leva mesmo, a que os próprios hábitos sociais sejam alterados em função deste problema, sendo por exemplo prática dos senhores, não apanhar sol, não trabalhar nas horas mais quentes e procurar atividades que não os façam transpirar.

¹⁵⁰ “Convém explicar que, embora se utilize a palavra ‘leilão’, esta linguagem não traduz na documentação da época qualquer licitação aberta, mas sim uma prática de concurso: as partes interessadas ficam presas à oferta inicial sem oportunidade de desenvolverem contra-propostas.” MADUREIRA, 1997, p.110

¹⁵¹ COSTA, 1992, pp. 448-449

¹⁵² Vide Contratos do Sal in BNA – 97-v-4 e ANTT, Feitos Findos, Diversos (docs. Referentes ao Brasil), mc.2, nº10

¹⁵³ “O Conservador seria, em regra, o Juiz da Fazenda, quando faltasse, seria o Provedor da mesma. Em Lisboa, seria o Juiz dos Feitos da Fazenda.” ELLIS, 1955, p.87

meirinho e um escrivão do estanco, no Rio de Janeiro e na Baía, sendo as nomeações ratificadas pelo Conselho Ultramarino¹⁵⁴.

Além dos caixas gerais, a sociedade designava caixas locais. As escolhas vão recair, no caso do Rio de Janeiro, sobre Domingos Mendes Viana, Manuel Rodrigues de Barros e, na sua ausência, Tomás Gomes Quintela. Já para a Baía nomeiam António Marques da Silva, Estevão Gomes da Silva e, no impedimento destes, Francisco Borges dos Santos. Em Santos ocupa o lugar de procurador João Ferreira de Oliveira, sendo substituído, caso fosse necessário, por Luís Pereira Machado ou por Manuel de Sousa Pereira. Por fim, para Pernambuco os contratadores depositam a sua confiança em António José Souto e, na sua ausência, em José Afonso Regueira¹⁵⁵.

Para além da participação no contrato do sal, Jacinto Fernandes Bandeira recebeu também, de José Alves Bandeira a sua quota (1/16) no Contrato da Pesca das Baleias, que tinha sido arrematado por doze anos, para o período de 1777-1789¹⁵⁶. O processo de arrematação seria semelhante ao Contrato do Estanco do Sal do Brasil. Segundo Myriam Ellis, abrangia toda a costa brasileira, nomeadamente, Rio de Janeiro, São Sebastião, Baía, Santos (São Paulo) e Santa Catarina. Foi arrendado pelo preço de 100.000 cruzados ao ano, ou seja, 40.000\$000 reis ano. Segundo a mesma autora, a Fazenda terá tido uma receita de 480.000\$000 reis, em todos os anos do contrato, apontando para um provento de mais de 4.000.000 cruzados para os contratadores¹⁵⁷.

Sendo assim, podemos procurar calcular o rendimento de Jacinto Fernandes Bandeira. Sendo a sua cota no valor de 1/16 o montante que lhe corresponderia por ano era de 250.000 cruzados anuais. Tendo recebido o contrato em 1780 e detendo-o até 1789, terá recebido cerca de 2.250.000 cruzados ao longo de desses nove anos.

¹⁵⁴ De entre as suas cláusulas, o Contrato proibia a produção de sal no Brasil, de modo a proteger o monopólio régio, tendo esta apenas uma expressão local. A par desta proibição, estipulava também os preços a que podiam ser vendidos os moios de sal, consoante o sítio de venda. Consagrava ainda as penas e as coimas para quem tentasse contrabandear sal, além de obrigar a que todos os navios que “passem” ao Brasil, ocupem uma parte da sua carga com sal, bem como o pagamento que os Contratadores deviam aos transportadores. De modo a estabelecer algum equilíbrio nas relações estipulava regras para a utilização e entrega do sal, por parte dos transportadores, estabeleciam ainda os impostos que recaem sobre este contrato, bem como o valor do contrato por cada ano para a Coroa. Por fim, não deixa de assegurar a transmissão da concessão feita pela Coroa, em caso de morte do Contratador.

¹⁵⁵ ANTT, 12º Cartório Notarial de Lisboa, Ofício B, Livro de Notas, Caixa 19, livro 91, fl. 30-31v.

¹⁵⁶ Foram sócios deste contrato Inácio Pedro Quintela, Francisco Peres de Sousa, Baltazar dos Reis, José Alves Bandeira, António dos Santos Pinto, Francisco José da Fonseca (Caixa e Administrador do Contrato no Brasil), João Fernandes de Oliveira e Domingos Dias da Silva. Sabemos que Inácio Pedro foi depois da sua morte substituído por seu sobrinho Joaquim Pedro Quintela e que a Alves Bandeira, sucedeu Jacinto Fernandes Bandeira.

¹⁵⁷ ELLIS, 1969, pp. 155-156

O contrato estabelecia um conjunto de condições gerais e particulares, que regulavam a atividade da pesca, ao mesmo tempo que, à semelhança do contrato do sal, definiam a estrutura administrativa, funções e poderes dos sócios e de alguns dos funcionários. Uma das regras, em particular, estabelecia a existência de um caixa do contrato no Rio de Janeiro, que contava com um guarda-livros para o auxiliar nas suas funções. Quem desempenhava a função de caixa tinha na verdade uma grande autonomia administrativa, em parte proporcionada pela distância, o que obrigava a que a escolha recaísse sobre um homem da máxima confiança dos contratadores. Inicialmente quem ocupa este lugar é Francisco José da Fonseca, que vem a ser substituído por Domingos Mendes Viana, que estava também, como já dissemos, ligado ao contrato do sal.

A produção era destinada ao Reino, incluindo, além de Portugal continental, as ilhas dos Açores e da Madeira. Porém, antes de aí chegar, já tinha sido em parte distribuída pela cidade do Rio de Janeiro e demais partes do Brasil. O principal produto era o óleo, que servia para a iluminação doméstica, aproveitando-se ainda as barbatanas, os miolos, o óleo de espermacete, os ossos, as barbas e a carne, usada sobretudo para alimento dos escravos que trabalhavam para o contrato. Satisfeitas as necessidades do consumo no Brasil e na Metrópole, daqui partia a matéria-prima em direitura aos mercados da Inglaterra, França, Espanha e Holanda onde eram utilizados para a fabricação de vários objetos¹⁵⁸.

Ambos os contratos são bastante relevantes para a Coroa, no que toca às receitas que daí obtêm, sendo apenas suplantados pelo contrato do tabaco.

Comércio, contratos e influência política: o caso de São Paulo

Em 1792, Jacinto Fernandes Bandeira vai alargar a sua participação nos contratos régios relativos ao Brasil, arrematando, pela primeira vez, no Conselho Ultramarino, o Contrato do Dízimos de São Paulo, pelo período de três anos, com início em 1 de Julho desse mesmo ano, pelo preço de 74.700\$000 contos de réis anuais¹⁵⁹. Ao que parece esta era também uma forma lucrativa de obter rendimento. Os “lavradores de gêneros para a exportação deveriam remeter dez por cento de sua produção para o contratador (...); os pescadores, da mesma forma, deveriam pagar o percentual sobre os

¹⁵⁸ELLIS, 1969, p.135

¹⁵⁹AHU, *São Paulo- Mendes Gouveia* (023-01), Doc. 3332(Queluz, 19 de Maio de 1792); AHU, *São Paulo- Mendes Gouveia* (023-01), Doc. 3338(Lisboa, 7 de Julho de 1792); AHU, *São Paulo- Mendes Gouveia* (023-01), Doc. 3344(Lisboa, 22 de Agosto de 1792)

peixes e outros frutos pescados (...); os senhores de escravos ou famílias que possuíam escravos, oito vinténs por ano (\$160 – cento e sessenta Réis) por pessoa ou o dízimo inteiro sobre o valor de cada escravo”. Por seu lado, “Os sítios e portos localizados nos locais de passagem deveriam remeter o dízimo para o contratador; da mesma forma que os mestres de embarcação que ancorassem em qualquer porto da Capitania deveriam remeter o dízimo sobre a carga; se houvessem estancos os dízimos poderiam ser pagos com aguardente, desde que fossem cobrados os subsídios costumeiros, podendo ser vendida pelo contratador”¹⁶⁰.

Segundo carta de Jacinto Fernandes Bandeira ao governador da capitania, Bernardo José de Lorena¹⁶¹, a arrematação do contrato fora-lhe oferecida pelos ministros de Sua Majestade, depois de estes terem visto o sucesso que a casa comercial que estabelecera em São Paulo, administrada por Bento Tomás Viana¹⁶², tivera no comércio dos produtos locais e na importação de escravos. Face a isso, Jacinto Fernandes Bandeira afirma não ter tido outra alternativa se não aceitar, mas para provar que essa não era a sua vontade, decide partilhar o contrato com Bento Tomás Viana e demais caixeiros, bem como os seus guarda-livros, João Stanley e seu filho do mesmo nome. Não deixa ainda de referir ao governador que, caso ele queira juntar alguém ao contrato, Fernandes Bandeira dispõe da sua parte em favor dessa pessoa.

Adianta ainda que não tem intenção de nomear administrador, pedindo a Bernardo José de Lorena que, “fassa a merce pôr a lances nessa, (como muitos costumão) os ramos, ou Freguesias, e rematados a diversos fiadores e que estes sejam responsáveis à Fazenda Real pelo preços por que as rematarem, e eu e mais sócios utilizaremos da diferença que ouiver no preço da rematação que fasso à Fazenda Real, ao que se fizer aos diversos indivíduos dessa.”¹⁶³ Por fim exprime uma perspectiva positiva sobre os rendimentos do contrato, assegurando que, com os problemas em França, ou seja, com a Revolução Francesa e todos os distúrbios mundiais daí recorrentes, tinha havido um aumento do preço do açúcar, couro, anil e do arroz, sendo, portanto, garantido o lucro na venda desses produtos sob a forma dos quais tinham sido cobrados.

¹⁶⁰CAPEL, 2015, p.109

¹⁶¹ Bernardo José de Lorena é nomeado para o cargo em 19 de Agosto de 1786, por carta de patente que ao investi-lo lhe define as suas funções, prerrogativas e deveres. No entanto, só toma posse em 5 de Julho de 1788, quando chega à Capitania.

¹⁶²Isto fica claro na carta que Martinho de Melo e Castro manda ao Governador em 6 de Junho de 1792. *Documentos Interessantes para a História de Costumes de São Paulo*, Vol.45, Duprat & Comp.^a, S. Paulo, 1924, pp. 445 a 446

¹⁶³BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.254

A adjudicação do contrato dos dízimos vem portanto, coroar uma forte participação nos negócios de São Paulo, designadamente nos que eram do interesse do governador, conduzindo ao reforço de uma relação de interesse mútuo. Durante o período que esteve à frente da capitania, Bernardo José de Lorena tomou várias providências no sentido de promover o seu desenvolvimento e responder a problemas que se faziam sentir desde que em 1720 fora criada a capitania de Minas Gerais, cujo território fora desanexado da de São Paulo.

Uma das medidas principais que tomou foi a construção da estrada entre São Paulo, cidade no interior, e o porto de Santos¹⁶⁴, facilitando o acesso ao mar e relativizando a dependência face ao Rio de Janeiro, principal porto de entrada. Procurava promover uma importante circulação de mercadorias entre a cidade e o porto. E, ao mesmo tempo, com a criação da Alfândega de Santos, aumentar as receitas da fazenda e combater em mais uma frente o contrabando¹⁶⁵. O comércio neste eixo foi apoiado pelo governador, que encontrou no seu amigo Jacinto Fernandes Bandeira, um dos pioneiros para dar início a esse giro.

Por outro lado, Lorena desenvolve uma política de incentivo¹⁶⁶ à exploração agrícola, nomeadamente na plantação de açúcar, arroz, anil, ao mesmo tempo que promove uma indústria de couros. Em carta de “26 de Fevereiro de 1790, Bernardo José de Lorena comunicava a todos os Capitães Mores das vilas de São Paulo os benefícios da «aplicação dos Povos à Agricultura», ainda mais por achar-se «estabelecido um comércio direto para a Europa do porto de Santos». As produções encorajadas eram exatamente daqueles géneros «mais próprios pra aquele comércio, como são principalmente o açúcar, café, goma, anil, arroz e algodões» "¹⁶⁷.

O aumento da exportação de tais géneros exigia o fornecimento de mão-de-obra escrava. É, pois, neste circuito de exportação e importação de produtos e da mão-de-obra necessária para os produzir que mais uma vez se introduz Jacinto Fernandes Bandeira. O comerciante fazia sair os produtos produzidos na capitania, rumo à

¹⁶⁴ Esta estrada fica conhecida como Calçada Lorena.

¹⁶⁵ Coloca-se esta questão, porque ao não existir uma alfândega em Santos, os produtos poderiam ser traficados, sem a Coroa obter qualquer rendimento, uma vez que os produtos não seriam taxados, como nos diz Renato Mattos MATTOS, 2009

¹⁶⁶ A sua proposta para a capitania esta em consonância com a metrópole e isso fica claro pelas cartas que troca com Martinho de Mello e Castro, onde Bernardo José informa das suas pretensões. *Documentos Interessantes para a História de Costumes de São Paulo*, Vol.45, Duprat & Comp.^a, S. Paulo, 1924, pp. 445 a 446

¹⁶⁷ MATTOS, 2009, p.86

metrópole, tendo um navio permanentemente ocupado na rota entre São Paulo (Santos) e Lisboa. Ao mesmo tempo enviava outros navios a Benguela, onde comprava escravos para enviar para São Paulo¹⁶⁸. Pelo que sugerem as missivas trocadas entre Fernandes Bandeira e o Governador, este pede a Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado, que facilite a Jacinto o acesso do tráfico para a capitania. O próprio Jacinto afirma ter falado com o ministro e este estar sensibilizado, o que fica claro em várias cartas¹⁶⁹.

Assim, depois de ter decidido que era mais favorável comprar os escravos em Benguela do que em Moçambique, Bandeira faz saber que em Setembro de 1790 sairá um navio em direção àquela praça para adquirir os ditos escravos. Contaria ali com o auxílio do governador de Angola. Nas palavras do próprio Bandeira: “obtive a licença do Sr. Martinho de Mello mas até o mesmo Sr. me prometeo que havia dar-me recomendação para o Governador daquelle porto a fim de que o negócio ali encontrasse todo o auxilio necessário.”¹⁷⁰

Ao mesmo tempo lembra que deve ter, tal como combinado, a primazia da introdução de escravos na capitania, garantindo para si condições particularmente vantajosas nesse negócio. Assim, segundo Bruno Aidar Costa¹⁷¹, no ano de 1792 terão desembarcado em São Paulo 429 escravos, sendo que nada menos de 400 pertenciam exclusivamente a Jacinto Fernandes Bandeira. Em 20 de Dezembro de 1799, Jacinto dá conta ao Governador, de que pretendia embarcar entre 350 a 400 “cabeças”, partindo o seu navio em Janeiro de Lisboa para Benguela e Angola para esse efeito¹⁷².

Não podemos, contudo, deixar de aprofundar alguns pontos relativos à governação de Lorena. Segundo Renato de Mattos, para que a política de Bernardo José de Lorena fosse bem-sucedida, este teve a necessidade de formar um conjunto de alianças com as elites locais, sejam eles senhores da terra ou comerciantes.

Para que o Governador pudesse entrar nestas redes, a amizade com Jacinto Fernandes Bandeira terá sido útil. É o que transparece da leitura da correspondência, a que já aludimos, entre Jacinto Fernandes Bandeira, a Bernardo José de Lorena¹⁷³. A primeira carta tem a data de 24 de Setembro de 1788, dois meses depois da chegada do Governador a São Paulo. Nesta Jacinto declara-se muito contente, pois “todos os meus

¹⁶⁸ Tudo isto fica também claro nas cartas a que já aludimos.

¹⁶⁹BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.226; BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.228

¹⁷⁰BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.237

¹⁷¹ COSTA, 2012

¹⁷²BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.243 – 20 de Dezembro de 1799

¹⁷³ Já referidas por MEDICCI, 2005

amigos se empenharam em obsequiar muitíssimo a V. Exa”¹⁷⁴. Isto dá-nos já uma primeira ideia da relação de amizade que há entre estes dois homens, formada ainda em Lisboa. Na mesma carta Jacinto garante ao governador que, tal como este lhe pediu olhará pelos seus pais, que ficam na metrópole, coisa que Bandeira promete fazer com zelo, ao mesmo tempo que solicita proteção para o navio Santos Mártires Triunfo do Mar, e sua carga, que irá para Santos.

Porém a tarefa de atrair a Santos os comerciantes não foi fácil e isso fica claro nas palavras de Jacinto “destinarei para ali o mesmo Navio ou outra embarcação mais maneira, que haverá mais avultada carregação, ou com fim executarei o que V. Ex. me determinar, pois mesmo a presente digressão que agora fasso fazer a este Navio he mais para cumprir o desejo de V. Ex. que por outro qualquer motivo de interesse”¹⁷⁵. Esta falta de interesse resulta, como foi já visto, da falta de produtos relevantes para o comércio, o que só deixaria de acontecer a partir do momento em que as políticas do Governador comesçassem a surtir efeito. Assim o dito navio descarregaria o sal do contrato e demais produtos que trazia, devendo carregar o que pudesse, seguindo depois até ao Pernambuco para recolher açúcar e melação a ser vendido na metrópole.

O comércio com a capitania intensifica-se e Jacinto vê-se na necessidade de enviar para esta um seu caixeiro, dado que, nas suas próprias palavras “se faz indispensável o prezistir a hi hua pessoa de toda a confiança para tratar da venda da Carregação como da compra dos effeitos que devem vir na volta do Navio para cá, e mais negócios que se possão fazer.”¹⁷⁶. A escolha recai sobre Bento Tomás Viana, que segue para São Paulo, ficando sob a proteção do governador¹⁷⁷. Antes de ali se fixar, Bento Tomás, deve seguir com o bergantim de Jacinto Fernandes Bandeira até São Paulo. Segundo Bandeira esta embarcação levava fazendas da Índia e demais produtos parando naquele porto para se reabastecer de mantimentos, seguindo depois em direitura a Benguela para comprar os escravos necessários. Feito o negócio em São Paulo, devia o mesmo Viana voltar a Lisboa, acompanhando a carga e sobretudo da receita, que de lá

¹⁷⁴BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.218; Amigos onde se pode incluir certamente Jerónimo Pereira Guimarães, a que já fizemos referência.

¹⁷⁵BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.221 – 23 de Outubro de 1788

¹⁷⁶BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.237

¹⁷⁷ Jacinto recomenda-o da seguinte forma: “A respeitável presença de V. Exa. se hade conduzir Bento Thomas Viana que a sette annos está na minha Casa, por Caixeiro ao qual sempre destingui no refferido lugar que merecia visto que os seus talentos o fazião merecedor: Em todo o tempo que esteve nesta Casa vio sempre praticar verdade, e bons costumes, e ao mesmo tempo o mandey ensinar como se fosse filho, aprendeo algua couza do commercio pella grande continuação que actualmente lavora nesta casa.” - BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.244

trazia¹⁷⁸. Aqui podemos ir de encontro às ideias de Jesus Bohorquez que, na sua análise, procura comprovar que há uma importante ligação entre as fazendas da Ásia e o tráfico de escravos, estando também Fernandes Bandeira, dentro desse circuito, como demonstra uma das suas cartas¹⁷⁹.

A relação entre Jacinto Fernandes Bandeira e Bernardo José de Lorena indicia a participação do governador nos negócios e os benefícios que podiam resultar da protecção das autoridades. Aparentemente existia uma espécie de “sociedade” entre eles ou pelos menos uma participação económica do governador, o que é revelado pela correspondência entre eles trocada. Numa carta, escreve Bandeira: “Na sobredita me diz V. Ex. que ficava para entregar a Manuel António de Araujo hũa boa porsão para as nossas contas: como nós aqui assentámos em que as remessas deverião ser feitas por via do meu Procurador do Rio de Janeiro José Pereira Guimarães, V. Ex. terá a bondade de ordenar (e eu também avizo agora) ao dito Araujo remeta tudo o que passar em sua mão pertencente a V. Ex., ao mesmo Guimarães, e daqui em diante fará V. Ex. de sorte que seja este sempre no Rio de Janeiro quem receba para me fazer remessa, pois assim foram as ordens dadas, e aconselho a V. Ex. que nada em Effeitos, pois aqui presentemente não dão beneficio algum, o melhor género he moeda corrente ou Barras de Oiro.”¹⁸⁰

Não sabemos ao certo se o governador mantinha algum tipo de negócio direto com Bandeira, ou se realizava negócios através dele, dado que nas cartas não há uma referência explícita ao assunto, que ficava, como afirma o negociante nas suas missivas, para as cartas dirigidas ao secretário José Romão Junot. Ora, uma vez que não chegamos até elas, não conseguimos determinar claramente esta questão. Porém os laços pessoais entre os dois homens são evidentes, por exemplo, na carta de 18 de Fevereiro de 1789, onde Bandeira dá conta a Lorena da morte do seu pai mas também do cuidado que procurou ter com a sua mãe que permanecia viva¹⁸¹.

Bandeira não se limitava a procurar a protecção do governador de São Paulo. Buscava também, e obtinha, favores de autoridades superiores. Em carta de 16 de Julho de 1790¹⁸², diz ter comprado para o efeito do transporte dos escravos a corveta Senhora

¹⁷⁸BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.239 – 4 de Junho de 1790

¹⁷⁹ BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.239 – 4 de Junho de 1790

¹⁸⁰ BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.226 – 27 de Fevereiro de 1789

¹⁸¹BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.225 – 18 de Fevereiro de 1789

¹⁸²BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.246

dos Passos e Santo António, que tem por capitão Sebastião José de Vasconcelos. Este navio segue com uma ordem de Martinho de Melo e Castro ao Governador de Angola e Benguela para que fosse despachado em primazia, não o atrasando na sua viagem até São Paulo.

É este o contexto em que lhe foi oferecido, e ele aceitou, a adjudicação do contrato dos dízimos de São Paulo. Apesar do aparente desinteresse inicial, vai procurar, tal como se passou com o contrato do tabaco para Espanha, renovar sucessivas vezes a adjudicação, voltando a arrematar o contrato por mais três anos, até final de Junho de 1798, pelo preço ligeiramente aumentado de 76.000\$000 contos de reis¹⁸³, cada ano. Segundo o próprio, a aceitação de tão pequena diferença resultaria de uma retribuição “em atenção ao empréstimo que fiz de cincuenta mil cruzados ao Real Erário cujo empréstimo entrou em contemplação para me atenderem na dita arrematação (...).”¹⁸⁴. Contrariamente ao contrato anterior, na vigência deste haveria um administrador, o qual numa primeira fase seria José Romão Junot, o próprio secretário do governador, que mais tarde vem a ser substituído por Bento Tomás Viana.

O contrato fora adjudicado inicialmente a Jacinto Fernandes Bandeira e a José Pinheiro Salgado, pelo valor de 76 contos de reis, em Lisboa. Ocorreu, no entanto, um atraso na transmissão para São Paulo das ordens relativas à arrematação, uma vez que, como explica o Marquês de Ponte de Lima em carta de 2 de Dezembro de 1795, o navio que as transportava fora apresado pelos franceses¹⁸⁵. Assim a Junta da Fazenda de São Paulo, por ordem do governador e com o intuito de não prejudicar o comércio e tirar maior benefício para a fazenda, adjudicou os ramos do contrato a comerciantes da própria capitania¹⁸⁶, pelo preço total de 89.200\$000 contos de réis, sendo o contrato geral arrematado por conta da Coroa, como se de uma administração direta se tratasse. Apesar do maior valor e do correspondente benefício para a fazenda, Jacinto Fernandes Bandeira conseguirá que, por ordem da Rainha, se revogue a adjudicação feita pela Junta da Fazenda de São Paulo e lhe seja mantida a arrematação feita em Lisboa. Como ele próprio sugere na carta já referida^{187:188}, essa decisão teve em consideração o

¹⁸³ AHU, *São Paulo- Mendes Gouveia* (023-01), Doc. 3480(São Paulo, 4 de Maio de 1797)

¹⁸⁴BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.336

¹⁸⁵ Esta informação é também corroborada pela carta de Jacinto Fernandes Bandeira de 12 de Agosto de 1795, ao Governador Bernardo José Lorena. BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.489

¹⁸⁶ São eles os Coronéis José Arouche de Toledo, José Vaz de Carvalho e os Tenentes-coronéis José Manuel de Sá e Luís António de Souza.

¹⁸⁷ATC, Cartórios Avulsos, Cx.20, mç.54

empréstimo de 20 contos de réis que fizera à Coroa e portanto a influência e reputação de que gozava na Corte. Com este favor, ganharia mais 13.200\$000 réis anuais na exploração do contrato. Já no termo seguinte do contrato, até 1801, em que conservou a sociedade com José Pinheiro Salgado, teve de pagar os mesmos 89.200\$000 réis por que fora anteriormente adjudicado pela Junta da Fazenda de São Paulo.¹⁸⁹

O caso da arrematação do contrato dos dízimos de São Paulo revela até que ponto Jacinto Fernandes Bandeira gozava da proteção da própria Coroa, sendo-lhe concedidos alguns dos contratos que lhe seriam entregues como retribuição dos serviços financeiros prestados ao Reino¹⁹⁰. Tinha portanto uma influência considerável na Corte, que era completada pela relação com o governador local, que lhe trazia outros benefícios.

Em carta de 12 de Agosto de 1795, Bandeira refere a passagem de Lorena a governador das Minas Gerais. Prognosticava, então, os prejuízos que essa mudança iria trazer e pedia ao governador cessante que recomendasse Bento Tomás Viana^{191;192}, a quem deixava a administração do contrato dos dízimos, ao seu sucessor, e que resolvesse o problema da nova arrematação que deveria ser feita antes da sua partida.¹⁹³

A partir do momento em que Bernardo José Lorena é substituído por António Manuel de Melo e Castro Mendonça, surgem os primeiros problemas. O novo Governador, que vai assumir o cargo entre 1797 a 1802, tenta o estabelecimento de um novo contrato dos dízimos, mas sem sucesso, acabando o contrato por ser novamente licitado, por Bandeira, mantendo-se as mesmas condições do contrato anterior, para o qual procura, ainda, uma prorrogação para além do período estipulado dos três anos, a

¹⁸⁸ Isto fica também claro na transmissão de correspondência feita entre o Governador e Jacinto Fernandes Bandeira - BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.336; BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.489; BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.493; BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.495; BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.543; BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.545

¹⁸⁹ATC, Cartórios Avulsos, Caixa 20, mç. 54

¹⁹⁰AHU, Ultramar (035), Doc. 777(Palácio de Queluz, 23 de Janeiro de 1795)

¹⁹¹“(…)Bento Tomas Viana, (...)Ele deve ficar em razão da Administração do novo Contrato, em cuja já deve estar pratico, e depois dessa com as instruções que V. Exa. lhe deixar poderá finalizar este, com as vantagens que esperamos, porem sem a proteção de V. Exa. não poderá ser feliz, porque cobranças de Dízimos são muito custosas de fazer.” BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.489

¹⁹² Vai ascender entre os comerciantes da capitania e “tornar-se-ia capitão-mor de São Vicente” COSTA, 2012, p.417

¹⁹³BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.493; BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.495; BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.517; BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.543

que D. João VI acedeu, ficando na sua posse até 1808, sendo herdado pelo seu sobrinho, uma vez que, morre em 1806¹⁹⁴.

O contrato geral do tabaco e outros contratos do Reino

No mesmo ano em que arremata pela primeira vez o contrato dos Dízimos de São Paulo, em 1792, Jacinto Fernandes Bandeira passa a integrar a sociedade que explorava o Contrato do Geral do Tabaco do Reino. Para o efeito terá sido determinante a sua anterior participação nos contratos das baleias e sal, bem como toda a experiência que ganhara ao arrematar para si, o Contrato do Tabaco Brasil para Espanha.

As relações que desenvolveu ao arrematar os contratos do sal e das baleias seriam altamente favoráveis uma vez que, entre alguns dos outros contratadores integravam também a sociedade arrematante do contrato do tabaco. Por sua vez, o contrato do tabaco para Espanha dava-lhe experiência e notoriedade no comércio desse artigo, além do benefício de dispor de uma rede que lhe facilitava os negócios em que tinha acumulado o capital e a reputação que terão justificado o convite. Deste modo, abria-se a oportunidade para que Bandeira participasse na repartição de uma valiosa fonte de rendimento, pois, tal como nos refere Jorge Pedreira¹⁹⁵, este era o mais rendoso contrato, fosse para a Coroa, fosse para quem o explorasse.

Segundo Raul Esteves dos Santos¹⁹⁶, no consulado pombalino verifica-se uma mudança na administração do contrato que, passa a ser adjudicado diretamente a uma pessoa, com a faculdade de escolher os seus parceiros¹⁹⁷. O eleito era Anselmo José da Cruz Sobral, homem próximo de Sebastião José de Carvalho e Melo, que por morte do anterior cabeça do contrato, já fora designado como «claviculário» adquirindo por isso o direito ao mesmo.

O contrato foi adjudicado por 9 anos, com início a 1 de Janeiro de 1765, pelo preço de 884.000\$000 réis por ano. Da sociedade adjudicatária faziam parte, além do

¹⁹⁴ Mesmo depois de um parecer desfavorável de Miguel Carlos Aires de Carvalho, Procurador da Coroa e Fazenda da Capitania de São Paulo, que tinha manifestado que o Contrato dos Dízimos de S. Paulo feito a Jacinto Fernandes Bandeira, por 6 anos, dos quais já se tinham completado 3, se pusesse “em Praça”, uma vez que tinha sido anunciado na Gazeta o Alvará de 12 de Julho de 1800 “*que abolia, e fazia cessar as prorrogações dos Contratos.*” *AHU, São Paulo- Mendes Gouveia* (023-01), Doc. 4101(S. Paulo, 19 de Dezembro de 1803)

¹⁹⁵ PEDREIRA, 1995

¹⁹⁶ SANTOS, 1974 páginas

¹⁹⁷ JacomeRatton, nas suas memórias (RATTON, 1992) aponta a relação entre Sebastião José de Carvalho e Melo, com o Padre António da Cruz, Oratoriano. Segundo ele terá sido a relação entre estes dois homens, que terá levado os irmãos Cruz, a ascender ao lugar que conseguiram dentro da sociedade portuguesa.

referido Anselmo José da Cruz Sobral¹⁹⁸, Policarpo José Machado e João Rodrigues Caldas, em cuja posse haveria de manter-se por muito tempo. A partir da adjudicação relativa aos anos de 1783-1785, o contrato passa a abranger não só o o Reino e as Ilhas Adjacentes, mas também Macau. Neste último porto, os contratadores aproveitavam as naus de retorno, para trazerem chá e outros produtos para o Reino.

Na arrematação seguinte, para os anos de 1786-1791, a renda anual sobe para 980.000\$000 réis, sendo a sociedade alargada a dois familiares próximos dos contratadores: Luís Rodrigues Caldas, irmão de João, e Gerardo Wanceslau Braamcamp de Almeida Castelo Branco, genro de Anselmo José da Cruz Sobral. No sexénio seguinte (1792-1797) o preço de arrematação é novamente elevado e a sociedade adjudicatária volta a alargar-se, mas agora não só a novos membros das mesmas famílias, António Francisco Machado (filho de Policarpo José) e João Pereira Caldas (filho de Luís Rodrigues Caldas), mas a dois elementos novos que dez anos mais tarde, por morte de Anselmo José Sobral, ficarão à cabeça do contrato: Joaquim Pedro Quintela e Jacinto Fernandes Bandeira. É portanto em 1792 que passa a figurar entre os maiores contratadores e assim se manterá até à sua morte.

De facto, há acordo na historiografia quanto a um ponto, este era o mais lucrativo contrato do Reino. Vários contemporâneos fazem a sua análise quanto ao lucro que os contratadores obtinham. Segundo Fernando Dores Costa¹⁹⁹ e Jorge Pedreira²⁰⁰ Martinho de Melo e Castro, estima um lucro em 1792 de 417 contos de reis por ano, depois de retirados os pagamentos feitos ao Estado, a que se somariam os lucros do Contrato de Macau, que nesse mesmo ano tinha sido integrado no contrato geral, e o das saboarias, que havia muito que nele estava anexo. Outro desses contemporâneos é Jacome Ratton, que estime os lucros dos tabaqueiros em 900 contos de reis anuais. Por fim há ainda um outro homem que é tido em conta. O seu nome é José Joaquim Cardoso, ocupando o cargo de escrivão da mesa da Alfândega do Tabaco, estimando esses mesmos lucros em 1000 contos anuais. É nos cálculos deste homem que Fernando Dores Costa se apoia para comprovar os lucrativos rendimentos dos contratadores. José Joaquim utiliza, para os seus cálculos, os valores anuais enviados pelos contratadores para as fábricas. “É a partir desses valores brutos que pode dar fundamentação à

¹⁹⁸Segundo Raul Esteves dos Santos, as quotas dos irmãos de Anselmo José, José Francisco da Cruz Alagoa e Joaquim Inácio da Cruz Sobral, estavam invisíveis na quota de Anselmo, uma vez que estes não podiam deter qualquer participação por deterem cargos públicos. SANTOS, 1974

¹⁹⁹ COSTA, 1992

²⁰⁰ PEDREIRA, 1995

avaliação do produto das vendas efectudas que, subtraídas as despesas consideradas, permite uma aproximação aos lucros.”²⁰¹

Já Jorge Pedreira prefere utilizar uma outra fonte. Baseia-se então na oferta de José Pinto Basto, que em 1816 encabeça uma sociedade que procura tomar para si o referido tabaco. Para isso, oferece à Coroa o pagamento de 370 contos de reis anuais, levando Pedreira a estimar que o rendimento do mesmo andaria nos 500 contos anuais, para os contratadores²⁰².

Além do contrato geral do tabaco, é necessário referir ainda um outro contrato que, Jacinto Fernandes Bandeira vai obter nos últimos anos da sua vida e que se encontra relacionado com os empréstimos que fez à Coroa para que esta pudesse satisfazer as exigências financeiras francesas, e desse modo conservasse uma posição neutral, no conflito hegemónico entre França e Inglaterra.

Não dispondo a Coroa da liquidez suficiente para fazer face a essas exigências, Jacinto Fernandes Bandeira, aceita pagar a indemnização exigida pela França, em troca da concessão do contrato do pau-brasil, por oito anos, fazendo um adiantamento à Coroa de 16 mesadas, no total de 2.400.000\$000 contos de reis.

Ao adquirir este contrato, Bandeira entrava em mais um mercado de produtos coloniais. O contrato foi arrematado por oito anos tendo início a 1 de Janeiro de 1800 durando até 31 de Dezembro de 1808, devendo ser pagos à Coroa, por cada ano, 161.600\$000 reis, sendo 1% desse valor, ou 1.616\$000 reis, destinado a obras pias.

Embora não se tenha encontrado o original do Contrato do Pau-brasil, sabemos, através de outro documento, que obrigava a extração anual de 20.000 quintais ao preço de 8\$000 reis cada quintal. Cabia à Casa da Índia receber a madeira, vindo dos seus locais de extração, nomeadamente do Pernambuco²⁰³, contá-lo e armazená-lo, registando-o nos respectivos Livros de Entrada. A importância desta contabilização era ditada pela necessidade de um adiantamento de pagamento neste contrato, estar subjacente um acerto de contas entre contratador e Coroa. Uma vez armazenado, o contratador ou seu procurador, deveria deslocar-se à Casa da Índia, levantando as

²⁰¹ COSTA, 1992, p.226

²⁰² PEDREIRA, 1995, pp.153-155

²⁰³ ATC, Cartório de Avulsos, Caixa 37 [CA-37-1,3.B.2]

quantidades que achasse necessárias, ficando o dito levantamento registado nos chamados Livros de Receita do Contratador²⁰⁴.

Ao que parece, apesar dos vários esforços sempre desenvolvidos pela Coroa, o contrabando²⁰⁵, a que já fizemos referência anteriormente, também afetava este contrato²⁰⁶. Assim, Jacinto Fernandes Bandeira vai requerer ao Príncipe Regente a nomeação de vários Juizes Conservadores, na procura de controlar este problema. Sua Majestade acede e em decreto de 24 de Julho de 1804, nomeia para o dito cargo em Lisboa, João de Matos e Vasconcelos Barbosa de Magalhães²⁰⁷, para o Porto, Francisco Sabino Alvares da Costa Pinto, Desembargador da Casa da Suplicação do Porto, e por fim, para o Rio de Janeiro²⁰⁸, Baía²⁰⁹ e Pernambuco²¹⁰, nomeia os ouvidores dessas Capitânias²¹¹.

Na viragem do século, para além do contrato do pau-brasil, Jacinto Fernandes Bandeira, em sociedade com José Pinheiro Salgado e Carlos Francisco Prego, vai tomar o Contrato do Paço da Madeira, bem como o Contrato do Consulado do Paço da Madeira²¹². O primeiro seria arrematado no Conselho da Fazenda, a 13 de Julho de 1799, por três anos, com início em 1 de Janeiro de 1800, pelo preço de 40.000\$000 contos de reis a pagar à Coroa em cada ano²¹³. Esta concessão será renovada por mais três anos, até 31 de Dezembro de 1806, sofrendo o valor da renda um aumento substancial para 50.900\$000 contos de reis,²¹⁴.

²⁰⁴ ANTT, Alfândega de Lisboa, Casa da Índia, Receita do Contratador do Pau-Brasil, liv. 1707, 1708, 1603, 1604, 1605, 1606, 1607

²⁰⁵ GODINHO, 1968; GODINHO, 1982-1983

²⁰⁶ O problema do contrabando estava desde os pontos de produção até ao comércio em si. Ficamos a saber disso, por exemplo por um documento que se intitula Cópia do Regimento sobre o Pau-Brasil, datado de 12 de Dezembro de 1605, onde o rei procura controlar o corte, ou ainda um outro datado de 6 de Maio de 1703 onde o rei procura controlar o embarque do produto para os portos de África, a partir do Brasil, instituindo a necessidade, no caso em concreto do Pará, de uma visita. ANTT, Papeis do Brasil, mc.2, n.º2

²⁰⁷ ANTT, Chancelaria de D. Maria I, Livro 72, fl.253

²⁰⁸ ANTT, Chancelaria de D. Maria I, Livro 73, fl.194v.

²⁰⁹ ANTT, Chancelaria de D. Maria I, Livro 73, fl. 194v.

²¹⁰ ANTT, Chancelaria de D. Maria I, Livro 73, fl. 195.

²¹¹ AHU, Brasil Geral (003), Doc. 2883 (Queluz, 24 de Julho de 1804)

²¹² *Tabela dos Contratos e Rendas Reaes que se arrecadão pela Contadoria Geral da Cidade e Termo*, ATC, Cartórios Avulsos, Cx.116

²¹³ ANTT, Conselho da Fazenda, Vedoria e Repartição do Reino e do Assentamento, Livro 120, fl.275; Antes de ser detido por esta sociedade, este contrato estava na mão dos irmãos Ferreira Sola, ou seja, João Ferreira (Sola) e depois, por sua morte António José Ferreira (Sola), também eles o detinham em sociedade com outros comerciantes. Tinham detido o dito contrato por seis anos com início em 1 de Janeiro de 1794, arrematado ao preço de 36.100\$000 contos de reis livres para a Coroa. ANTT, Conselho da Fazenda, Vedoria e Repartição do Reino e do Assentamento, Livro, 127, fl.71v.

²¹⁴ ANTT, Conselho da Fazenda, Vedoria e Repartição do Reino e do Assentamento, Livro 128, fl. 44 a 48

Parece-nos ainda importante dar uma nota sobre os seus associados nestes contratos. José Pinheiro Salgado era já sócio de Fernandes Bandeira noutros negócios como o contrato dos Dízimos de São Paulo, tendo ele próprio uma apreciável fortuna, cabendo dentro da nomenclatura de negociantes de grosso trato. Já Carlos Francisco Prego é também um desses homens, que, ao associar-se a Bandeira beneficia outros seus negócios, uma vez que era um grande fornecedor de lenhas e carvões do Estado. Era ainda um dos maiores seguradores da praça de Lisboa, tal como nos refere Jorge Pedreira²¹⁵.

Quanto ao destino final do pau-brasil ou das madeiras, não conseguimos determiná-lo com precisão, embora possamos apresentar algumas hipóteses plausíveis. No caso do primeiro terá certamente fornecido a tintura à indústria de panos portuguesa, inclusivamente às fábricas em que Jacinto Fernandes Bandeira teve interesses, como em seguida veremos. Sabemos que terá igualmente seguido o rumo da exportação, para o mercado francês, inglês holandês ou italiano, seguindo as rotas da distribuição das mercadorias coloniais pela Europa. Através da obra de Marten G. Buist²¹⁶, ficamos a saber que a Casa Hope & Cp^a será a representante de Jacinto Fernandes Bandeira a partir de 1804, cabendo-lhe a ela a venda a partir de Amesterdão. Diz-nos ainda o mesmo autor que “Markets for deywood existed in London and Amesterdam, and approximately equal quantities were sold on each of these. Salis in Hamburg were small – about 50-60.000 pounds annually. France obtained supplies direct from Lisbon, and thus sales in that country need not harm the market in Holland, provided that satisfactory price limits were set. But Barbant and Flandres shoul be included in the territory covered from Amesterdam.”²¹⁷

No caso das madeiras terão tido como destino a indústria portuguesa, seja para reconstrução da cidade de Lisboa, que continuava²¹⁸, ou para fornecimento régio, alimentando o contrato de Carlos Francisco Prego.

²¹⁵ Ainda segundo este autor, José Pinheiro Salgado deteria 7 contratos e Carlos Francisco Prego 8 contratos Pedreira, 1995. pp.171-172

²¹⁶ BUIST, 1974

²¹⁷ BUIST, 1974, p.408

²¹⁸ Sugestão apresentada por Frédéric Mauro (MAURO, 1991)

Indústria e comércio

Além dos estancos e da cobrança de direitos, Jacinto Fernandes Bandeira acabou por interessar-se, com alguns dos que se tornaram os seus associados habituais, na arrematação da exploração das Reais Fábricas de Lanifícios da Covilhã e Fundão, quando, na sequência das reformas do governo de D. Maria, estas (e outras) foram transmitidas a particulares²¹⁹. Na sociedade participavam Joaquim Pedro Quintela e também António José Ferreira (Sola), que ficava à frente da administração, e os negociantes Luís Machado Teixeira e António Francisco Machado. Embora se tratasse de um negócio diferente, com exigências técnicas particulares, era ainda o abastecimento da Coroa que estava no horizonte dos concessionários. Este contrato terá a duração de doze anos, com início em 1 de Julho de 1788, tendo como objecto principal a produção do fardamento das tropas do Reino. Os objetivos desta sociedade traduzem-se em três pontos, aumentar a produção, diminuir os gastos e maximizar os lucros²²⁰. Para isto propõem-se realizar investimentos, ampliando as instalações e aumentando os equipamentos, que passam de 40 a 110 teares, o que permitiria alargar sucessivamente a produção. A partir de 1799, a mesma sociedade vai administrar a Real Fábrica de Portalegre, controlando interesses concorrenciais.

Ainda no contexto do investimento industrial, em 1802, mais precisamente a 2 de Agosto, com a nomeação da direção da Real Fábrica de Papel de Alenquer, Jacinto Fernandes Bandeira, dá mais um passo na consolidação dos seus negócios. Serão seus sócios, Joaquim Pedro Quintela, António Francisco Machado, José Pinheiro Salgado, João Pereira de Sousa Caldas, Francisco Manuel Calvet, Pedro Bettamio e Sebastião António da Cruz Sobral. Estes capitalistas formam assim um consórcio, por 25 anos, tirando daí os seus lucros até que se lhes sejam ressarcidos os cabedais investidos.

Além da atividade comercial que derivava directamente dos contratos régios em que tomava parte, Jacinto Fernandes Bandeira animava a compra e venda de diversos produtos de origem colonial (couros, açúcar, algodão, melão), mas não só, pois também negociava em cereais. Algumas cartas que endereçou ao governador de São Paulo, Bernardo José de Lorena, assim como certos pagamentos que recebeu por conta dos adiantamentos feitos à Coroa revelam a sua participação no comércio de couros²²¹.

²¹⁹ANTT, Real Fábrica das Sedas, Livro 388, fl.91v. a 95v.

²²⁰MADUREIRA, 1997

²²¹ATC, Cartórios Avulsos – Caixa 40[C.A. Caix.40, 13, B, 5]

Agia enquanto comissário de dois paulistas, Catarino José e Francisco José, estando incumbido, como refere a correspondência, a venda dos couros, pela qual recebia uma comissão²²². Como intermediário estaria o governador que indicava os comerciantes a quem Fernandes Bandeira havia de servir de comissário. O destino dos couros importados de São Paulo era tanto o mercado interno (alargado pela atribuição à produção nacional do fornecimento de alguns artigos para a tropa (arreios e calçado), bem como o internacional, fornecendo a indústria de calçado, que se encontrava em clara expansão.

Os mesmos documentos demonstram ainda a sua atividade no comércio de açúcar²²³, do algodão²²⁴, do anil e do melaço. No primeiro caso, no circuito entre o Brasil e o mercado europeu e, no segundo, a par desse destino, terá estado o abastecimento de algumas as fábricas portuguesas. As cartas que trocava com o Governador de São Paulo revelam ainda que também o anil, matéria-prima de que se extraía o pigmento azul, era transportado nos seus navios, com destino ao Reino.

Bandeira não deixou também de intervir no comércio de produtos alimentares. Negociava em arroz, que tinha ainda uma presença limitada na alimentação dos portugueses, e cereais. A par de outros comerciantes, como por exemplo Paulo Jorge, como refere Jorge Pedreira²²⁵, promoveu a importação de cereais, nomeadamente trigo, para o Portugal europeu. Aproveitando a instabilidade da produção nacional a partir da década de 1780, a que se refere José Vicente Serrão, animou uma operação de importação, em 1788, da qual ficaram registos nos Cartórios Notariais de Lisboa²²⁶,

Assim vai contratar com Bento Ferreira Soares, Tomás José Duarte e José Coelho Dias, o transporte de cereais de Mogador, no Reino de Marrocos, para Portugal²²⁷. Não foi possível apurar exatamente, se estes homens eram agentes do negócio, ou seja, se serviam de intermediários da compra no local ou se Bandeira se

²²² BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.336 – 29 de Julho de 1791

²²³ Dentro da indústria açucareira, não podemos esquecer a Cachaça, produto que estaria certamente nos negócios de Bandeira, bem como o melaço, utilizado nos fardos de tabaco para os proteger e que por isso era também comercializado por Bandeira como nos comprova uma sentença jurídica de 1786 (ANTT, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, mç.26, nº7, cx. 213)

²²⁴ ATC, Cartório de Avulsos, Caixa 37 [CA-37,1,3.B.7]; ATC, Cartórios Avulsos – Caixa 40[C.A. Caix. 40, 14]

²²⁵ PEDREIRA, 1995

²²⁶ ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 24, Livros 130, fl. 88 e 111-112v.; ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 25, Livros 133, fl.1

²²⁷ ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 24, Livros 130, fl. 88v. e fl.111v. a 112v.; ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 25, Livros 133, fl. 1

limitava a contratar com eles o transporte tendo outros contatos em Marrocos. Em qualquer caso, os cereais eram comprados em Marrocos, e trazidos para Portugal, sendo o frete pago em função do volume transportado em moios, mas não sendo os valores tabelados. Assim a Bento Ferreira Soares, são pagos 4800 reis por moio para serem trazidos 330 moios; a Tomás José Duarte o frete custa 2400 reis por moio para transporte de 228 moios; e a José Coelho, pagam-se 220 reis por moio, para o transporte de 300 moios de trigo.

Sabemos também que era fornecedor do Arsenal da Marinha, sendo por isso, em 1795, nomeado Comissário da Marinha, ficando responsável, oficialmente, pelo fornecimento de produtos de vária índole ao dito Arsenal²²⁸.

A variedade de interesses que mantinha e de negócios em que participava colocava Jacinto Fernandes Bandeira como um dos mais diversificados. Os contratos régios cedo se tornaram o núcleo central da sua Casa, procurando sempre que possível as vantagens que a protecção e a influência política asseguravam, como é evidente no caso do giro em torno de São Paulo. Mesmo alguns dos empreendimentos industriais e comerciais que anima estão ligados à Coroa (por exemplo as fábricas de panos para a produção dos fardamentos) ou derivam directamente dos contratos de que foi adjudicatário para exploração de estancos (tabaco, sal, pescaria das baleias, pau-brasil) ou para a cobrança de direitos (couros e açúcar, por conta dos dízimos de São Paulo; madeiras). Esta relação viria a estreitar-se particularmente no campo financeiro, gerando vantagens em vários negócios.

²²⁸ COSTA, 1992, pp.280-281

O Financeiro

“O crédito era portanto universalmente considerado como um elemento constitutivo da actividade comercial”²²⁹. Sendo assim Jacinto Fernandes Bandeira procurará também ele participar nas atividades creditícias, seja emprestando a privados, seja à Coroa.

Os contratos monopolísticos que acumulou ao longo dos anos, como antes referimos, permitiram-lhe juntar um capital significativo, o que lhe conferia os meios para entrar no negócio da concessão de crédito. No século XVIII, em Portugal, o empréstimo de dinheiro a juros não estava nas mãos dos bancos, que não existiam, mas sim das pessoas de diferentes qualidades que tinham capital disponível para emprestar.

Embora participasse nas diversas formas de crédito existentes²³⁰, Bandeira faria essencialmente empréstimos a dinheiro a entidades como a Coroa, sua maior devedora e, letras de câmbio que eram utilizadas nos negócios. Mantinha também algumas práticas bancárias, se bem que muito menos expressivas, como a aceitação de depósitos.

Os empréstimos estavam sujeitos às condições estipuladas entre as partes, sendo que, podiam ou não estar registados sob a forma de escritura notarial. Normalmente os devedores prestavam garantias sob a forma de hipotecas de bens imóveis ou móveis, ou de outros objetos pessoais. Por vezes não havia uma garantia, fruto da confiança entre as partes. Inicialmente o juro poderia variar entre 4% e os 6,25%, mas, com o Alvará de 17 de Janeiro de 1757, estabelece-se uma taxa fixa de 5% que se aplica a todos os negócios com excepção do comércio com a Ásia, no qual o juro ficaria acordado entre as partes²³¹.

No comércio marítimo, eram utilizadas as escrituras de dinheiro a risco ou letras de risco, sendo estas as mais comuns (não havia lugar a escritura pública), estando pelo alvará de 15 de Maio de 1776 equiparadas às primeiras. “A especificidade destes contratos residia no facto de o credor arriscar simultaneamente o capital e o prémio. No caso de o navio ou carga se perder em virtude dos «perigos de mar, fogo, corsários, e piratas, inimigos e falsos amigos», o devedor ficava ilibado de qualquer reembolso.”²³²

²²⁹ PEDREIRA, 1995, p.350

²³⁰ ROCHA, 1996

²³¹ Revogado em 5 de Maio de 1810.

²³² ROCHA e SOUSA, 2005, p.225

Mais comuns na atividade comercial e manufactureira eram as letras de câmbio que permitiam evitar a transferência de grandes quantias em moeda metálica, sobretudo entre regiões longínquas, e facilitavam assim a circulação de bens, dado que tinham um caráter e reconhecimento internacional. Funcionavam usualmente também como um meio de crédito, pois tanto constituíam uma forma de pagamento diferido, como podiam ser levantadas com desconto antes do seu prazo de vencimento, tornando-se uma forma de obter liquidez, se necessário.

Como já referimos, não há bancos em Portugal até à segunda década do século XIX, será o Estado a ficar responsável pela transação e desconto das letras de câmbio, o que leva à criação do cargo de Corretor Mor de Câmbios, por lei de 28 de Setembro de 1718, que, com a criação da Junta do Comércio, acaba por ser extinto. No entanto, esta responsabilidade é apenas tutelar, sendo os comerciantes privados, nacionais e estrangeiros, encarregues da emissão e desconto das letras.

É principalmente através dos processos litigiosos de cobrança de dívidas que conhecemos alguns casos de concessão de crédito a privados por Jacinto Fernandes Bandeira. Guardam-se na documentação conservada acções judiciais por ele intentadas, com o intuito de recuperar as somas emprestadas. É exemplo disso a acção cível movida a Filipe José Rodrigues de Aguiar, em 29 de Maio de 1804, para que a execução de uma letra no valor de 696\$750 reis²³³; ou da execução da dívida de 600\$000 reis, em 8 de Julho de 1805 interposta contra a Jacinto Viegas e sua mulher, por falta de pagamento²³⁴. A estas acções podemos somar outras mais. Uma contra o Padre José da Cunha Gusmão, e outra contra o Desembargador José Campos e Sousa e mulher^{235;236}.

As dívidas ativas podiam ser também herdadas, cabendo ao testamenteiro ou aos herdeiros cobrá-las ou, na falta de pagamento, executá-las. Também encontramos Bandeira nesta posição, enquanto testamenteiro e herdeiro de José Alves Bandeira, procurando cobrar as dívidas do seu testador. Assim, em 19 de Setembro de 1782,

²³³ ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, letra J, mç.433, cx.1077

²³⁴ ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, letra J, mç.878, cx.1 e 2

²³⁵ ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, letra J, mç.2617, cx.2

²³⁶ ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, letra J, mç.2580, cx.2; ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, letra J, mç.2613, cx.2; ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, letra J, mç.2625, cx.2; ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, letra J, mç.2639, cx.2; ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, letra J, mç.2641, cx.2; ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, Letra J, mç.2668, cx.2; ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, Letra J, mç.2686, cx.2; ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, Letra J, mç.2894, cx.3; ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, Letra J, mç.2999, cx.3; ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, Letra J, mç.3002, cx.1; ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, Letra J, mç.3002, cx.1; ANTT, Feitos Findos, Fundos Geral, Letra J, mç.3011, cx.1; ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, Letra J, mç.3287, cx.4; ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, Letra J, mç.3289, cx.4

manda cobrar a dívida de Bernardo Francisco da Silva e sua mulher²³⁷. Herda também um crédito sobre D. Brites Maria Ana Rita Francisca de Almeida Meneses, num processo que se irá arrastar por longos anos²³⁸.

Já no que toca às atividades de tipo bancário, estas estão dentro do que era feito na praça de Lisboa, tal como nos refere Jorge Pedreira²³⁹. Ali já se praticava o desconto de letras, de bilhetes e do papel-moeda, a que se junta a aceitação de depósitos. É quanto a esta última atividade que encontramos referência a Fernandes Bandeira. Exemplo disso é o caso das somas entregues por Dona Carlota Joaquina²⁴⁰ e pelas infantas Maria Teresa, Maria Isabel e Maria Francisca²⁴¹.

Mais do que estes créditos e práticas bancárias a particulares, foi o papel de Jacinto Fernandes Bandeira enquanto financeiro do Estado que o tornou um elemento chave do sistema financeiro português no último quartel do século XVIII. Além das elevadas somas que entregava ao Erário Régio, pagava também as representações diplomáticas portuguesas, adiantava dinheiro para compras no estrangeiro, e o seu nome apresentava-se como garantia tanto dos grandes empréstimos internacionais, como dos pagamentos feitos à França, necessários para a manutenção do reconhecimento da neutralidade portuguesa.

Segundo Vitorino Magalhães Godinho, as finanças públicas portuguesas dependem, desde a sua fundação, da cobrança do tributo, que “supõe, com efeito, que numa comunidade (*res publica*) se dê a separação do poder público face aos particulares (à coisa privada), que deste modo vêm diferenciar-se de si o príncipe, detentor dessa *respublicae potestas*”²⁴². Contudo, os encargos eram com frequência superiores às receitas, para o que as despesas extraordinárias (por exemplo, decorrentes das guerras ou dos casamentos da família) muito contribuíam. O recurso ao endividamento torna-se comum, tanto pela constituição de uma dívida flutuante, várias vezes contraída junto de mercadores-banqueiros estrangeiros, como da dívida consolidada. Assim, durante o reinado de D. Manuel I estabelecem-se um conjunto de mecanismos, nomeadamente a

²³⁷ ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, letra J, mç.2221, cx.1; ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, letra J, mç.2225, cx.3

²³⁸ ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, letra J, mç.1583, cx.2; ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, letra J, mç.2224, cx.1; ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, letra J, mç.2225, cx.3

²³⁹ Pedreira, 1995, p.357

²⁴⁰ ANTT, Feitos Findos, Registo Geral de Testamentos, Livro 357, fl. 49 e Livro 365, fl.118

²⁴¹ ANTT, Feitos Findos, Inventários *post-mortem*, Letra J, mç.428, nº10 - Segundo Jacinto Fernandes da Costa Bandeira, este tinha recebido de seu tio e ao ir entrega-las como dispunha o dito testamento a senhoras lhe mandarão que continuasse com elas.

²⁴² GODINHO, 1968, p.27

venda de padrões de juro real, títulos que consistiam num adiantamento de dinheiro à Coroa e que venciam um juro, que constituía o rendimento do capital entregue, até à sua prometida amortização. Em 1796, os padrões de juro dão lugar às apólices do primeiro empréstimo moderno, que a Coroa então ofereceu à subscrição pública²⁴³.

Ao mesmo tempo, a Monarquia, continuará a ver-se obrigada a pedir empréstimos a particulares, no sentido de fazer face às suas necessidades financeiras que advinham sobretudo, segundo Fernando Dores Costa, das despesas militares, decorrentes da conjuntura europeia do final do século XVIII²⁴⁴. Esta será também a tendência das outras monarquias europeias, levando este historiador, a concordar com Geoffrey Parker, e a afirmar que há um aumento das despesas no século XVIII e que daí decorre a necessidade do endividamento: “As monarquias gastam sempre mais do que aquilo que dispõem, o crédito e a dívida acompanham-nas sempre, muito em particular quando a guerra exige despesas extraordinárias.”²⁴⁵ As necessidades de financiamento do Estado, em especial por via das guerras, estão na origem da chamada revolução financeira inglesa do século XVIII.

Isto mesmo acontece com a Coroa portuguesa: “segundo um cálculo efectuado em Novembro de 1799, as despesas, entre o início de 1797 e o final do primeiro semestre de 1799, teriam ultrapassado em 11262 contos o total das receitas (14467 contos), ou seja, a dívida produzida corresponderia a quase 78% das disponibilidades efectivas do Erário.”²⁴⁶ As necessidades de financiamento do Estado eram prementes, atribuindo-se aos comerciantes um papel fundamental no seu preenchimento. Isso mesmo reconhecia o Marquês de Penalva, ao afirmar: “Para que legitimem a sua riqueza devem os negociantes «generosamente valer ao Estado com huma porção dos seus bens»”²⁴⁷, prática essa que segundo o mesmo Marquês havia sempre ocorrido.

Acreditava o Marquês e também uma parte da sociedade, que os comerciantes só tinham enriquecido à custa dos contratos que detinham com o Estado, devendo por isso, retribuir servindo a Coroa, desta feita sob a forma de empréstimos, sempre que necessários. O resultado será, no entanto, sempre positivo para os comerciantes, pois se de facto a sua riqueza advinha da detenção desses mesmo contratos, os empréstimos

²⁴³ COSTA, 1992

²⁴⁴ COSTA, 1992, p.17

²⁴⁵ COSTA, 1992, p.18

²⁴⁶ COSTA, 1992, p.19

²⁴⁷ COSTA, 1992, p.441

serão mais um negócio, obtendo daí um lucrativo rendimento e deixando a Coroa refém dos seus desígnios²⁴⁸.

Ainda antes de se ver obrigada a recorrer à venda de dívida, a Coroa procura outras formas de se financiar. Uma delas é a concessão de contratos, ou de prorrogações dos mesmos, relativos à de exploração de monopólios e exclusivos ou à cobrança de impostos e outros direitos, em troca de adiantamentos à Coroa. Pode questionar-se se estaremos ou não perante uma dívida oculta do Estado. Isto decorre de se tratar de adiantamentos negociados particularmente com os contratadores e não de empréstimos formais. Um exemplo claro desse procedimento é a concessão a Jacinto Fernandes Bandeira do Contrato dos Dízimos de São Paulo, entre 1795-1798, depois deste ter emprestado à Coroa 50 mil cruzados. Renovação que volta a ser concedida para os anos de 1798-1801, por ter emprestado 20 contos de reis. Já em 1794, há um mecanismo semelhante, desta vez cabe aos contratadores gerais do tabaco, a que Fernandes Bandeira pertence, adiantar à Coroa 800 contos de reis, tendo como contrapartida a prorrogação do contrato por mais seis anos, ou seja, de 1794 a 1802²⁴⁹.

Mas mesmo depois do chamado «primeiro empréstimo», em 1796, a Coroa continua a recorrer a esta forma de endividamento. Em 1800, Jacinto Fernandes Bandeira receberá o Contrato do Pau-brasil (1800-1806), tal como tínhamos já referido, como contrapartida por ter emprestado 2.400.000\$000 reis à Coroa. Em pagamento, além do contrato, recebe ainda “1200 sacas de Algodão no valor de 480.000\$000 reis; recebe, oriundo do contrato do Tabaco, 10.000\$000 reis por mês, a principiar em 1 de Janeiro e 10.000\$000 reis por quartel, sendo que nos primeiros 6 meses recebe 80.000\$000 reis; recebe dividendos da alfândega sobre o Tabaco, nos primeiros 6 meses no valor de 30.000\$000 reis; recebe da Companhia do Porto 240.000\$000 reis; do Pau-Brasil nos primeiros 6 meses o valor de 80.000\$000 reis; dos vignaes das vinhas do Porto 480.000\$000 reis. Tudo isto perfaz um total de 1.390.000\$000 reis. O resto hé por Empréstimo temporário à proporção que se forem vencendo as Mezadas do Tabaco, os

²⁴⁸ COSTA, 1992, p.442

²⁴⁹ Somam ainda várias outras condições, nomeadamente: cobrança de 5% de juero sobre o empréstimo; reembolso em seis prestações anuais do capital emprestado, a partir da vigência do novo contrato; exigem paragar-se a si próprios, descontado o valor e o juero dos pagamentos que têm que fazer à Coroa da renda do contrato do tabaco; por fim querem também que o seu juero esteja isento da décima

Escriptos da Alfadega e o Pau Brasil – pagando-se os juros de 6 [%] pelo dos intervallos dos pagamentos”²⁵⁰.

Sabemos também que, entre 1790 e 1792, Bandeira era detentor de padrões de juro, no valor de 380 contos de reis à Coroa²⁵¹. Além disso fez outros adiantamentos, que seriam depois reembolsados em dinheiro pelo Erário Régio. Disso nos dão conta as cerca de 19 ordens de pagamento do Erário Régio à sua casa comercial, entre Abril de 1797 e Junho de 1798, perfazendo o valor de 242.485\$433 reis²⁵².

Olhemos então para o «primeiro empréstimo». Foi aberto por decreto de 29 de Outubro de 1796, (clarificado por outro decreto de 7 de Novembro), sendo finalmente encerrado por alvará de 24 de Janeiro de 1803. Entretanto, a 13 de Julho de 1797 outro alvará determinara a emissão de mais três milhões de cruzados em apólices pequenas, que teriam a função de papel-moeda. Assim este empréstimo seria no valor de 12 milhões de cruzados. Como afirma Fernando Dores Costa: “O recurso à criação da «nova dívida» liga-se directamente aos acontecimentos políticos da conjuntura: é a ameaça de um conflito militar que leva à procura de recursos extraordinários que sustentem a mobilização geral.”²⁵³

Esta nova forma de endividamento tinha um carácter mais moderno, pois os títulos eram facilmente transmissíveis, uma vez que eram comparados a bens de raiz, ficando sujeitos às regras de transação desses bens. No entanto, estavam ainda sujeitos ao “pacto de retro nos padrões de juro, pelo qual era possível à Coroa anular a sua compra através do reembolso de capital inicial (...)”²⁵⁴

Foi D. Rodrigo de Sousa Coutinho que, enquanto presidente do Real Erário, teve grande influência no esboço das condições e forma do novo empréstimo. Uma das suas sugestões era a criação de um Banco, composto por negociantes, que se encarregasse da gestão dos juros decorrentes da venda do papel moeda, o que não chegou a acontecer. Cria-se sim uma Junta provisória, que teria por função “o recebimento das dotações e do

²⁵⁰ATC, Cartório de Avulsos, Caixa 37 [CA-37-1,3.B.2]

²⁵¹ANTT, Chancelaria de D. Maria I, Livro 31, fl. 94v.; ANTT, Chancelaria de D. João VI, Livro 1, fl.60 (MF.6887); ANTT, Chancelaria de D. João VI, Livro 1, fl.60 a 62 (MF.6887); ANTT, Chancelaria de D. João VI, Livro 2, fl.69

²⁵² ATC, Erário Régio, 419, pp. 12, 13, 14, 27, 37, 39, 43, 57, 83, 88 e 96

²⁵³ COSTA, 1992, p.46

²⁵⁴ COSTA, 1992, p.46

pagamento dos juros, composta por dois negociantes proeminentes, pelo Tesoureiro geral e pelo Escrivão da Tesouraria Geral.”²⁵⁵

Depois deste primeiro empréstimo foi preciso abrir um segundo. Foi lançado por decreto de 7 de Março de 1801, tendo por objetivo a obtenção de 12 milhões de cruzados, no entanto apenas se consegue 2.052.720\$000 reis, ou seja, menos de metade do pretendido. Segue na quase totalidade as regras do anterior. Vai incluir uma lotaria no sentido de permitir que o juro de 6% incida apenas sobre uma parte do dinheiro emprestado e não sobre a globalidade, reduzindo dessa forma o juro para 5%. Para garantir os encargos são criados novos impostos sobre bens de consumo.

Comparativamente ao anterior empréstimo, este segundo procura garantir a entrada de capital de todo o país, e não apenas de Lisboa e Porto, sendo que os corregedores e provedores das comarcas deviam exercer pressão sobre os homens detentores de fortunas, para que participassem na compra de apólices.

Em ambos os empréstimos Jacinto Fernandes Bandeira participa, estando entre os maiores subscritores. Em 30 de Julho de 1797²⁵⁶, é ainda nomeado vice-presidente da Junta dos Juros, a que deveria presidir sempre que o Presidente do Real Erário não o pudesse fazer. Fernando Dores Costa apresenta-nos uma hierarquia dos emprestadores, na qual aparece sempre bem colocado.

No primeiro empréstimo, os contributos de apenas 27 dos 228 emprestadores perfazem 75% da soma global, sendo que os que entregam “40 ou mais contos são responsáveis por mais de 40% do total entrado.”²⁵⁷ Destes apenas cinco não são de Lisboa, sendo que um é de Vila Viçosa, dois de Viana, um de Coimbra e um de Évora. Em Lisboa são os grandes capitalistas que se destacam: “Quintela com 60 contos, (...), Caldas com quase 46 contos, Bandeira com 40” contos. Para além destes temos ainda Jacinto José de Castro com 50 contos, Bento José Pacheco e filhos, José Pinheiro Salgado e Gaspar Pessoa Tavares, cada um com 40 contos cada.

Já no que toca ao segundo empréstimo há um conjunto de 3114 participantes. No entanto, aqueles que subscrevem mais de 10 apólices são apenas 115, ou seja 3.7%, perfazendo um total de 4542,5 ações, que representam 53,3% do total emprestado. Já os

²⁵⁵ COSTA, 1992, p.58

²⁵⁶ COSTA, 1992, p.58

²⁵⁷ Costa, 1992, p.165

225 emprestadores que compram 5 ou mais ações entraram com 62,6% do capital²⁵⁸. Assim, a maioria dos aforradores (78%) comprava apenas uma ou meia ação. Segundo Doris Costa, da análise deste segundo empréstimo ressalta a importância de uma elite financeira que garante o sucesso das emissões. À cabeça estão os grandes negociantes que subscrevem 500 ações, no valor de 120 contos, sendo eles Bandeira, Sobral e Caldas, seguidos por Quintela, com 94.560 mil reis²⁵⁹. Os seus adiantamentos somam 454.560\$000 reis, no seu conjunto, ou seja, 22,2% do total dos quase 1900 subscritores de uma ação.

Contudo, a pressão da conjuntura política europeia vai empurrar a Coroa para a contratação de novos empréstimos. Às já referidas despesas militares, no contexto da preparação para um conflito, somavam-se os encargos assumidos por via da tentativa de assegurar o reconhecimento pela França do estatuto de neutralidade de Portugal. Nestas circunstâncias, esgotados em larga medida os meios para reunir no mercado nacional o montante necessário, a monarquia procurará recorrer a um empréstimo internacional, que ficará conhecido como o «empréstimo dos 13 milhões de florins». Esta ideia tinha já surgido em 1796, quando Joaquim Pedro Quintela aborda a casa bancária Hope, em Londres, com quem já tinha relações comerciais desde 1791, enquanto contratador dos diamantes, pois nessa altura eram eles os seus receptores em Amesterdão. Por seu lado, Jacinto Fernandes Bandeira tinha uma relação privilegiada com os Baring de Londres, pois estes eram amigos de João Stanley, comerciante irlandês em Lisboa e seu guarda-livros. Procurava-se, nesta primeira tentativa, obter a quantia de 1,2 milhões de libras, hipotecando, para o efeito, a extração dos diamantes.

Esta abordagem vai repetir-se em 1801, sendo que, em ambos os casos, a pretensão foi recusada, pois segundo Marten Buist²⁶⁰, apesar do aumento das vendas dos diamantes em Amesterdão, o mercado inglês não permitia o empréstimo de forma segura. A casa bancária Hope dispunha-se, porém, a facultar um auxílio mais modesto: “They did, however, offer, jointly with Francis Baring & Co., to advance a reasonable sum for a shorter period – say, 100.000 pounds sterling for two years at 6% interest plus a commission of 5%.”²⁶¹

²⁵⁸ COSTA, 1992, p.169

²⁵⁹ COSTA, 1992, p.172

²⁶⁰ BUIST, 1974, pp.358-386

²⁶¹ BUIST, 1974, p.386

Não tendo atingido os objetivos traçados, Bandeira intensifica os seus esforços, como se mostra em carta enviada a Francis Baring, em que, na qualidade de agente da Coroa, oferece também como garantia “a penhora ou mesmo a venda das ilhas de Timor, Solor e Boléu, ou ainda se necessário, o território de Moçambique (...)”²⁶²

Apesar do insucesso inicial, ambas as casas estrangeiras ficam interessadas, sobretudo nos diamantes portugueses. Segundo Buist²⁶³, a correspondência entre as casas comerciais de Lisboa dá conta de que os Hope eram reconhecidos pela sua experiência no comércio de diamantes, que exportavam principalmente para a Turquia e a Rússia. As quantidades transacionadas vão variando de ano para ano. “Generally speaking, the annual totals were fairly high: in 14 of the 25 years between 1770 and 1794, more than 15,000 carats were sold.”²⁶⁴

Por seu lado os Baring sabiam da lucratividade deste tipo de empréstimos, acordados em tempos de Guerra, ou não estivessem eles a beneficiar dos créditos que tinham concedido a outras Coroas²⁶⁵. Assim, em Outubro de 1801, os banqueiros, por meio de John Stanley²⁶⁶ procuram chegar ao contacto do governo português, oferecendo um financiamento de 300,000£ esterlinas.

Este valor não era, no entanto, suficiente. Em 10 de Agosto de 1797, ficou por fim estabelecido o pagamento dos 3 milhões de cruzados aos franceses, com o compromisso de que Portugal apenas permitiria a entrada de 6 navios ingleses nos portos portugueses, o que não se iria verificar. O valor não seria pago apenas em moeda, sendo completado pela entrega de bens em espécie, nomeadamente algodão, açúcar e diamantes, a que se somava 1 milhão em letras de crédito. A pressão por parte da França era muito alta e por isso Stanley procura, junto dos Baring, aumentar a sua oferta para 1.200.000£, o que permitiria a satisfação das exigências com que Portugal estava confrontado.

Assim, seguindo as ordens do Regente, perante as dramáticas carências financeiras que ameaçavam o cumprimento das exigências de Napoleão, Joaquim Pedro Quintela e Jacinto Fernandes Bandeira formalizam junto da Casa Baring, em Novembro

²⁶² DAMAS, 2009, p.193

²⁶³ BUIST, 1974

²⁶⁴ BUIST, 1974, p.385

²⁶⁵ BUIST, 1974

²⁶⁶ Não podemos esquecer que este era o homem de Bandeira, que segundo Buist agia como agente da Coroa para a questão do empréstimo. BUIST, 1974

de 1801, um pedido de 13 milhões de florins, pelo prazo de dez anos, mediante o lançamento de uma emissão obrigacionista nos mercados internacionais. Portugal dava como garantia um depósito em diamantes no valor de cerca de 300.000£ esterlinas, ao mesmo tempo que hipotecava as rendas do tabaco e alfândegas para pagamento de juros e comissões. Fernando Dores Costa define assim as demais condições: “O empréstimo obtido vence um juro de 5% durante um período de dez anos, considerado desde 1 de Janeiro de 1802, e é reembolsável através da aplicação anual de 1.700.000 florins para juros e reembolsos. (...) O juro é pago anualmente com 1% de comissão.”²⁶⁷ Estes encargos seriam amortizados, segundo o decreto de 8 de Fevereiro de 1802, pelo produto da venda dos diamantes do Brasil e pela receita do contrato do tabaco, até à obtenção do valor total em florins, garantia dada pelos contratadores do tabaco e exigida pelos banqueiros. Definia-se também o câmbio para efeitos do contrato, fixando o valor do florim em cerca de 330 reis²⁶⁸, sendo que os seguros relativos ao empréstimo seriam pagos em algodão²⁶⁹. Para ambas as casas bancárias havia interesses satisfeitos. Para os Hope conseguiriam controlar o tráfico dos diamantes, para os Baring ganhavam novo espaço de negócio, uma vez que, seriam os responsáveis pelas transações financeiras dos portugueses. Como tal, Baring e Hope formam uma companhia para assegurar o empréstimo, na qual os segundos tinham a maioria do capital, pois haviam adiantado mais dinheiro. O empréstimo seria finalmente concretizado a 14 de Maio de 1802.

Depois de participar nas negociações para agilizar o empréstimo, foi Bandeira encarregado do pagamento das somas exigidas pelos franceses. Os pagamentos começariam em Maio de 1803, por meio da entrega de 400.000 cruzados ao embaixador francês em Lisboa, General Lannes. Disto dão conta três cartas em que Bandeira dá nota do comportamento desagradável do embaixador, como também dos subornos que fora necessário suportar e que acresciam aos montantes contratualizados²⁷⁰. Um ano depois, por decreto de 2 de Maio de 1804, seria oficialmente nomeado como responsável pelo pagamento dos dinheiros, escolhendo, mais uma vez, para seus intermediários os banqueiros Hope de Amesterdão, parte interessada no empréstimo, e a casa Rogemont de Paris^{271;272}.

²⁶⁷ COSTA, 1992, p.78

²⁶⁸ ATC, Cartórios Avulsos, Caixa 38 [CA-38-2-1-62]

²⁶⁹ ATC, Cartórios Avulsos, Caixa 40 [C.A. Caix.40,1]

²⁷⁰ ANTT, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cx.56, mc.2 (20), (21), (22)

²⁷¹Para agravar a situação está casa vai falir, perdendo-se parte do valor que lhe tinha sido entregue para pagar aos franceses no valor de 445.000 libras tornesas. Isto mesmo dá conta D. Rodrigo de Sousa

Apesar de se afirmar que este empréstimo foi feito unicamente para pagar as exigências dos franceses, os documentos que constam do Arquivo do Tribunal de Contas, dão-nos uma ideia diferente. Se, por um lado, grande parte foi efetivamente utilizada para pagar o reconhecimento da neutralidade portuguesa, por outro, encontramos dados que nos mostram que o dinheiro teve outros destinos complementares. Assim, 2.820\$000 reis foram para pagar obras no Paço da Ajuda, enquanto 6.148\$000 reis foram usados para comprar *Machos Hespanhoes Sarris*, para as cavaliças reais. A estes valores somavam-se 200.301\$378 reis em dinheiro metálico e 212.371\$600 de papel-moeda, para pagamento de comissões régias devidas a Jacinto Fernandes Bandeira e a Joaquim Pedro Quintela. Por fim, temos que subtrair ainda o valor de 9.600\$000 reis para pagar a D. Lourenço de Lima, ministro plenipotenciário junto da Corte de Londres²⁷³. Ou seja, parte do empréstimo, cerca de 219.081\$750 reis, seria utilizado para fazer frente a diversos encargos e dívidas da Coroa²⁷⁴.

A intermediação do empréstimo internacional, para além de ter garantido uma avultada comissão, criou uma nova oportunidade de negócio, através do contacto estabelecido com Hope. Segundo Buist²⁷⁵, as duas casas vão firmar um contrato entre si para o comércio de madeiras brasileiras, nomeadamente pau-brasil. Os agentes de Bandeira em Amesterdão eram Tomasachi Marcella & Co. No entanto, Hope teria ficado a saber da sua insatisfação com eles, tendo-o abordado no sentido de tomar esse lugar, objetivo que vem a concretizar-se, sendo determinante para o efeito a intervenção de João Stanley. Assim, em 1804, os Hope tornam-se representantes de Bandeira em Amesterdão, sendo responsáveis pela importação de 160.000 libras de pau-brasil procurando assegurar o monopólio da venda de pau-brasil na Holanda²⁷⁶.

Joaquim Pedro Quintela e Jacinto Fernandes Bandeira trabalharam efectivamente, nesses anos da viragem para o século XIX, como verdadeiros banqueiros da Coroa. É o que se pode depreender de um documento intitulado *Relação das Letras Sacadas de S. Petersburgo pelo Exm^o. Marquez de Niza, e que em virtude das Ordens Regias forão pagas por nós Joaquim Pedro Quintela, e Jacinto Fernandes Bandeira,*

Coutinho, numa carta, onde critica a escolha de Bandeira e Quintela, afirmando que estes já sabiam das condições da casa e portanto lhes deveria ser imputada a eles a culpa da situação. ATC, Cartórios Avulsos, Caixa 38

²⁷² ATC, Cartórios Avulsos, Caixa 37 [CA-37,1,3.A]

²⁷³ ATC, Cartórios Avulsos, Caixa 38

²⁷⁴ ATC, Cartórios Avulsos, Caixa 38

²⁷⁵ BUIST, 1974

²⁷⁶ BUIST, 1974, p.409

(...). O Marquês de Nisa, D. Domingos Xavier de Lima, foi nomeado embaixador na Rússia em 1800. Para custear as despesas da embaixada terá tido necessidade de levantar dinheiro na praça, através de letras emitidas por vários negociantes, ingleses, franceses e holandeses. As letras sacadas perfaziam o valor 98.852\$747 reis, que Quintela e Bandeira, que se encontravam bem integrados nas redes comerciais e financeiras internacionais, foram chamados a pagar.

Este está longe de ser um caso único entre os serviços financeiros que Bandeira prestou à Coroa. Além da sua intervenção nos empréstimos destinados ao pagamento das exigências da França, encarregava-se também, como dito, de avançar os fundos necessários para várias representações diplomáticas portuguesas no estrangeiro. Disso nos dão conta as várias instâncias dos seus herdeiros, tanto do seu sobrinho Jacinto Fernandes da Costa Bandeira²⁷⁷, como do irmão e herdeiro deste Joaquim Fernandes da Costa Bandeira, Visconde de Porto Covo da Bandeira. Em períodos diversos, ambos submetem sucessivos pedidos para que o Erário Régio ajuste as contas com a casa comercial de seu tio, alegando que estavam por pagar, principalmente, despesas relacionadas com os postos diplomáticos.

A lista de despesas do Estado que estavam a cargo de Bandeira é extensa e variada. Assim, quando o seu segundo sucessor, o Visconde de Porto Covo da Bandeira pede a liquidação das contas em 1834, apresenta valores a liquidar relativos aos ordenados do Visconde de Torrebelã, enquanto plenipotenciário em Berlim; de José Manuel Pinto, ministro em Roma; do Capitão Carlos Manuel Obermuler; do Sr. José Anselmo Corrêa Henriques, encarregado dos negócios em Estocolmo; do embaixador em Paris, D. Lourenço de Lima, do Sr. Silvestre Pinheiro Ferreira, enquanto encarregado dos negócios em Berlim. Além destes pagamentos e de outros ainda referentes ainda à satisfação dos 16 milhões de francos aos franceses, avançou dinheiro para várias despesas relativas, por exemplo, ao Príncipe de Reuss; a uma conta da direção do Real Teatro de São Carlos; à plantação do arvoredor no passeio do Campo Grande; a chapas de cobre para a Casa da Moeda; aos artífices espingardeiros para o Arsenal do Exército, e à satisfação de outras quantias pagas aos Condes de Galveas e Sarzedas, a D. Maria Martina de Castro, em Paris, a D. Patronilha Lopes de Aboim, em Madrid e ao Cavalheiro de Chalon²⁷⁸. Um vasto rol de pagamentos.

²⁷⁷ ATC, Cartórios Avulsos, Caixa 40 [C.A. Caixa 40,3]

²⁷⁸ ATC, Cartórios Avulsos – Caixa 40 [C. A. Caixa.40,4]

Em resposta ao pedido de ajuste de contas, a Coroa, por intermédio de Romão José de Sousa e Silva Guerra e António Joaquim de Almeida, funcionários responsáveis por essa averiguação no Erário Régio, vem reconhecer, em 25 de Setembro de 1835, ou seja, cerca de 30 anos após a morte de Jacinto Fernandes Bandeira, a subsistência de uma dívida no montante de 13.350\$121 reis²⁷⁹.

Também para a construção do Hospital Real da Marinha, em 1797, foi preciso recorrer aos préstimos de Jacinto Fernandes Bandeira. Este foi o claviculario e figura entre os contribuintes de um empréstimo de 60 contos de reis, a par de José Pinheiro Salgado, Manuel Joaquim Jorge, João António de Amorim Viana e Miguel Lourenço Peres, que, por falta de subscritores, têm de avançar com o montante total. O juro seria de 5% e, segundo as contas do Erário Régio o pagamento iniciar-se-ia em Junho de 1798, só terminando 19 anos e meio depois, calculando-se que os juros a pagar somariam 41.332\$575 reis, sendo o encargo total de 101.332\$575 reis. Este empréstimo será ampliado em mais 26 contos pelo alvará de 2 de Setembro de 1801, sendo subscritores os mesmos capitalistas, à exceção de Manuel Joaquim Jorge²⁸⁰.

Há ainda a referir um outro empréstimo, referido por Jorge Pedreira²⁸¹. Segundo este, em 1800 um conjunto de comerciantes faz um empréstimo à Coroa, no montante de 40 contos, para a construção do Lazareto da Trafaria. Seriam recebedores e clavicularios Jacinto Fernandes Bandeira e José Pinheiro Salgado. Com eles contribuíam Anselmo José da Cruz Sobral, Joaquim Pedro Quintela, António Francisco Machado, José Pereira de Sousa Caldas e o seu irmão João Pereira de Sousa Caldas, Miguel Lourenço Peres, João António Amorim Viana, Manuel Sousa Freire, Manuel da Silva Franco e a firma Paulo Jorge & Filhos. Estão pois, aqui representados quase todos os comerciantes de primeira e segunda linha da praça de Lisboa.

Desta forma se demonstra o papel de grande relevo desempenhado por Jacinto Fernandes Bandeira no financiamento da Coroa, que leva justamente Fernando Dorés Costa a designá-lo por «Banqueiro da Coroa». Segundo o mesmo autor, e nós na sua esteira, desde cedo se distingue no serviço do crédito, sendo por isso agraciado logo em 1794 com o título de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real. Em 24 de Janeiro de 1795 é nomeado comissário da Marinha, em circunstâncias que revelam as funções que

²⁷⁹ ATC, Cartórios Avulsos – Caixa 40 [C.A. Caix.40,1]

²⁸⁰ COSTA, 1992, pp. 76-77

²⁸¹ PEDREIRA, 1995, pp.179-180

exercera no seu abastecimento: “A posse do cargo remunera o crédito, pelo que tal «privatização» pode ser vista como uma compra de facto do lugar de comissário. Explica-se que Bandeira tinha «facilitado os meios mais adequados para o Arsenal da Marinha ser provido com a maior economia possível dos géneros e efeitos de que precisa, adeantando os seus cabedais para a compra dos ditos géneros nas primeiras mãos pela modica comissão de três por cento», mostrando desse modo o seu zelo.”²⁸² Assim, para que os armazéns continuem a ser fornecidos com prontidão e economia, fica encarregue da supervisão formal dos abastecimentos.

Bandeira foi, como se disse, vice-presidente da Junta dos Juros e seu inspetor quando o Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda estivesse ausente, ou seja, quase sempre. Exerceu ainda as funções de tesoureiro da Mesa da Misericórdia de Lisboa, de provedor da Real Companhia de Fiação e Tecidos de Seda e de diretor do Porto Franco, criado em Lisboa em 1796: “(...), Bandeira é o homem chamado para todos os lugares chave da intervenção financeira e económica da Coroa.”²⁸³

²⁸² COSTA, 1992, pp.280-281

²⁸³ COSTA, 1992, p.281

Redes

Toda a ascensão de Jacinto Fernandes Bandeira no mundo dos negócios está, no nosso entender, intimamente ligado a uma rede de pessoas a que, de uma forma ou de outra, e em diferentes momentos, se soube associar, quer os seus pares comerciantes, os seus amigos ligados à administração do Estado ou aqueles que para ele trabalhavam.

O objetivo de constituir uma rede, prendia-se, não só com a manutenção de um sistema de circulação de informação, assente na fidedignidade da mesma, garantida pela segurança quanto à qualidade das fontes, mas também com a redução dos custos de transação e o alargamento das operações possíveis, feitas à distância evitando a deslocação física. Assim Jacinto procura a manutenção de um conjunto de relações pessoais, que permitem o gerar do sentimento de confiança, que garantia dessa forma a fidedignidade da informação e permitiria a Jacinto Fernandes Bandeira fazer as escolhas mais acertadas quanto aos negócios. Só assim pode tirar o maior partido dos seus negócios, sendo que o mecanismo mais comum para a circulação dessa mesma informação é a troca de correspondência.

A esta questão, se soma, o papel das Instituições, formais e não formais, como reguladoras de comportamentos e portanto geradoras da reputação, também ela determinante para a formação do sentimento de confiança. Esta forma-se a partir dos comportamentos sociais de cada um, seja no meio comercial, seja na sociedade em geral. Estes devem ser conforme as práticas aceites nos vários meios, ganhando-se a partir do cumprimento dessas regras um reconhecimento dos outros, de onde se forma a reputação.

As relações que se estabelecem e que, se forem mantidas, dão origem à criação de redes, assentam em diferentes bases para o seu desenvolvimento. Assim temos relações pessoais, que podem ser de tipo familiar, compadrio ou amizade; comercial; político; ou de dependência. É importante ter em conta que estas definições não são estanques. Quer isto de dizer que umas podem gerar as outras.

No entanto, entre comerciantes os laços formam-se, normalmente, sobre um interesse de comum benefício, tendo por objetivo final a prossecução de um mesmo fim, o lucro próprio²⁸⁴.

²⁸⁴HANCOCK, 2002

Assim, e normalmente as primeiras relações assentam em laços de tipo familiar, compadrio, conterraneidade, amizade, etnia/religião, privilegiando as relações de tipo pessoal. Estas podem ser anteriores ao estabelecimento do negócio ou podem ser também a porta de entrada nele, podendo ser ainda a forma de aumentar esse mesmo negócio, por exemplo através dos dotes das noivas.

Este é também o caso do apadrinhamento, gerador de um laço de parentesco, que pode ser determinante para entrada nos negócios. A figura do padrinho de batismo, criada pela Igreja, tem por função principal assegurar a educação da criança dentro das doutrinas do catolicismo, ao mesmo tempo que é testemunha do ato em si. Porém, o padrinho assume uma outra função, não estabelecida pelo direito canónico, mas ditada pela tradição e segundo a qual ocuparia o lugar dos pais, no caso destes falecerem. Deve contudo adiantar-se que, mesmo não faltando os pais, os padrinhos podem beneficiar os seus afilhados, contribuindo para a sua vida futura, seja por meios económicos, políticos ou sociais.

Esta questão põe em evidência a problemática da relação entre as pessoas, uma vez que, numa sociedade onde a desigualdade tem o primado, se estabelece uma relação vertical entre os indivíduos, dado que não há limitação ao apadrinhamento, pois não se considerava a estrita divisão social, tratando-se os seus intervenientes como iguais. No entanto, oferece-se uma explicação. As relações que daqui decorrem são menos intensas, podendo talvez por isso ser estabelecidas entre pessoas de diferentes ordens. Apesar disso, não deixa de se criar uma relação potencialmente duradoura ou até permanente. A possibilidade de constituir relações verticais, de que se esperam benefícios futuros pelo menos através da acumulação ou consolidação do capital social, é o que muitas vezes alimenta a escolha dos padrinhos pelos pais. Numa forma de reforçar uma amizade, ou até de ser cliente ou tornar-se cliente de alguém, estabelecendo uma relação clientelar, celebrada com um rito católico, uma vez que esta era a única forma de estabelecer um laço, que não os tradicionais como o do matrimónio, impossível em pessoas de estatutos diferentes.

Existem também os laços de amizade que, levam à construção de um laço forte entre pessoas, constituindo uma base para a construção de fidelidades que são mantidas pela troca de correspondência ou por visitas sociais, ou ainda pela partilha de momentos

importantes como cerimónias ou festas²⁸⁵. Segundo Xabier Lamikiz, a amizade, à qual a historiografia não tem dado o destaque que atribui geralmente a família, não tem menos importância na construção das relações, sendo alguns amigos considerados membros da família. A palavra amigo está diretamente associada, no meio dos negócios do século XVIII, a uma pessoa de total confiança e que seja colaborador, segundo Peter Mathias: “Though a merchant’s friends were not confined to the business world, it was nevertheless often comforting in that world to be able to deal with friends.”²⁸⁶ No mesmo sentido, Suze Zijlstra²⁸⁷, ao analisar um conjunto de comerciantes holandeses no século XVIII, afirma que a família não tem a relevância que a historiografia lhe tem atribuído para a construção de relações mercantis. Considera que a família é apenas mais uma base para o desenvolvimento das redes, não sendo mais relevante que outras formas de relacionamento, como por exemplo a amizade. Afirma ainda que as correspondências que utilizou não revelam uma preponderância do critério familiar, na escolha e distinção geográfica dos agentes para a prossecução dos negócios.

Já Leonor Freire Costa ao analisar as práticas comerciais afirma claramente que os negociantes recorriam aos matrimónios, como forma de criar alianças que ajudam a consolidar os negócios, reforçando sobretudo a confiança. “As redes deslindam uma coligação informal, onde os mecanismos multilaterais de controlo da reputação geravam a confiança e reduziam os custos da incerteza, um dos maiores riscos da agência. Relações «horizontais», nas quais o mercador «residente» no Reino, se controlava giro do negócio por decidir da importação, não se revia como um patrono, mas antes como um parceiro-parente-amigo.”²⁸⁸

Não podemos esquecer também outras formas de ligação que consolidam estes laços, como uma mesma cultura ou mesma religião.

No que toca às relações de tipo comercial, estas estabelecem-se sobretudo pelos benefícios, relativos aos negócios, que daí podem advir. É assim que se estabelecem várias parcerias comerciais, sobretudo no que toca à longa distância, uma vez que seria impossível, para qualquer comerciante que mantivesse negócios em várias partes do globo, como é o caso de Jacinto Fernandes Bandeira, o controlo dos mesmos de forma presencial. Assim, a delegação de funções em comerciantes que se encontram nos locais

²⁸⁵VANNESTE, 2009

²⁸⁶LAMIKIZ, 2010, p.150

²⁸⁷ZIJLSTRA, 2012

²⁸⁸COSTA, 2002, p.60

de interesse para os comerciantes de Lisboa, vai ser uma prática comum, utilizando para isso o instrumento jurídico da procuração, ou então formando sociedades em que cada uma das partes, no seu local de residência normal, assume as responsabilidades do negócio.

Há também que ter em conta as relações que se estabelecem e que garantem a obtenção e a prorrogação por longos anos dos contratos. Aqui falamos das relações que identificamos como de cariz político. Estas estabelecem-se com homens ligados à administração e que favorecem, de uma maneira ou de outra, a aquisição e a manutenção dos monopólios régios, ao mesmo tempo que o comerciante fornece os seus serviços à Coroa, normalmente por meio de empréstimos, ou até mesmo a pessoas ligadas ao aparelho régio, sedo esta beneficiada com favores pessoais.

Não podemos esquecer ainda as relações que definimos por laços de dependência. Não se trata de facto de uma relação de tipo clientelar, mas há com certeza uma dependência de um individuo face a outro, sendo esta relação o fator de desenvolvimento de fidelidades. Ainda antes de concretizarmos estas ideias com exemplos, temos que ter em conta ainda outros fatores. Como já dissemos a informação é um ponto-chave de todo este sistema comercial, por isso, cada comerciante tem que ter uma preocupação com a sua reputação, uma vez que, esta é um dos fatores geradores de confiança que sustenta o giro. Para que esta reputação se mantenha, o secretismo e a confidencialidade são de grande importância, assim como as formas de sociabilidade e de representação social e ainda os títulos, dignidades e honras recebidos, por intermédio dos quais se manifesta o seu estatuto social²⁸⁹. Essa preocupação²⁹⁰ leva à constituição de uma instituição não formal, constituída pela comunidade dos comerciantes, que associada à sociedade em geral controla certos comportamentos dos membros do comércio. É aqui, no espaço social, que o comerciante demonstra as suas posições e amizades, podendo concorrer estas para os sucessos dos negócios. A reputação, é o que regula o acesso ao crédito, pois pode gerar ou destruir a confiança, que é determinante para a obtenção do mesmo. Pensamos pois, que, embora diferentes interpretações historiográficas defendam, a primazia ora da informação, ora da confiança, ora do estatuto, ora da reputação ou das instituições, existe um equilíbrio, uma articulação e uma influência simultânea de todos estes fatores. Afigura-se pois pertinente perceber de

²⁸⁹BOHORQUEZ, 2016

²⁹⁰LAMIKIZ, 2007

que forma este enquadramento teórico e conceptual é útil para compreender a formação e o funcionamento das redes em que se insere Jacinto Fernandes Bandeira, assim como a forma como a construção da sua reputação determina o seu sucesso nos negócios.

Como já referimos, terá sido pela existência de uma relação de parentesco com Domingos Dias da Silva que Jacinto Fernandes Bandeira veio para Lisboa dando, dessa forma, o primeiro passo até chegar à categoria de comerciante de grosso trato. Sendo assim, as suas primeiras relações de amizade, foram estabelecidas dentro da Casa de Dias da Silva, com destaque para a relação que travou com José Alves Bandeira, que tal como Jacinto era caixeiro e, que como visto, lhe deixa em testamento parte do seu património, “tudo em atenção, à boa união que entre nós tem havido, e ao trabalho e desvelo que ele tem tido nos negócios, assim como também em reconhecimento do grande afeto que lhe tenho.”²⁹¹ Sendo que, mais tarde, Alves Bandeira tornar-se-á sócio de Dias da Silva, tal como Jacinto Fernandes Bandeira. Por esta via ambos entram nos contratos do Sal e Baleias, a par dos Quintela. José Alves Bandeira era também ele originário de Viana, tendo a sua naturalidade na rua da Bandeira, tal como Jacinto Fernandes Bandeira, local onde também vai buscar o seu apelido²⁹².

Foi pois, através destes homens, sócios dos Quintela, que terá travado amizade com Joaquim Pedro Quintela, herdeiro dos seus tios Inácio Pedro Quintela e Luís Rebello Quintela. Este tornar-se-á um dos mais importantes comerciantes da praça de Lisboa. A relação com Bandeira será sempre boa e isto fica claro no seu testamento quando diz “Recomendo ao meu intimo amigo e respeitável colega o Sr. Barão de Quintela o dito meu sobrinho e herdeiro para que o tenha assim por debaixo das suas vistas (...).”²⁹³

Antes, já celebrara uma sociedade com Domingos Dias da Silva, João Baptista da Silva, filho de Domingos, e Manuel Isidoro Marques. Será, portanto, nesta data que as suas relações se estendem a Angola, não só através de Manuel Isidoro Marques, residente na cidade de Luanda, onde desenvolve os seus negócios²⁹⁴, mas também com José António Pereira. É provável que tenha sido através deste contrato, que data de 1771, que com ele encetou uma relação de negócios. Em 27 de Abril de 1776, passa-lhe

²⁹¹ ANTT, Feitos Findos, Registo Geral de Testamentos, Livro 313, fl.67v.

²⁹² PEDREIRA, 1995

²⁹³ ANTT, Feitos Findos, Registo Geral de Testamentos, Livro 357, fl. 49 e Livro 365, fl.118

²⁹⁴ CORRÊA e MÚRIAS, vol. II, 1937 – Segundo os autores, terá sido por isso que o dito comerciante terá sido raptado da fortaleza de S. Miguel, em Setembro de 1786. Esta dívida decorria de negócios relativos aos escravos. Tudo isto ocorreu durante o governo do Barão de Moçâmedes.

procuração no sentido deste o representar nas cobranças a serem feitas a Manuel de Barros, que se encontra no Reino de Angola²⁹⁵.

Fernandes Bandeira herda de José Alves Bandeira as participações nos contratos do Sal e Baleias, o que lhe permite ter acesso a um conjunto de pessoas no terreno, ou seja, nos espaços coloniais onde esses contratos necessitavam de uma estrutura, constituída por homens da confiança dos administradores do contrato, posições da máxima importância. A partir daqui forma-se uma primeira rede que dará acesso às redes locais, já pré-estabelecidas. É nesse sentido que ao nomear procuradores para a liquidação do contrato dos escravos e marfim de Angola, Fernandes Bandeira recorre aos conhecimentos que tinha herdado de Alves Bandeira, tal como também já referimos. Em 17 de Setembro de 1779, José Alves Bandeira nomeara seus procuradores, Manuel Ferreira Rocha Caldeira, em Angola, Jerónimo Pereira Guimarães e Manuel dos Santos Borges, no Rio de Janeiro, Francisco Borges dos Santos e Manuel Rodrigues de Faria, na Baía, e Manuel Gomes da Costa, em Pernambuco²⁹⁶. Depois da sua morte, Jacinto, como seu testamenteiro, volta a nomear procuradores, embora apenas para os locais onde a cobrança das receitas do contrato continuava por fazer. Mantem-se, em Luanda, Manuel Ferreira Rocha Caldeira, mas, para Benguela, é nomeado José de Seara. Já para o Rio de Janeiro e Baía seguem os mesmos procuradores, não sendo referida nova nomeação para Pernambuco. Todos eles são homens de negócio, informação inscrita no instrumento de procuração que faz registar no 10º Cartório Notarial de Lisboa²⁹⁷.

No que se refere a Manuel Ferreira da Rocha Caldeira, não conseguimos muitas informações. Sabemos que estava ligado ao contrato dos escravos e teria os seus negócios montados em Luanda, fazendo o tráfico a partir daí, associado a Alves Bandeira e Domingos Dias da Silva, a quem forneceria escravos para o contrato. Essa relação é comprovada por um instrumento de ajuste e obrigação, de 17 de Junho de 1779, onde se procuram acertar as contas relativas ao contrato²⁹⁸. A relação de confiança entre Rocha Caldeira e Jacinto Fernandes Bandeira fica expressa na procuração que o primeiro passa ao segundo, em 21 de Junho de 1779, quando está de partida para Luanda, e pela qual lhe dá plenos poderes, assim como a José Alves

²⁹⁵ ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 17, Livro 92, fl. 9

²⁹⁶ ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 18, 6/19/1/3, Livro 98, fl.27v. a 29

²⁹⁷ ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 19, Livro 102, fl.44 a 45

²⁹⁸ ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 18, 6/19/1/3, Livro 98, fl.25 a 27

Bandeira, entre outros comerciantes, em Lisboa e no Porto, para na sua ausência agirem em seu nome.

Já Jerónimo Pereira Guimarães era um negociante do Rio de Janeiro. Estava ligado ao comércio de escravos com o seu sócio Domingos Antunes Teixeira. Tinha residência em São João D'el Rei e estava também ligado à exploração da terra, vindo a pedir sesmaria de meia légua no Rio Grande²⁹⁹. A sua relação com Jacinto Fernandes Bandeira remontaria já ao contrato dos escravos de 1771, sendo nessa altura procurador do contrato no Rio de Janeiro. Será ele também um dos amigos que Jacinto refere a Bernardo José de Lorena, quando este passou pelo Rio de Janeiro, a caminho de São Paulo.

Manuel dos Santos Borges era também um negociante de escravos, o que fica comprovado pela licença para ir comprar escravos a Benguela que lhe foi concedida em 17 de Fevereiro de 1755. Santos Borges inicia as suas atividades comerciais em 1753, estando entre os mais importantes homens de comércio da Baía. Manteria a sua atividade durante 50 anos, tendo falecido em 24 de Fevereiro de 1802³⁰⁰. Foi, em 1778, por ofício do governador João Pereira Caldas, nomeado diretor da Vila de Borba³⁰¹. Para além de procurador no contrato dos escravos, era também procurador de Jacinto Fernandes Bandeira no contrato do Sal na Baía. A sua relação com Manuel Borges dos Santos vem desde o início da sua atividade, uma vez que, este homem já mantinha parcerias comerciais com Domingos Dias da Silva e José Alves Bandeira.

Estes parceiros comerciais davam a Jacinto Fernandes Bandeira entrada nas redes coloniais já existentes, garantindo o acesso aos mercados locais, facilitando ao mesmo tempo a circulação de mercadorias e capitais, necessários a todo o sistema comercial montado pela sua casa, bem como fornecendo a informação tão necessária aos negócios.

Ainda dentro do contexto dos contratos, que proporcionavam oportunidades para estabelecer importantes redes, temos o exemplo do Contrato do Sal. Com a quota de José Alves Bandeira, herda também o seu lugar de caixa do contrato, cargo que desempenha a par de Joaquim Pedro Quintela. Em 8 de Junho de 1781, em novas nomeações de procuradores para várias regiões do Brasil, determinam que Domingos

²⁹⁹AHU, Brasil-Minas Gerais, Cx. 62, doc. 77

³⁰⁰*Revista de História*, vol.36, 1968, pp.155 e 159

³⁰¹ APEP, Cod.192(1778-1798)

Mendes Viana e Manuel Rodrigues Barros, e na ausência destes, Tomás Gomes Quintela³⁰², sejam seus mandatários no Rio de Janeiro.

Ora, Mendes Viana era originário de Viana do Minho da Rua da Bandeira, ou seja, da mesma cidade e rua em que Jacinto Fernandes Bandeira tinha nascido. Também foi contratador e administrador do real contrato dos azeites, ao mesmo tempo que acumulava o lugar de administrador do contrato da pescaria das Baleias no Rio de Janeiro. É pois como administrador do dito contrato que recebe, em 22 de Julho de 1778, uma carta de Nicolau Maria Raposo³⁰³, comerciante das ilhas dos Açores, que tinha negócios com Joaquim Pedro Quintela³⁰⁴, parceria que vinha já do tempo de seu tio, Inácio Pedro Quintela, e estava relacionada sobretudo com a venda de óleo de baleia para as ilhas açorianas.

Quanto a Manuel Rodrigues Barros e a Tomás Gomes Quintela, não temos qualquer informação, mas seriam certamente comerciantes na dita cidade, e no caso do segundo, é provável que haja um laço familiar com Joaquim Pedro Quintela, embora não tenha sido possível comprová-lo.

A escolha dos procuradores para Santos recaía sobre João Ferreira de Oliveira e na sua ausência, a Luís Pereira Machado ou, em caso de faltarem ambos, a Manuel de Sousa Pereira³⁰⁵. O primeiro era um comerciante residente na capitania de São Paulo, que recorria ao porto de Santos para desenvolver as suas atividades de exportação e importação, exercendo ainda o posto de sargento-mor de Ordenanças³⁰⁶. Como figura influente, terá sido um dos contatos que, entre as suas relações de negócio e amizade, Bandeira ofereceu a Bernardo José de Lorena para facilitar o seu governo

Quanto ao segundo, Luís Pereira Machado, nascido em Braga, de onde foi para o Brasil, não se sabe como fez a sua fortuna, apesar de ter casado numa importante família de São Paulo. O seu sogro era natural de Santos, estudou direito em Coimbra e tinha importantes cargos religiosos na província. Machado estava envolvido em vários negócios, mas a sua maior fonte de rendimento era uma plantação em que trabalhavam

³⁰² ANTT, 12º Cartório Notarial de Lisboa, Ofício B, Livro de Notas, Caixa 19, livro 91, fl.30

³⁰³ MACHADO, 2007, pp.175-183

³⁰⁴ *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Vol. 42, p. 305, 1984

³⁰⁵ ANTT, 12º Cartório Notarial de Lisboa, Ofício B, Livro de Notas, Caixa 19, livro 91, fl.30v.

³⁰⁶ MARQUES, 1953

índios tupi-guarani e escravos, designada Piassaguera. Produzia arroz, café e mandioca, apesar da sua maior produção ser de açúcar³⁰⁷.

Para a Baía a escolha recai sobre António Marques da Silva e, na sua ausência sobre Estevão Gomes da Silva e, na destes, no já referido, Francisco Borges dos Santos³⁰⁸. Marques da Silva será um importante negociante na Baía, que em 1797 obtém o título de Cavaleiro da Ordem de Cristo. Comprará também o cargo de Tabelião de Cachoeira, ao mesmo tempo que desempenha funções militares como Capitão de Milícias.

Por fim, para Pernambuco a escolha recaiu no capitão-mor António José Souto e, na sua ausência, em José Afonso Regueira³⁰⁹. Quanto ao primeiro nada conseguimos apurar, embora o título indique tratar-se de uma figura influente a nível local, já no que toca ao segundo, sabemos que era proprietário de uma fábrica em Capibaribe, onde se dedicava à transformação de anil³¹⁰. Foi deputado da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, em 1771, e também um dos seus maiores devedores. Era contratador dos dízimos do Pernambuco, tendo por sócios de Francisco Manuel Calvet, Anselmo José da Cruz e João Ferreira (Sola).

Além destes, Jacinto contava ainda com a parceria comercial de outros grandes contratadores. José Pinheiro Salgado era um deles, fora seu sócio nos contratos dos dízimos da capitania de São Paulo, no do Pau-Brasil, no da Portagem de Lisboa e no do Paço da Madeira. “José Pinheiro Salgado, filho e neto de lavradores, foi da região de Guimarães para o Porto, de onde seguiu para Pernambuco, também ele dirigido a um tio, que era grande comerciante e mestre de Campo no Recife. Tratava dos seus negócios e navios, em que viajava regularmente à capital, acompanhando as mercadorias.”³¹¹

Outro deles é Carlos Francisco Prego, sócio de Bandeira nos mesmos contratos em que José Pinheiro Salgado participava. Era um dos principais seguradores da praça e fornecedor de carvões e lenhas ao Estado. Foi ainda sócio de Bandeira na companhia da Fábrica de Fiação e Torcidos de Sedas de Trás-os-Montes. Quando morreu, em 1806, tinha uma fortuna avaliada em 400 contos de reis. Era rendeiro da comenda de Samora

³⁰⁷ READ, 2012, pp.26-29

³⁰⁸ ANTT, 12º Cartório Notarial de Lisboa, Ofício B, Livro de Notas, Caixa 19, livro 91, fl.31

³⁰⁹ ANTT, 12º Cartório Notarial de Lisboa, Ofício B, Livro de Notas, Caixa 19, livro 91, fl.31v.

³¹⁰ FILHO, 1977

³¹¹ PEDREIRA, 1995, pp. 238-239

Correia e de propriedades dos senhores de Pancas, entre as quais as marinhas de Sal em Alcochete. Explorava terras próprias e arrendadas, pinhais e herdades de sobro. Negociava com sal, lenhas e carvões, que fornecia ao Real Erário e fazia empréstimos ao Estado³¹². Como forma de consolidar a relação com Jacinto Fernandes Bandeira, Carlos Francisco Prego convida-o para padrinho de batismo do seu filho e de uma filha³¹³, criando assim uma relação de compadrio e integrando-o no espaço familiar, com base num laço espiritual. O apadrinhamento é equiparado pela Igreja como um laço carnal, sendo interdito o casamento entre os padrinhos e o afilhado. Outra característica deste laço é que é para toda a vida e mesmo para além dela, uma vez que, não é possível de forma alguma quebrar este laço.

Teve ainda relações de carácter comercial com a maior parte dos principais capitalistas e homens de negócio de Lisboa, tais como Anselmo José da Cruz Sobral, Policarpo José Machado, João Rodrigues Caldas, Geraldo Wenceslau Braamcamp de Almeida Castelo Branco, António Francisco Machado e João Pereira Caldas, todos eles seus sócios no contrato geral do tabaco, em que entra em 1792, não só por ter já experiência no negócio, uma vez que detinha o contrato do tabaco para Espanha, como era detentor de um capital e influência, que o levou a ser cooptado para sócio, sendo que estes homens representavam a elite comercial portuguesa, passando pois Bandeira a figurar entre esse grupo. Com o último tinha já mantido algumas relações, pelo menos de comércio, com a capitania onde este tinha sido governador. Falamos do Pará, onde João Pereira Caldas ocupou o cargo de governador entre 1772 a 1780, escolhido pelo Marquês de Pombal. Pereira Caldas, antes de ir para o governo do Pará, tinha já relações comerciais com os Quintela e os Cruz Sobral, sendo provavelmente por intermédio de Quintela que Bandeira estabelece relações com ele.

Para além dos negociantes nacionais, Jacinto Fernandes Bandeira tinha também relações com comerciantes de outras nacionalidades, criando dessa forma as redes necessárias para reexportar os produtos que chegavam a Lisboa. No caso do contrato do tabaco para Espanha o seu representante começa por ser António Carbony³¹⁴, homem de negócios da praça de Madrid, que se tinha iniciado no negócio com o Cathelan, mas que é afastado por falta de confiança dos Bandeiras e de Cathelan filho. Exemplo manifesto da importância dos laços de confiança, para a manutenção das relações de negócios.

³¹²PEDREIRA, 1995, p.323-324

³¹³ PEDREIRA, 1995, p.241

³¹⁴ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 18, 6/19/1/3, Livro 94, fl.5v-6

Toma-lhe o lugar Juan Bautista Larrea, também ele comerciante. Porém, antes desta escolha se tornar definitiva, é substituído por Estevão Drovilhete³¹⁵, negociante em Madrid, contratador do abastecimento do bacalhau dessa cidade. No entanto, este recusa ser representante dos portugueses, e Larrea reassume o lugar até ao final dos contratos³¹⁶.

No Reino de Inglaterra mantinha igualmente importantes contatos. Entre eles Ricardo Buller & Cp^a, ou John Gore & Cp^a. Os primeiros tinham ligações a Portugal através do comércio do vinho do Porto. Sabemos também, através da obra de Rómulo de Carvalho³¹⁷, que Jacinto Fernandes Bandeira tinha crédito, junto destas casas³¹⁸. Isto mesmo fica claro numa carta com data de 21 de Dezembro de 1790, que o autor transcreve, onde Bandeira informa José Pedro Celestino Velho, quais as casas onde pode levantar o dinheiro necessário para as compras que lhe são ordenadas. Estas compras estariam relacionadas com a Marinha, sendo pois tratadas por Jacinto Fernandes Bandeira, que a essa tarefa se tinha dedicado, sendo em 1795, como já referimos, oficialmente nomeado como Comissário da Marinha.

John Gore era um comerciante ligado ao tráfico de diamantes, em parceria com os judeus José van Neck, holandês, e Francisco Salvador, de Londres, de origem portuguesa. John Gore, bem como Francisco Salvador, são apontados como estando por detrás do contratador dos diamantes João Fernandes de Oliveira, cristão e português, sendo este seu testa de ferro³¹⁹. Isto parece comprovar que do ponto de vista do negócio as diferenças religiosas, não eram um impedimento.

Também em Amesterdão sabemos que manteve contatos com alguns comerciantes, como aliás demonstram duas procurações para negociantes da cidade, no sentido da cobrança de letras. Estas referiam-se a Bonifas Glascock Van Mann, comerciante com relações em Portugal, nomeadamente com os Cathelan, que mais tarde vem a falir, arrastando consigo a quebra dos Cathelan. Assim, em 18 de Novembro de 1783, Jacinto Fernandes Bandeira passa procuração a Martinho Van Diepenbreige, comerciante da praça de Amesterdão, no sentido de cobrar o valor de cerca de 23 mil cruzados, correspondentes a umas letras passadas ao dito Bonifas, a 28 de Outubro e 4

³¹⁵ ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 18, 6/19/1/3, Livro 95, fl. 64 a 64v.

³¹⁶ ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 18, 6/19/1/3, Livro 95, fl.68 a 69v.

³¹⁷ CARVALHO, *Apêndice Documental, Doc. XXV*, 1979, pp.249-250

³¹⁸ Veja-se a carta que Rómulo de Carvalho transcreve nos anexos da sua obra, CARVALHO, 1979, p.

³¹⁹ VANNEST, 2009

de Novembro de 1783. A cobrança da dívida a Bandeira³²⁰ deveria ser feita sobre um crédito que Bonifas tinha sobre Filipe Hocken, comerciante inglês que participava no comércio português asiático³²¹. Do mesmo modo, em 22 de Novembro de 1783, passa procuração para cobrança de outras dívidas de Bonifas a Caryffet e Cp^a, com quem tinha ligações³²².

A cobrança das dívidas de Bonifas Glascock Van Mann alargava-se também a França. Como se vê numa outra procuração, em que dá poderes a Deupont e filho, negociantes de Paris. Esta tinha como finalidade a arrecadação de 30 mil libras tornesas relativas a letras de que Bandeira se constituíra tomador no dia 26 de Agosto de 1783. Segundo a dita procuração os franceses tinham “poder quanto em direito ser [sic] para que o seu procurador possa com este instrumento ou em nome dele outorgante e como prestasse penhorar e deter em seu poder quais quer dinheiros, cabedays ou bens pertencentes a Bonifas Glascock Van Mann (...)”³²³. No caso em que os Deupont não conseguissem cumprir esse mandato, a dívida podia ser também cobrada pela Casa Bourton e Raval, também francesa. Dizia ainda a dita procuração que “as ditas letras sejam pagas e para a segurança do referido pagamento e cobrança poderá o dito seu procurador ai tentar as ações que convierem [sic] outorgante fazendo todos os requerimentos e diligências precisas para qual tiver segurança Ley e Costumes do seu Reino”³²⁴.

Mais tarde, em 1804, ficamos a saber³²⁵, como já referimos, que os representantes de Jacinto Fernandes Bandeira em Amesterdão, no que toca à venda do pau-brasil, serão os banqueiros judeus da Casa Hope. Antes destes assumirem esse papel, os seus parceiros de negócio eram os Tomasachi Marcella & Cp^a, que vem a ser substituídos, pois segundo o mesmo auotr, Bandeira não estaria satisfeito com esta relação, tendo pois os Hope aproveitado essa situação para conseguirem para si o negócio.

Não podemos esquecer também as já referidas relações comerciais que mantinha com os franceses, relativas ao tráfico de escravos, sobretudo para as colónias da França na América do Norte.

³²⁰ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 20, Livros 106, fl.97

³²¹ BOHORQUEZ, 2016

³²²ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 20, Livros 106, fl.118v.

³²³ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 20, Livros 106, fl.97v.

³²⁴ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 20, Livros 106, fl.97v.

³²⁵ BUIST, 1974, pp.408-409

No estrangeiro, Bandeira mantinha ainda relações com a Rússia, por intermédio do cônsul de Portugal, o comerciante José Celestino Velho. Embora as relações entre Portugal e a Rússia remontem pelo menos ao reinado de D. João V, é no de D. Maria I que se verifica o estabelecimento de acordos comerciais e a troca de embaixadores entre os dois países. É em 20 de Dezembro de 1787 que se assina o Tratado de Comércio, que apenas seria ratificado no ano seguinte. Na cláusula IV do tratado, estava prevista a criação de consulados e vice-consulados. Para cônsul de Portugal seria escolhido o comerciante do Porto, José Pedro Celestino Velho, deputado da Junta da Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro³²⁶. Três anos mais tarde foi nomeado para vice-cônsul Miguel Setaro, também ele comerciante do Porto, que já se encontrava na Rússia desde 1781. As nomeações indiciam a importância dada à exportação de vinho do Porto, tanto assim que a escolha para os substitutos recairá sempre em comerciantes ligados à Companhia.

Há que referir que as relações de Jacinto Fernandes Bandeira com a Rússia remontam pelo menos a 1778, quando, em 7 de Outubro, passa procuração a Domingos Esteves Carneiro, seu representante na cidade do Porto, para questões relativas ao contrato do tabaco para Espanha³²⁷. Em 1782, nomeia novo procurador, de seu nome João Unl da Costa³²⁸.

Na Rússia, Celestino Velho exercia as suas atividades comerciais, a par das funções ao serviço da Coroa portuguesa, como comprar material para fornecimento da marinha. Depois desta data sabemos que continua a enviar os seus navios para os portos da Rússia, como dá conta, 26 de Junho de 1794, ao governador de São Paulo, Bernardo José de Lorena, dizendo que a sua corveta Nossa Senhora dos Passos, tinha sido aprisionada pelos franceses, quando para lá se dirigia. Ia “carregada de Assucar e vinho da minha conta (...)”³²⁹

As redes que Jacinto Fernandes Bandeira mobilizava nos seus negócios não se circunscreviam às relações comerciais que estabelecia com os seus pares e que acima procurámos desvendar. Para que tudo funcionasse com consistência, teve a trabalhar para si, na sua casa comercial, homens que, em alguns casos, se revelaram muito importantes para o desenvolvimento dos seus negócios. Dentre estes destaca-se, em

³²⁶ CARVALHO, 1979

³²⁷ ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 18, 6/19/1/3, Livro 97, fl.53 a 53v.

³²⁸ ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 19, Livro 105, fl.42v.

³²⁹ BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.468 – 26 Junho de 1794

primeiro lugar, o seu caixeiro Inácio José Carrapeto. A primeira referência a seu respeito surge em 1777, quando Bandeira lhe subarrenda os fretes de uma galera³³⁰. Sabemos que continuou ao seu serviço nos anos seguintes, sempre ligado à atividade comercial, sobretudo marítima³³¹.

Outro desses homens será Bento Tomás Viana, seu conterrâneo. A sua entrada na Casa de Bandeira, por volta de 1783, deve estar associada a essa origem comum³³². Tornar-se-á um dos seus homens de confiança e será seu procurador em alguns negócios, como no do fretamento de trigo para vender em Lisboa em 15 de Janeiro de 1789³³³, antes de ser enviado para São Paulo para que aí tomasse conta dos seus negócios. Em carta ao governador, Bandeira justificava o envio: “considerando que se faz indispensável o prezistir ahi hua pessoa de toda a confiança para tratar da venda da Carregação como da compra dos effeitos que devem vir na volta do Navio para cá, e mais negócios que se possão fazer, me deliberei mandallo;”³³⁴. O “Bentinho”³³⁵ – o tratamento evidencia a proximidade da relação entre ambos - deveria colocar-se sob a proteção do governador, pelo que Bandeira acrescenta que “Elle terá a honra de entregar esta a V. Exa., sugeitando-se em tudo às suas determinaçoens, que em suma são as instruçoens que tem. Estou persuadido que elle pella sua viveza não deixara de desempenhar os fins para que vai, e muito mais tendo hum tão bom patrono”³³⁶. Bento Tomás Viana, embora mantendo-se sempre ligado à casa do seu mentor, desenvolveu em São Paulo negócios por conta própria. Em 1798, assumiu a administração do contrato dos Dízimos de São Paulo, tendo chegado a deter o posto de capitão-mor de São Vicente³³⁷.

Outro braço importante para o bom funcionamento dos negócios eram os capitães de navios, geralmente interessados no comércio, uma vez que tinham com frequência uma quota-parte na cobrança dos fretes. Pela informação que reunimos, podemos afirmar que, entre 1777 e 1805, Jacinto foi proprietário de 17 navios³³⁸, todos

³³⁰ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 17, Livro 93, fl.56v.

³³¹ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 18, 6/19/1/3, Livro 97, fl.3v. e fl.5 a 6v.

³³² Em carta enviada ao governador Jacinto diz que Bento Tomás Viana já estava na sua casa havia cerca de sete anos. BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.244, Lisboa 1 de Junho de 1790

³³³ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 25, Livros 133, fl.1

³³⁴BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.237

³³⁵ Em outra carta Fernandes Bandeira, refere-se a Bento Tomás Viana.

³³⁶BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.237, Lisboa 4 de Junho 1790

³³⁷ARRUDA, 2000

³³⁸Vide, Anexos, Tabela de Navios e Capitães.

eles dedicados ao comércio no Atlântico. Destaque-se um conjunto de procurações para a cobrança de fretes que permitiam aos capitães cobrar as somas nas colônias em seu nome, e o mesmo sistema para que fosse ele a cobrar os fretes em nome dos capitães, no Reino. Isto acontece porque, no primeiro caso, são os capitães que se deslocam às colônias e assim têm mais facilidade na dita cobrança³³⁹. Já no segundo caso, parece-nos que caberia a Jacinto cobrar porque a sua influência na praça seria suficiente para que a cobrança fosse rápida e bem sucedida³⁴⁰. Ficamos pois com a ideia de que em cada viagem há interesse dos capitães, associado às cargas, podendo ser sócios de Bandeira ou sendo a soma respetiva ao soldo do capitão.

Cabe ainda referir os guarda-livros que teve ao seu serviço – função que só se encontrava em raríssimas casas mercantis – e que constituíram elementos da maior importância para a condução dos seus negócios. João Stanley, natural da Irlanda, e naturalizado português em 1798, por decreto régio de D. Maria I, teve papel importante no estabelecimento das relações com a Casa Baring, de Londres, junto da qual a Coroa contraiu um empréstimo por intermédio de Bandeira. Com efeito, além das relações próximas com a comunidade de comerciantes ingleses residentes em Portugal, Stanley mantinha uma relação de amizade com o chefe daquela casa bancária³⁴¹. Mais tarde, já depois de concretizado o empréstimo, será por meio de Stanley que a casa Hope de Amesterdão chega ao contato com Jacinto Fernandes Bandeira, no sentido de se tornarem seus representantes nos Países Baixos, no negócio do Pau-Brasil.

Em reconhecimento pelos serviços prestados, Bandeira recomendava-o ao seu herdeiro³⁴², nos seguintes termos: “lhe recomendo que no giro mercantil a casa se regule pela direção do meu amigo e guarda-livros João Stanley, e seu filho do mesmo nome, pelo grande conhecimento que ambos tem dos negócios da mesma casa, que sendo do Estado devem acabar debaixo do mesmo plano que está estabelecido até se concluírem”³⁴³. Não se esquecia ainda de contemplar o pai e o filho com valiosos legados: “Declaro que tenho diversas contas com o dito meu Guarda-Livros João

³³⁹ ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 17, Livro 92, fl. 9

³⁴⁰ ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 15, Livro 82, fl.31v.; ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 15, Livro 83, fl.102v.; ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 18, 6/19/1/3, Livro 98, fl.108 a 108v.; ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 19, Livro 103, fl. 7v.

³⁴¹ DAMAS, 2009

³⁴² Recomendação aceite e reproduzida, pois Jacinto Fernandes da Costa Bandeira, no seu testamento, volta a recomendar os serviços dos Stanley, neste caso já só do filho, ao seu herdeiro e irmão Joaquim Fernandes da Costa Bandeira. ANTT, Feitos Findos, Inventários *post-mortem*, Letra J, mc.428, nº10

³⁴³ ANTT, Feitos Findos, Registo Geral de Testamentos, Livro 357, fl. 49 e Livro 365, fl.118

Stanley, e é minha vontade que se ajustem particularmente conforme constar dos livros, e no caso que ele seja devedor lhe perdoo o saldo e devendo eu se lhe pague logo o que se calcular; alem disso lhe deixo doze mil cruzados por uma só vez em metal; atendendo ao grande trabalho que tem com todas as negociações, e principalmente a que tras entre mãos = Deixo a seu filho, João Stanley dois contos, e quatrocentos mil reis por uma só vez, e além disso se lhe darão de ordenado todos os anos seiscentos mil reis pelo trabalho escrito/Escritório o que terá logo principio depois do meu falecimento”³⁴⁴.

Um outro homem que não sabemos quando entrou ao seu serviço, mas que em muito deve ter contribuído para o seu sucesso, foi o seu advogado, o Dr. Manuel José Saturnino da Veiga. Além de seu advogado, era também procurador da Coroa e advogado da Casa da Suplicação, tendo ainda entre os seus clientes, o Marquês de Alorna. Coube-lhe a ele, em 1787, escrever o manifesto de inocência dos Távoras. Aparece referido no testamento de Bandeira, que conta com ele para o cumprimento de algumas disposições secretas que deixava.

Não podemos deixar de referir ainda outro tipo de relações de proteção e amizade, com altas personalidades da administração, como Bernardo José de Lorena, governador de São Paulo³⁴⁵, a quem já por diversas vezes nos referimos, e Martinho de Mello e Castro, que foi Secretário de Estado da Marinha e Ultramar entre 1770 e 1795. Este último morreu no exercício do cargo, com 79 anos de idade. Foi embaixador de Portugal em Londres, durante o reinado de D. José, e mais tarde, enquanto secretário de Estado, terá levado a cabo “notáveis reformas na organização da Armada, procedendo à sua reorganização, expansão e modernização.”³⁴⁶. Bandeira referia-se-lhe como seu protetor³⁴⁷, para o que muito terá contribuído a relação com Bernardo José de Lorena³⁴⁸,

³⁴⁴ ANTT, Feitos Findos, Registo Geral de Testamentos, Livro 357, fl. 49 e Livro 365, fl.118

³⁴⁵ Já perto do final do mandato do Governador, em São Paulo, na última carta de que temos conhecimento, Jacinto Fernandes Bandeira faz um resumo esclarecer da importância da relação com este homem. “Conheço muito bem a mercê que devo a V. Exa. a respeito dos meus negócios encarregados naquele porto de Santos assim como a respeito de Bento, espreções que não tenho para explicar a V. Exa. e meu agradecimento, e como elas ahi ainda são e serão de consequência a respeito das cobranças e do mesmo Bento eu estimaria muito que V. Exa. nas ocasiões mais oportunas por me fazer a mercê mandasse escrever aquele Exmo. Sr. a fim de não perder de vista aqueles particulares porque isto fará muito ao caso para ser feliz no êxito do seu final.” BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.559 – 20 de Junho de 1797

³⁴⁶ SCHEDEL, 2016, p.36

³⁴⁷ A proteção por parte do Secretário de Estado fica claríssima na carta de 4 de Junho de 1790, onde este declara o “Sr. Martinho de Mello [e Castro] hoje meu Protetor (...)”. BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.239 – 4 de Junho de 1790

³⁴⁸BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.239, Lisboa 4 de Junho 1790

que o recomenda ao ministro³⁴⁹. A relação entre ambos fica clara nas cartas trocadas entre comerciante e governador³⁵⁰. Possibilitou, designadamente, uma maior rapidez na carregação ou no despacho dos navios em Luanda, para o que uma recomendação do Secretário de Estado ao governador de Angola terá sido essencial. Ainda nas referidas missivas, fica também claro o acesso que Bandeira tinha a informação política e de governo, mesmo antes desta chegar a público, como no caso da nomeação do Arcebispo de Lacedemónia, para o cargo de Inquisidor-mor³⁵¹. Este tipo de notícias, só lhe podiam chegar se, de facto, mantivesse relações estreitas com homens próximos do governo ou que o integravam, como era o caso do Secretário de Estado.

Fora do círculo dos altos oficiais régios, encontramos ainda ligações à mais alta nobreza, como demonstra a receção que conta ter dado ao Duque do Luxemburgo, para facilitar a concretização das pretensões do Duque do Cadaval, D. Miguel Caetano Álvares Pereira de Melo, que queria casar a sua filha com o Duque do Luxemburgo. O jantar oferecido em sua casa tivera como objetivo o estabelecimento do acordo de casamento.

Nas suas relações com a nobreza não podemos também esquecer a amizade que tinha com o Conde de Vila Verde, D. Diogo José António de Noronha Camões de Albuquerque Sousa Moniz, e que fica expressa no seu testamento, em que lhe recomenda o sobrinho e herdeiro³⁵². D. Diogo, ingressou na carreira da magistratura, chegando a Desembargador do Paço, e foi depois embaixador em Madrid. Além disso, era filho do Marquês de Angeja, pertencendo portanto a uma importante família da nobreza portuguesa.

Mas esta sua ligação ao poder não se limitava a estes homens e seus amigos. Jacinto Fernandes Bandeira tinha também um vínculo pessoal com a futura Rainha D. Carlota Joaquina. No seu testamento, deixa-lhe “O meu relógio de ouro que está na sala amarela remeterá logo o meu herdeiro na caixa que tem ou em outra semelhante ao muito reverendo padre Frei António confessor de Sua Alteza Real a Princesa Nossa Senhora que Deus Guarde, a Senhora Carlota para o oferecer da minha parte à mesma

³⁴⁹*Documentos Interessantes para a História de Costumes de São Paulo*, Vol.45, Duprat & Comp.^a, S. Paulo, 1924, pp. 10 a 12 e 445 a 446

³⁵⁰BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.226, Lisboa, 27 Fevereiro 1789; BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.234, Lisboa em 16 de Janeiro de 1790

³⁵¹BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.228

³⁵²ANTT, Feitos Findos, Registo Geral de Testamentos, Livro 357, fl. 49 e Livro 365, fl.118

senhora a quem o deixo”³⁵³. Como vimos, esta relação estará ligada ao favorecimento da princesa, que terá exercido alguma da sua influência junto da Corte de Madrid para que Bandeira mantivesse o contrato do tabaco para Espanha. Além disso, como revela o testamento do herdeiro de Jacinto Fernandes Bandeira, depositário e administrador das apólices dos empréstimos contraídos pelo Estado de que eram detentoras não só a futura Rainha, como todas as infantas³⁵⁴.

Outro importante amigo de Fernandes Bandeira será o Arcebispo de Tessalónica, Frei Inácio de São Caetano, que foi também deputado da Real Mesa Censória, Bispo de Penafiel e Confessor de D. Maria I, Personagem muito influente na corte, terá sido ele que escolheu Jacinto Fernandes Bandeira e José Alves Bandeira, para assumirem a sociedade do contrato do tabaco brasil para Espanha, em conjunto com José Pedro Cathelan³⁵⁵. Esse favor e outros mais ficam reconhecidos, de forma clara, no seu testamento, que mais uma vez citamos: “Tendo em viva consideração as obrigações que devi ao Sr. Arcebispo de Tessalónica falecido, e desejando mostrar a seu sobrinho o Sargento-mor José Teixeira de Melo o meu reconhecimento, e carinho, lhe deixo enquanto vivo for quatrocentos e oitenta mil reis por ano (...)”³⁵⁶.

Todas estas relações foram determinantes de diferentes maneiras para os seus negócios, seja por criarem a estrutura através da qual eles se realizavam, seja por representarem o acesso aos favores e à proteção do poder político e à informação de Estado, que podia ser decisiva no aproveitamento das melhores oportunidades. No entanto, como já dissemos, a criação de uma reputação pública, que era decisiva para a obtenção de uma posição favorável nas redes do negócio, não passava apenas por aquilo que se dizia do comerciante ou pelo conhecimento público do seu círculo de amigos. Os sinais do estatuto social de ascensão eram também importantes para a construção dessa mesma reputação. Sendo assim, o primeiro passo que grande parte dos comerciantes portugueses procuravam dar era tornarem-se familiares do Santo Ofício. Com isso podiam comprovar que não havia, no seu corpo, qualquer presença de sangue judeu, garantindo que os seus negócios estavam salvaguardados e ao abrigo da eventual

³⁵³ ANTT, Feitos Findos, Registo Geral de Testamentos, Livro 357, fl. 49 e Livro 365, fl.118

³⁵⁴ Jacinto Fernandes da Costa Bandeira. Afirma ter na sua posse apólices dos variados empréstimos, pertencentes a D. Carlota Joaquina, Rainha, e das Infantas Maria Teresa, Maria Isabel e Maria Francisca. Segundo ele tinha-as recebido de seu tio e ao ir entregá-las como dispunha o dito testamento, as senhoras lhe mandarão que continuasse com elas. ANTT, Feitos Findos, Inventários *post-mortem*, Letra J, mc.428, nº10

³⁵⁵ AGS, SSH.1997

³⁵⁶ ANTT, Feitos Findos, Registo Geral de Testamentos, Livro 357, fl. 49 e Livro 365, fl.118

perseguição pela Inquisição, que se traduzia na prisão e no confisco dos bens. No caso de Bandeira, esta formalidade é cumprida em 10 de Fevereiro de 1769 quando passa a ser Familiar do Santo Ofício, afastando de uma vez para sempre qualquer possibilidade de ser apontado como cristão-novo.

Num segundo passo, os homens de negócio procuravam obter o hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo, distinção simbólica que constituía também o primeiro degrau para a entrada na nobreza e que fazia parte do «sistema de trocas» a que Fernando Does Costa se refere³⁵⁷. Assim, em 26 de Outubro de 1773, Bandeira submete um requerimento de habilitação, para dar início ao processo que lhe permitiria entrar na posse do hábito do qual Sua Majestade lhe fizera mercê³⁵⁸. Na realidade, o que aconteceu é que José António Diniz de Ayala renunciara ao hábito e à tença de 60 mil reis ano a favor de Bandeira. Quer isto dizer que, tal como já tinha referido Fernando Does Costa³⁵⁹ a respeito de outro comerciante, o título foi certamente comprado, confirmando depois o Rei a ‘operação’ e atribuindo-lhe o hábito³⁶⁰. Note-se, porém, que beneficiou da dispensa da realização das chamadas “provanças”, investigação obrigatória sobre a natureza das atividades dos candidatos a semelhante distinção e sobre a pureza de sangue e a qualidade de seus pais e avós. Essa dispensa, que mais tarde se tornou comum mas era bastante rara no momento em que foi concedida, facilitou-lhe o acesso ao hábito, permitindo-lhe contornar os impedimentos relativos à condição “mecânica” do seu pai, que a investigação certamente encontraria.

Cavaleiro da Ordem de Cristo, tanto o seu percurso comercial como o seu prestígio continuaram a desenvolver-se e, já no reinado seguinte, a 24 de Abril de 1780, vem a ser nomeado Deputado da Junta do Comércio³⁶¹. Com esta nomeação, acede não só a um cargo de prestígio, como também a um lugar de decisão e influência. Aqui tem acesso a uma instituição que toma parte nas de decisão relativas ao comércio e à navegação, aos negócios e também aos negociantes, podendo eventualmente influenciar as condições comerciais e políticas a seu favor e daqueles com quem tem alianças.

³⁵⁷ “O sistema de trocas entre negociantes e a Coroa parece funcionar, deste modo, com uma certa «regularidade»: os negociantes fornecem créditos e recebem em troca, além das remunerações materiais inerentes a esses créditos, sinais de progressão na hierarquia social.” Costa, 1992, p.447

³⁵⁸ ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Habilitação da Ordem de Cristo, Letra J, mç57, doc.5

³⁵⁹ COSTA e OLIVAL, 2005

³⁶⁰ ANTT, Chancelaria de D. José I, Livro 28, fl. 77 (MF. 2019)

³⁶¹ ANTT, Junta do Comércio, Livro 119, fl.189v.

Dando continuidade a este *cursus honorum* social, Jacinto Fernandes Bandeira procura obter um cargo público. Vai por isso comprar o cargo de escrivão ante o Desembargo do Paço³⁶², que arrematou por 2.250 reis³⁶³, arrematação que seria confirmada por Alvará em 4 de Junho de 1784³⁶⁴, data em que recebe a Carta de Ofício³⁶⁵.

Será a partir dos anos noventa de setecentos, que os serviços prestados à Coroa, sobretudo como financeiro, lhe permitiram continuar a ascender socialmente. Assim, em 1794 tornar-se-á Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, em virtude de ter levantado a povoação de Porto-Covo e aí ter construído um porto para a servir³⁶⁶. Em, 24 de Janeiro de 1795, é nomeado Comissário da Marinha, acumulando uma importante função na administração económica da Monarquia. Seguidamente, em 13 de Junho de 1796, recebe a mercê que lhe confere o direito de se intitular Senhor de Porto-Covo³⁶⁷. Um ano depois receberá a comenda do Forno de Poço de Cem, na vila de Setúbal, propriedade da Ordem de Santiago. Chegava assim a comendador da dita ordem, uma dignidade bem mais elevada e exclusiva do que a de cavaleiro e que em geral estava reservada às famílias da aristocracia³⁶⁸. Esta era mais uma forma de remunerar os serviços prestados.

Em 28 de Maio de 1801, já sob a regência de D. João, é nomeado conselheiro real³⁶⁹, tendo sido, uns dias antes, feito conselheiro honorário da Real Fazenda³⁷⁰. Cpnsolidava assim o acesso a uma instituição por onde passavam algumas das principais decisões da Coroa em matéria económica e financeira. Os seus serviços prosseguem e com eles as graças régias característica do «sistema de trocas», com a Coroa. Em 9 de Dezembro de 1802, recebe nova mercê, desta vez de um posto de prestígio, o de Alcaide-mor de Vila Nova de Mil Fontes³⁷¹.

Como corolário de todo este percurso, em 12 de Fevereiro de 1805³⁷², D. João, Príncipe Regente, faz-lhe a mercê do título de Barão de Porto-Covo da Bandeira,

³⁶² ANTT, Leitura de Bacharéis, mc.54, nº11

³⁶³ ANTT, Chancelaria de D. Maria I, Livro 16, fl. 268 (MF.0714)

³⁶⁴ ANTT, Chancelaria de D. Maria I, Livro 85, fl.144 (MF.2479)

³⁶⁵ ANTT, Chancelaria de D. Maria I, Livro 85, fl. 188v. (MF.2479)

³⁶⁶ ANTT, Mordomia da Casa Real, Livro 6, fl. 90

³⁶⁷ ANTT, Registo Geral de Mercês de D. Maria I, Livro 28, fl. 110

³⁶⁸ ANTT, Registo Geral de Mercês de D. Maria I, Livro 28, fl. 229v.

³⁶⁹ ANTT, Chancelaria de D. Maria I, Livro 65, fl. 29

³⁷⁰ ANTT, Chancelaria de D. Maria I, Livro 65, fl.137

³⁷¹ ANTT, Chancelaria de D. Maria I, Livro 67, fl.199; ANTT, Chancelaria de D. Maria I, Livro 67, fl.317

³⁷² ANTT, Chancelaria de D. Maria I, Livro 76, fl. 96 (MF. 6997)

passando-lhe Carta do mesmo título em 27 de Agosto do mesmo ano³⁷³. Jacinto Fernandes Bandeira torna-se assim o primeiro homem de negócios e capitalista, em pleno exercício dessas ocupações, a receber uma titulação, sobretudo pelos serviços prestados a nível financeiro.

Coberto destas honras e distinções, reconhecido pelos seus serviços, vem a falecer em 1806 e nomeia no seu testamento como seu herdeiro universal o seu sobrinho, Jacinto Fernandes da Costa Bandeira. Apesar de não contemplar os demais sobrinhos sabemos que auxiliou alguns deles. É o caso da sobrinha Maria Rosa, que entra para o Convento de Santa Ana da Vila de Viana do Minho. Neste sentido, Bandeira faz requerimento à Rainha D. Maria I, para aceitar a renúncia da tença que tinha de foro do Almoxtarifado de Porto-Covo, no valor de 60 mil reis, e do foro de cavaleiro da Ordem de Cristo, no valor de 12 mil reis, de modo a que revertissem a favor da sobrinha, para que pudesse entrar no dito convento, pedido que foi aceite pela soberana em 16 de Abril de 1788³⁷⁴. Não temos prova documental, mas podemos presumir que terá contribuído para a formação dos demais sobrinhos, como no caso de Manuel da Costa Bandeira, que se formou em Leis pela universidade de Coimbra.

³⁷³ ANTT, Chancelaria de D. João VI, Livro 1, fl. 288 (MF. 6887)

³⁷⁴ ANTT, Registo Geral de Mercês de D. Maria I, Livro 24, fl.301v.

Conclusão

O presente trabalho procura integrar-se, do ponto de vista historiográfico, em movimentos que têm vindo, nas últimas décadas a ganhar o seu espaço, em particular no Instituto Universitário Europeu de Florença e que têm valorizado o papel das redes sociais especialmente no domínio do comércio a longa distância. O principal objetivo do nosso trabalho consistiu na avaliação a importância dessas redes, não só para a construção de uma grande casa comercial, mas também para a excecional ascensão social de um comerciante. O seu contributo residirá na análise da composição e configuração dessas redes, que não se resumem a uma esfera estritamente mercantil, e na comprovação da sua eficácia, no caso de um dos maiores homens de negócio portugueses do último quartel do século XVIII, que poderá ter alguma relevância para compreendermos o funcionamento do Império.

Nesse sentido, na esteira de outros trabalhos, tentamos reconstruir o processo de ascensão de Jacinto Fernandes Bandeira, procurando dessa forma analisar e enquadrar o seu percurso, guiados pelas problemáticas, conceitos e reflexões teóricas apresentados pelos referidos movimentos da historiografia internacional. Ao tomarmos como objeto de estudo este grande comerciante da praça de Lisboa, não pretendemos construir uma biografia pessoal, mas sim tomar dessa biografia o que é relevante para a biografia da sua casa comercial, através da reconstrução dos seus negócios, e para a sua promoção no seio do corpo mercantil de Lisboa e na sociedade portuguesa do tempo. Na reconstituição desse percurso de sucesso, procuramos identificar aqueles que, de uma forma ou de outra, para ele contribuíram, sendo seus familiares, amigos, conterrâneos ou meros conhecimentos, sócios, parceiros, pares ou dependentes, todos eles formando uma teia flexível que estendeu à escala global.

Jacinto Fernandes Bandeira era um minhoto que à semelhança de tantos outros se vê obrigado a partir da sua terra em busca de melhor fortuna, fazendo o percurso, apontado por Jorge Pedreira, para muitos comerciantes portugueses e brasileiros do século XVIII. Com apenas 12 anos entrará, como caixeiro, ao serviço de um seu parente, o traficante de escravos e contratador Domingos Dias da Silva. A rede familiar alargada, não necessariamente formada pelos parentes mais próximos, revelou-se da maior importância para o seu acolhimento em Lisboa e para os seus primeiros passos na carreira comercial, criando uma oportunidade para que este jovem filho de um sapateiro de Viana saísse da sua terra para vir aprender as lides dos negócios na capital.

É ao serviço de Dias da Silva que trava conhecimento com outros homens de negócio, alguns dos quais, um em particular, foram determinantes para a sua vida futura e especialmente para o lançamento da sua carreira. Referimo-nos a José Alves Bandeira, seu conterrâneo, também ele com raízes na mesma rua da Bandeira, que começara igualmente como caixeiro na mesma casa. Esta relação proporcionar-lhe-á a ligação a importantes comerciantes como os Quintela e faculta-lhe a entrada, ainda que inicialmente com uma participação modesta, em alguns contratos de exploração de monopólios régios ligados ao Brasil, nomeadamente do Estanco do Sal e Pesca das Baleias, que lhe são legados pelo seu sócio e conterrâneo, em conjunto com todos os seus bens. Será também pela mão de José Alves Bandeira que entrará, em 1779, no contrato do tabaco-brasil para Espanha, por influência do Arcebispo de Tessalónica, confessor da Rainha D. Maria I e personagem influente na Corte, particularmente na distribuição de favores. Ignoramos as razões do patrocínio do Arcebispo, mas a sua intervenção foi muito relevante para a adjudicação do contrato, revelando-se deste modo a eficácia para das relações de patrocínio de altas figuras da corte para a entrada em grandes negócios. A análise que fazemos deste contrato e do comércio que se desenvolveu ao seu abrigo constitui um contributo para trazer à luz este negócio que, até à data, tem permanecido na penumbra.

À medida que vai aumentando o seu volume de negócios, nunca se especializando em nenhum, vão-se-lhe abrindo as portas de entrada na elite dos negociantes de grosso trato, que não só dominavam os grandes contratos régios, mas desempenhavam um papel fundamental na concessão de crédito à Coroa. A prova do reconhecimento da sua ascensão encontra-se na sua admissão na sociedade concessionária do contrato geral do tabaco, quando esta se alargou a novos elementos. Para tanto terão sido decisivas a renovação da adjudicação do contrato do tabaco para Espanha, bem como a sua associação com Joaquim Pedro Quintela, de quem mais tarde se tornará “íntimo amigo” e com quem dividirá a responsabilidade de agenciar um volumoso empréstimo internacional,

O contrato geral do tabaco era então o mais lucrativo negócio do Reino, e também aquele onde se concentrava a fina flor dos comerciantes portugueses. Os “tabaqueiros”, como por vezes eram referidos, adquiriram, uma posição de importância crucial no financiamento da Coroa, pelos adiantamentos e empréstimos que lhe faziam e que a deixavam de certa forma como refém, tal como nos diz Fernando Dores Costa.

É neste contexto, depois de se ter tornado um dos mais relevantes contratadores e de ter acumulado um importante volume de capital, tanto económico como social, que Jacinto Fernandes Bandeira vai reforçar o seu papel como credor e agente financeiro da monarquia, a tal ponto que Doris Costa lhe chama justamente «Banqueiro da Coroa». O reconhecimento pelo desempenho desse papel chegará em 1806, quando o príncipe regente D. João lhe confere o título de Barão de Porto Côvo da Bandeira, pelos serviços prestados à monarquia. O título, o primeiro que contemplava um grande capitalista, remunerava os seus serviços financeiros, não apenas pelas avultadas somas ao Estado, mas pelo exercício de diversos cargos de responsabilidade na administração financeira da Coroa.

Entretanto, além de contratos e empréstimos, Jacinto Fernandes Bandeira continuou a desenvolver outros negócios, beneficiando com frequência das ligações ao poder, seja para conquistar e manter os negócios do tabaco para Espanha, seja para garantir privilégios e prerrogativas na compra de escravos ou despacho de navios, não deixando de auxiliar governadores ou ministros, nas suas trajetórias pessoais, garantindo um apoio num futuro próximo. Neste ponto, as instituições do Império e as redes mercantis interceptam-se, situando-se Bandeira no lugar de intercepção, posição privilegiada de que soube tirar o maior partido. Neste contexto, o seu percurso e a forma com desenvolve a sua acção através desta rede, não deixam de ter relevância para a compreensão do funcionamento do Império. A rede de relações que construiu e que era composta não só por outros negociantes portugueses, mas por ministros e, oficiais régios, comerciantes e banqueiros estrangeiros, colaboradores próximos e seus dependentes, adquiriu uma extensão verdadeiramente excepcional, que quisemos também pôr em evidência.

Ao mesmo tempo Jacinto Fernandes Bandeira foi forjando o seu percurso pessoal, prosseguindo o que poderíamos chamar de *cursus honorum comercial*. Obtém a familiatura do Santo Ofício, os hábitos de cavaleiro das Ordens de Cristo e Santiago, o título de Fidalgo-Cavaleiro da Casa Real, o título de Conselheiro de Sua Majestade, ou o cargo de Deputado da Junta do Comércio, não enfeitando ainda assim a oportunidade de adquirir um ofício régio no Desembargo do Paço. O título de Barão seria o corolário deste caminho. Tudo isto é determinante para a construção da sua reputação na sociedade, que se vem somar à sua reputação na praça mercantil, e que lhe atribuía uma confiança à escala nacional, internacional e, portanto, global.

Jacinto Fernandes Bandeira é um exemplo claro de um extraordinário percurso de ascensão comercial e social que o eleva a uma posição cimeira na elite a par de Anselmo José da Cruz Sobral e Joaquim Pedro Quintela, e acima de Policarpo José Machado, António José Ferreira Sola ou João Pereira Caldas, entre outros. Tendo falecido solteiro e sem filhos, legou a sua casa comercial a um sobrinho, manifestando, ao contrário de muitos dos seus pares, a preocupação e a vontade de que esta prosseguisse o mesmo caminho, no domínio dos negócios dos serviços à Coroa.

Fontes

Fontes Manuscritas

- Arquivo Nacional Torre do Tombo

ANTT, Alfândega de Lisboa, Casa da Índia, Entrada do Pau-Brasil, nº 1699, 1698, 1700, 1701, 1589, 1590, 1591, 1592, 1593, 1594, 1596

ANTT, Casa das Rainhas, mç.241, nº81, NT 165, cx.4

ANTT, Cartório de Nobreza, Processo de Justificação de Nobreza, mç. 39, nº8

ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 13, Livro 77, fl. 45v.-49

ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 15, Livro 82, fl. 31-31v.; Livro 83, fl.102v.

ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 15, Livro 85, fl. 88 a 90; Livro 89, fl. 3, fl.29

ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 17, Livro 91, fl.53; Livro 92, fl. 9; Livro 93, fl. 36v., fl.53v. a 55, fl.56v.

ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 18, 6/19/1/3, Livro 94, fl.4-5, fl.5v-6, fl.43 a 44, fl.73 a 73v; Livro 95, fl.43, fl. 60 a 60v., fl. 64 a 64v., fl.68 a 69v.; Livro 97, fl.3v., fl.5 a 6v., fl.53 a 53v., fl.111 a 111v.; Livro 98, fl.25 a 27, fl.27v. a 29, fl.30 a 31; fl. 78 a 78v.; fl.108 a 108v.

ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 19, Livro 102, fl.44 a 45; Livro 103, fl. 7v., fl.30 a 32v.; Livro 104, fl.12v. a 15, fl.100; Livro 105, fl.42v.

ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 20, Livro106, fl. 33, fl.97, fl. 97v., fl.118v.; Livro 107, fl.33 a 34v.

ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 24, Livro130, fl. 88v., fl.111v. a 112v.

ANTT, 10º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas, Caixa 25, Livros 133, fl. 1

ANTT, 12º Cartório Notarial de Lisboa, Ofício B, Livro de Notas, Caixa 19, Livro 91, fl.30, fl.30v., fl.31, fl.31v.

ANTT, Chancelaria de D. José I, Livro 28, fl. 77 (MF. 2019)

ANTT, Chancelaria de D. José I, Livro 28, fl. 77v. (MF. 2019)

ANTT, Chancelaria de D. Maria I, Livro 16, fl. 268 (MF.0714)

ANTT, Chancelaria de D. Maria I, Livro 31, fl. 94v.

ANTT, Chancelaria de D. Maria I, Livro 43, fl.364v.

ANTT, Chancelaria de D. Maria I, Livro 47, fl. 113v.

ANTT, Chancelaria de D. Maria I, Livro 49, fl. 182

ANTT, Chancelaria de D. Maria I, Livro 65, fl. 29

ANTT, Chancelaria de D. Maria I, Livro 65, fl.137

ANTT, Chancelaria de D. Maria I, Livro 67, fl.199

ANTT, Chancelaria de D. Maria I, Livro 67, fl.317

ANTT, Chancelaria D. Maria I, Livro 67, fl.378

ANTT, Chancelaria de D. Maria I, Livro 68, fl.270

ANTT, Chancelaria de D. Maria I, Livro70, fl. 250

ANTT, Chancelaria de D. Maria I, Livro 71, fl. 239v.

ANTT, Chancelaria de D. Maria I, Livro 72, fl.253

ANTT, Chancelaria D. Maria I, Livro 73, fl.194v.

ANTT, Chancelaria de D. Maria I, Livro 73, fl. 194v.

ANTT, Chancelaria de D. Maria I, Livro 73, fl. 195.

ANTT, Chancelaria D. Maria I, Livro 76, fl. 96 (MF. 6997)

ANTT, Chancelaria D. Maria I, Livro 82, fl.21

ANTT, Chancelaria de D. Maria I, Livro 85, fl.144 (MF.2479)

ANTT, Chancelaria de D. Maria I, Livro 85, fl. 188v. (MF.2479)

ANTT, Chancelaria de D. João VI, Livro 1, fl.60 (MF.6887)

ANTT, Chancelaria de D. João VI, Livro 1, fl.60 a 62 (MF.6887)

ANTT, Chancelaria de D. João VI, Livro 1, fl. 288 (MF. 6887)

ANTT, Chancelaria de D. João VI, Livro 1, fl.338v. (MF.6887)

ANTT, Chancelaria de D. João VI, Livro 2, fl.69

ANTT, Chancelaria de D. João VI, Livro 2, fl. 369

ANTT, Chancelaria de D. João VI, Livro 16, fl. 215

ANTT, Chancelaria de D. João VI, Livro 16, fl. 359v.

ANTT, Chancelaria de D. João VI, Livro 24, fl. 31

ANTT, Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, liv. 288, p. 197v-199v.

ANTT, Condes de Linhares, mç.29/13

ANTT, Condes de Linhares, mç.65/55

ANTT, Conselho da Fazenda, Vedoria e Repartição do Reino e do Assentamento, Livro 120, fl.303

ANTT, Conselho da Fazenda, Vedoria e Repartição do Reino e do Assentamento, Livro, 127, fl.71v.

ANTT, Conselho da Fazenda, Vedoria e Repartição do Reino e do Assentamento, Livro 120, fl.275

ANTT, Conselho da Fazenda, Vedoria e Repartição do Reino e do Assentamento, Livro 128, fl. 44 a 48

ANTT, Feitos Findos, Registo Geral de Testamentos, Livro 313, fl.67v.

ANTT, Feitos Findos, Registo Geral de Testamentos, Livro 367, fl. 48 a 50v. ANTT, ANTT, Feitos Findos, Registo Geral de Testamentos, Livro 357, fl. 49 e Livro 365, fl.118

ANTT, Feitos Findos, Inventários *post-mortem*, Letra J, mç.428, nº10

ANTT, Feitos Findos, Papeis do Brasil, mç.2, nº2

ANTT, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, mç.26, nº7, cx. 213

ANTT, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, mç.36, nº11, cx.223

ANTT, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, mç.40, nº7, cx.227

ANTT, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, mç.44, nº6, cx.231

ANTT, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, mç.44, nº6, cx.231

ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, letra J, mç.433, cx.1077

ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, letra J, mç.878, cx.1

ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, letra J, mç.878, cx.2

ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, letra J, mç.1583, cx.2

ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, letra J, mç.2221, cx.1

ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, letra J, mç.2224, cx.1

ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, letra J, mç.2225, cx.3

ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, letra J, mç.2617, cx.2

ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, letra J, mç.2580, cx.2

ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, letra J, mç.2613, cx.2

ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, letra J, mç.2625, cx.2

ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, letra J, mç.2639, cx.2

ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, letra J, mç.2641, cx.2

ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, Letra J, mç.2668, cx.2

ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, Letra J, mç.2686, cx.2

ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, Letra J, mç.2894, cx.3

ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, Letra J, mç.2999, cx.3

ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, Letra J, mç.3002, cx.1

ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, Letra J, mç.3002, cx.1

ANTT, Feitos Findos, Fundos Geral, Letra J, mç.3011, cx.1

ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, Letra J, mç.3287, cx.4

ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, Letra J, mç.3289, cx.4

ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, Letra J, mç.3555, cx.1

ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, Liv.22, fl.38

ANTT, Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, Liv.23

ANTT, Habilitação da Ordem de Cristo, Letra J, mç.57, nº5

ANTT, Habilitações da Ordem de Cristo, letra J, mç.70, nº24

ANTT, Junta do Comércio, mç.10, Caix.37

ANTT, Junta do Comércio, mç.15, caixa 54

ANTT, Junta do Comércio, mç.62, cx.200

ANTT, Junta do Comércio, mç.62, cx.202

ANTT, Junta do Comércio, mç.237, cx.441

ANTT, Junta do Comércio, Livro 119, fl.189v.

ANTT, Junta do Comércio, Livro 128, fl.45 a 46v.

ANTT, Junta do Comércio, liv.134, fl.212-213

ANTT, Leitura de Bacharéis, mç.54, nº11

ANTT, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cx.56, mç.2 (20)

ANTT, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cx.56, mç.2 (21)

ANTT, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cx.56, mç.2 (22)

ANTT, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cx.34, nº4 (17)

ANTT, Ministério dos Negócios do Reino, cx.616 (1779-1782)

ANTT, Ministério dos Negócios do Reino, cx.617

ANTT, Ministério do Reino, mç.398, cx.499

ANTT, Mordomia da Casa Real, Livro 6, fl. 90

ANTT, Projeto Reencontro, mf.127, Doc. 1.160

ANTT, Real Fábrica das Sedas, Livro 388, fl.91v.a 95v.

ANTT, Registo Geral de Mercês de D. Maria I, Livro 24, fl.301v.

ANTT, Registo Geral de Mercês de D. Maria I, Livro 28, fl. 110

ANTT, Registo Geral de Mercês de D. Maria I, Livro 28, fl. 158v.

ANTT, Registo Geral de Mercês de D. Maria I, Livro 28, fl. 229v.

ANTT, Registo Geral de Mercês de D. Maria I, Livro 28, fl. 331v.

ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Jacinto, mc.6, doc.69

- Arquivo do Tribunal de Contas

ATC, Cartórios Avulsos, Caixa 20, doc. 39

ATC, Cartórios Avulsos, Caixa 20, mc. 54

ATC, Cartórios Avulsos, Caixa 26

ATC, Cartório de Avulsos, Caixa 27

ATC, Cartório de Avulsos, Caixa 37

ATC, Cartório de Avulsos, Caixa 38

ATC, Cartórios Avulsos – Caixa 40

ATC, Cartórios Avulsos – Caixa 113

ATC, Cartórios Avulsos, Caixa 116

ATC, Erário Régio, 419 – pp. 4, 6, 12, 13, 14, 27, 37, 39, 43, 57, 83, 88, 96

- Arquivo Histórico Ultramarino

AHU, Ultramar (035), Doc. 777

AHU, Brasil Geral (003), Doc. 2466

AHU, Brasil Geral (003), Doc. 2474

AHU, Brasil Geral (003), Doc. 2883

AHU, Pernambuco (015), Doc. 11329

AHU, São Paulo- Mendes Gouveia (023-01), Doc. 3332

AHU, São Paulo- Mendes Gouveia (023-01), Doc. 3338

AHU, São Paulo- Mendes Gouveia (023-01), Doc. 3344

AHU, São Paulo- Mendes Gouveia (023-01), Doc. 3480

AHU, São Paulo- Mendes Gouveia (023-01), Doc. 4101

AHU, Bahía (005), Doc. 13559

AHU, Bahía (005), Doc. 14172

AHU, Pará (013) Doc. 8183

AHU, Pernambuco (015), Doc. 9187

AHU, São Paulo- Mendes Gouveia (023-01), Doc. 3289

AHU, Macau(062), Doc. 13

AHU, Macau(062), Doc. 33

AHU, Reino, Cx. 43-A, pasta 15

AHU, Reino, Cx. 59-A, pasta 5

AHU, Reino, Cx. 59-A, pasta 5

AHU, Reino, Cx. 214, pasta 33

AHU, Reino, Cx. 220, pasta 39

AHU, Reino, Cx. 297, pasta 66

AHU, Reino, Cx. 417, pasta 7

AHU, Reino, Cx. 417, pasta 10

- Biblioteca Nacional de Portugal (Coleção Pombalina)

BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.218 e 219

BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.220

BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.221

BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.225

BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.226

BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.228

BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.230

BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.232

BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.234

BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.236

BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.237

BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.243

BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.244

BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.246

BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.247

BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.250

BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.254

BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.284

BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.336

BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.452

BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.457

BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.459

BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.461

BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.462

BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.468

BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.471

BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.472

BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.489

BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.493

BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.495

BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.517

BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.543

BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.545

BNP, PBA 643, Mf. 1632, fl.559

- Biblioteca Nacional da Ajuda

ANA, 51-XII-10, Fl. 19v-20

ANA, 51-XII-10, Fl. 41v-43

ANA, 51-XII-10, Fl. 55 v-56v

ANA, 51-XII-10, Fl.60-61

ANA, 51-XII-10, Fl. 72

ANA, 51-XII-10, Fl. 88 v

ANA, 51-XII-10, Fl. 105 v- 106 v

ANA, 51-XII-10, Fl. 118

ANA, 51-XII-10, Fl. 119 v – 120

ANA, 51-XII-10, Fl. 149-149 v

ANA, 51-XII-10, Fl. 169

ANA, 51-XII-10, FL. 175

ANA, 51-XII-10, FL. 185-186

ANA, 51-XII-10, Fl. 188 v

ANA, 51-XII-10, Fl. 212-212 v

ANA, 51-XII-10, Fl. 223-223

ANA, 51-XII-10, Fl. 223 v

ANA, 51-XII-10, Fl. 224v-225v

ANA, 51-XII-10, Fl. 376-376 v

ANA, 51-XII-10, Fl. 378v-379v

ANA, 51-XII-10, Fl. 403v-404 v

ANA, 51-XII-10, Fl. 437-437v

ANA, 51-XII-10, Fl. 455-455 v

ANA, 51-XII-10, Fl. 470 v- 471

ANA, 51-XII-10, Fl. 493v-494 v

ANA, 51-XII-10, Fl. 537-538

ANA, 51-XII-10, Fl. 612-612 v

ANA, 51-XII-10, Fl. 19 e 19v.

ANA, 51-XII-10, Fl. 43 v.

ANA, 51-XII-10, Fl.409 a 410v.

- Archivo General de Simancas

AGS, DGR,2RE,4881

AGS, SSH,1997

AGS, SSH, 1998

AGS, TMC,1377

- Archivo General de Las Índias

AGI, Buenos_Aires, 60

AGI, Buenos_Aires, 62

AGI, Buenos_Aires,102

AGI, Buenos_Aires, 308

- Archivo Historico Nacional de Madrid

AHNM, Estado,3200.

AHNM, Estado,4498

Fontes Impressas

Documentos Interessantes para a História de Costumes de São Paulo, Vol.45, Duprat & Comp.^a, S. Paulo, 1924, pp. 10 a 12 e 445 a 446

Gazeta de Lisboa – Sexta-feira, 5 de Fevereiro de 1802

Gazeta de Lisboa – Sábado, 17 de Abril de 1802

SILVA, António Delgado da Silva, *Coleção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações*, vol. V, Lisboa, Typ. Maignense, 1830, pp. 3-8

Bibliografia

AAVV. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol.42, Angra do Heroísmo, União Gráfica Angrense, 1984, pp.305-306

ALENCASTRO, Luís Filipe de, *O Trato dos Viventes*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000

ALENCASTRO, Luís Filipe de, «A Rede Económica do Mundo Atlântico Português» in BETTENCOURT, Francisco & CURTO, Diogo Ramada (dir.), *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*, Lisboa, Edições 70, 2010, pp.115-144

ALVES, Daniel Ribeiro, *Os Dízimos no final do Antigo Regime*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2012

ANTEZANA, Sofia Lorena Vargas, *O Contratadores dos Caminhos do Ouro das Minas Gérias Setecentistas: estratégias mercantis, relações de poder, compadrio e sociabilidade (1718-1750)*, Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, 2006

ANTUNES, Cátia, «Redes multiculturais de investimento no Atlântico, 1580-1776: A perspectiva da praça de Amesterdão», in *Anais de História de Além-Mar*, vol. XIV, 2013, pp.93-119

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros, *Contratos régios e contratadores da capitania de São Paulo, 1765-1808*, São Paulo, FEA-USP, 2009

ARRUDA, José Jobson de Andrade, *Documentos manuscritos avulsos da capitania de São Paulo*, São Paulo, Ed. Universidade do Sagrado Coração, 2000

ASLANIAN, Sebouh, «Social capital, ‘trust’ and the role of networks in Julfan trade: informal and semi-informal institutions at work» in *Journal of Global History*, nº1, London School of Economics and Political Science, 2006, pp.383-402

ASLANIAN, Sebouh, «‘The Salt in Merchant’s Letter’: The Culture of Julfan Correspondence in the Indian Ocean and the Mediterranean» in *Journal of World History*, vol. 19, nº2, University of Hawai’s Press, 2008, pp.127 a 188

AZEVEDO, J. Lúcio de, *Épocas de Portugal Económico*, Lisboa, Clássica Editora, 1947

BASKES, Jeremy, «Communication Breakdown: Information and Risk in Spanish Atlantic World Trade during an Era of ‘Free Trade’ and War» in *Colonial Latin American Review*, vol. 20, nº1, 2011, pp.35-60

BASKES, Jeremy, *Staying Afloat. Risk and Uncertainty in Spanish Atlantic World Trade, 1760-1820*, California, Stanford University Press, 2013

BOHORQUEZ, Jesus, *Reputation, (mis)trust, or status? Outsiders, Merchant Cooperation and Evolution in the Luso-Atlantic World*, Florence, European University Institute, 2015

BOHORQUEZ, Jesus, *Globalizar el sur. La emergencia de ciudades globales y la economía política de los imperios portugués y español: Rio de Janeiro y La Havana durante la Era de las Revoluciones*, Florença, Instituto Europeu de Florença, 2016

BOHORQUEZ, Jesus, *Linking the Atlantic and Indian Oceans: Asian Textiles, Global Capital and the Financing of the Brazilian Slave Trade during the Age of Revolutions*, s. l., s. ed., 2016

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes, «Laços familiares e aspetos materiais da dinâmica mercantil na cidade de São Paulo (séculos XVIII e XIX)», in *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, vol.18, nº1, São Paulo, 2010

BOURDIEU, Pierre, *O Poder Simbólico*, Lisboa, Edições 70, 2011

BRAUDEL, Fernand, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II*, 2ºvol., Lisboa, Dom Quixote, 1984

BRAUDEL, Fernand, *Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII*, 3 vols., Lisboa, Teorema, 1992

BRAUDEL, Fernand, *A Dinâmica do Capitalismo*, Rio de Janeiro, Rocco, 1987

BOXER, Charles R., *O Império Marítimo Português 1415-1825*, Lisboa, Edições 70, 2014

BUIST, Marten G., *Et Spes Non Fracta : Hope and Co, 1770-1815, Merchant Bankers and Diplomats at Work*, Haia, Matins Nihoss, 1974

CALDEIRA, Arlindo Manuel, *Escravos e Traficantes no Império Português*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2013

CANABRAVA, Alice, *O comércio português no Rio da Prata, 1580-1640*, São Paulo, USP, 1944

CAPEL, Ronaldo, *O Governo de Bernardo José de Lorena na Capitania de São Paulo: aspectos políticos e econômicos (1788-1797)*, São Paulo, USP, 2015

CARVALHO, Rómulo, *Relações entre Portugal e a Rússia no século XVIII*, Lisboa, Sá da Costa, 1979

CORREIA, Elias Alexandre da Sila, e MÚRIAS, Manuel, *História de Angola*, vol. II, Lisboa, Editorial Ática, 1937, p.119 e 153

COSSART, Brice, « 'Global Lives': Writing Global History with a Biographical Approach », in *Journal of World History*, nº5, Barcelona, Universitat Pompeu Fabra, 2013, pp. 1-14

COSTA, Bruno Aidar, *A Vereda dos Tratos: fisco e poder regional na capitania de São Paulo, 1723-1808*, São Paulo, USP, 2012

COSTA, Fernando Soares, «Capitalistas e serviços: empréstimos, contratos e mercês no final do século XVIII», in *Análise Social*, vol. XXVIII (116-117), 1992 (2º-3º), pp. 441-460

COSTA, Fernando Soares, *Crise Financeira, Dívida Pública e Capitalistas (1796-1807)*, Lisboa, FCSH-Universidade Nova de Lisboa, 1992

COSTA, Fernando Soares e OLIVAL, Fernanda, «Elites económicas» in LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da, *História Económica de Portugal 1700-2000*, vol.I, Lisboa, ICS, 2005, pp.323-343

COSTA, Leonor Freire, *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*, vol. I, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002

COSTA, Leonor Freire, *Império e Grupos Mercantis entre o Oriente e o Atlântico (século XVII)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002

COSTA, Leonor Freire, «Elite mercantil na restauração. Para uma releitura», in MONTEIRO, Nuno Gonçalo, CARDIM, Pedro e CUNHA, Mafalda Soares, *Optima Pars – Elite Ibero-Americanas do Antigo Regime*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, 2005, pp. 99-132

COSTA, Leonor Freire, «Relações económicas com o exterior» in LAINS, Pedro e Silva, Álvaro Ferreira da, *História Económica de Portugal 1700-2000*, vol.I, Lisboa, ICS, 2005, pp.263-298

COSTA, Leonor Freire, e ROCHA, Maria Manuela, «Remessas do ouro brasileiro: organização mercantil e problemas de agência em meados do século XVIII» in *Análise Social*, vol. XLII (182), 2007, pp.77-98

COSTA, Leonor Freire, «Comércio e Família em Portugal, séculos XVI-XVIII» in CUNHA, Mafalda Soares da, e FRANCO, Juan Hernández [org.], *Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica. Elementos para uma História Comparativa*, Lisboa, Évora, Múrcia, Edições Colibri, CIDEHUS, Universidade de Múrcia, 2010, pp.153-172

COSTA, Leonor Freire, LAINS, Pedro e MIRANDA, Susana Munch, *História Económica de Portugal. 1143-2010*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2012

COSTA, Leonor Freire, ROCHA, Maria Manuela e SOUSA, Rita Martins, *O ouro do Brasil*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013

CUNHA, Mafalda Soares, *A Casa de Bragança, 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Editora Estampa, 2000

CURTO, Diogo Ramada, & MOLHO, Anthony, (org.) *Commercial Networks in the Early Modern World*, Florence, European University Institute, 2002

DAMAS, Carlos Alberto, «Os pedidos de empréstimo do Estado às casas bancárias Sir Francis Baring & Cº. e Henry Hope & Cº. (1797-1802)» in *Negócios Estrangeiros*, nº 14, Abril de 2009, pp.177-210

DIAS, Manuel Nunes, «Os acionistas e o capital social da Companhia do Grão-Pará e Maranhão. (Os momentos: o da fundação (1755-1758) e o da véspera da extinção (1776))», in *Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien*, nº11, 1968, pp. 29-52

DEYON, Pierre, *O Mercantilismo*, Lisboa, Gradiva, 1983

DOOSSELAERE, Quentin Van, *Commercial Agreements and Social Dynamics in Medieval Genoa*, Cambridge, Cambridge University Press, 2009

DUGUID, Paul, «Networks and Knowledge: The Beginning and End of the Port Commodity Chain, 1703-1840», in *The Business History Review*, Vol. 79, No. 3, 2005, pp. 493-526

ELLIS, Myriam, *O Monopólio do Sal no Estado do Brasil (1631-1801)*, São Paulo, USP, 1955

ELLIS, Myriam, *A Baleia no Brasil Colonial*, São Paulo, Edições Melhoramentos, 1969

ELLIOTT, John H., *Imperios del Mundo Atlántico. España y Gran Bretaña en América (1492-1830)*, Madrid, Taurus, 2011

EMMER, Pieter, and GAASTRA, Femme, *An Expanding World. The Organization of Interoceanic Trade in European Expansion, 1450-1800*, vol. 13, Hampshire, Variorum, 1996

FERRI, Sérgio Solbes, «Los Comerciantes extranjeros y el negocio del Tabaco en la España del siglo XVIII», in *1º Congresso Internacional “Los Extranjeros en la España Moderna”*, Tomo I, Málaga, 2003, pp..643-655

FILHO, Ângelo Jordão, *Povoamento, hegemonía e declínio de Goiana*, Recife, s.ed., 1977

FRANÇA, José-Augusto, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1977

FRUTUOSO, Eduardo, GUINOTE, Paulo, LOPES, António, *O movimento do porto de Lisboa e o comércio luso-brasileiro (1769-1856)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001

GARRIDO, Felipe de Moura, «Mercadorias, negócios e negociantes nas vilas do norte nas duas últimas década da Capitânia de São Paulo (1788-1808), in *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo, ANPUH, 2011

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Prix et Monnaies au Portugal 1750-1850*, Paris, Éditions Jean Touzot, 1955

GODINHO, Vitorino Magalhães, «Finanças Publicas e Estrutura do Estado», in *Ensaio*s, vol. II, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1968, pp. 25-63

GODINHO, Vitorino Magalhães, «A ‘revolução dos preços’ e as flutuações económicas no século XVI», in *Ensaio*s, vol. II, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1968, pp. 155-174

GODINHO, Vitorino Magalhães, «Flutuações económicas e devir estrutural do século XV ao século XVII», in *Ensaio*s, vol. II, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1968, pp. 175-205

GODINHO, Vitorino Magalhães, «Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770)», in *Ensaio*s, vol. II, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1968, pp. 294-315

GODINHO, Vitorino Magalhães, *A estrutura na antiga sociedade portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 1977

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 4 vols., Lisboa, Editorial Presença, 1982-1983

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar. Séculos XIII-XVIII*, Lisboa, Difel, 1990

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Introdução à História Económica*, Lisboa, Livros Horizonte, 1970

GOMES, José Aníbal Marinho, «Para a história da nobreza titulada de Viana do Castelo: barões, viscondes e conde de Porto Covo da Bandeira» in *A Falar de Viana*, vol. XV, Viana do Castelo, 2009

GOODY, Jack, *O Oriente no Ocidente*, Lisboa, Difel, 2000

GOODY, Jack, *Família e Casamento na Europa*, Oeiras, Celta Editora, 1995

GOUVÊA, Maria de Fátima, FRAZÃO, Gabriel Almeida, SANTOS, Marília Nogueira dos, «Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português, 1688-1735» in *Topoi*, v.5, n°8, Jan-Jun 2004, pp.96-137

GRAFE, Regina, «On the spatial nature of institutions and the institutional nature of personal networks in the Spanish Atlantic» in *Culture & History Digital Journal*, n°3, 2014

GREIF, Avner *Institutions and the Path to the Modern Economic. Lessons from the Medieval Trade*. Cambridge: CUP, 2006

HANCOCK, David, «The Emergence of an Atlantic Network Economy in the Seventeenth and Eighteenth Centuries: The Case of Madeira», in CURTO, Diogo Ramada, & MOLHO, Anthony, (org.) *Commercial Networks in the Early Modern World*, Florence, European University Institute, 2002

HARVEY, John Whitney, *Politics, Commerce, and Colonization in Angola at the Turn of the Eighteenth Century*, Lisboa, FCSH, 2012

HESPANHA, António Manuel, «Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na época moderna», in *Análise Social*, vol. XXVIII, 1993, pp.951-973

JÚNIOR, Caio Prado, *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*, São Paulo, Brasiliense, 1969

LABOURDETTE, Jean-François, *La Nation Française à Lisbonne de 1669 à 1790. Entre Colbertisme et Liberalisme*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian et Centre Culturel Portugais, 1988

LAMIKIZ, Xabier, «Un “Cuento Ruidoso”: Confidencialidad, Reputación y Confianza en el Comercio del siglo XVIII» in *Obradoiro de História Moderna*, nº16, 2007, pp.113-142

LAMIKIZ, Xabier, *Trade and Trust in the Eighteenth-century Atlantic World. Spanish Merchants and their overseas networks*, Suffolk, The Royal Historical Society, 2010

LAPA, José Roberto Amaral, *A Bahia e a Carreira da Índia*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968

LOPES, Maria de Jesus dos Mártires [coord.], «O Império Oriental 1660-1820», in *Nova História da Expansão Portuguesa*, SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. Oliveira, vol. V, tomo 1, Lisboa, Editorial Estampa, 2006

MACEDO, Jorge Borges de, *A situação económica no tempo de Pombal – Alguns Aspectos*, Lisboa, Gradiva, 1989

MACHADO, Margarida Vaz do Rego, *Relações comerciais entre S. Miguel e o Faial através das cartas comerciais de Nicolau Maria Lopo*, Açores, Núcleo Cultural da Horta, 2007, pp.175-183

MADUREIRA, Nuno Luís, «Crédito e Mercados Financeiros em Lisboa», in *Ler História*, Lisboa, ISCTE, nº26, 1994, pp. 21 a 43

MADUREIRA, Nuno Luís, *Mercado e Privilégios, A Indústria Portuguesa entre 1750-1834*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997

MADUREIRA, Nuno Luís, «A «sociedade civil» do Estado. Instituições e grupos de interesses em Portugal (1750-1847)», in *Análise Social*, vol. XXXII (142), 1997, pp. 603-624

MAGALHÃES, Joaquim Romero de, «A Sociedade» in *No Alvorecer da Modernidade*, MAGALHÃES, Joaquim Romero de (coord.), Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp.505-509

MAGALHÃES, Joaquim Romero, «O império» in LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da, *História Económica de Portugal 1700-2000*, vol. I, Lisboa, ICS, 2005, pp.299-321

MATTOS, Renato, *Política, Administração e Negócios: A capitania de São Paulo e sua inserção nas relações mercantis do Império Português (1788-1808)*, São Paulo, USP, 2009

MARQUES, Azevedo, *Apontamentos Historicos, Geograficos, Biograficos, Estatisticos e Noticiosos da Provincia de São Paulo*, tomo II, São Paulo, Comissão do IV centenário da cidade de São Paulo, 1953, p. 36

MAXWELL, Kenneth, *O Marquês de Pombal*, Lisboa, Presença, 2001

MAURO, Frédéric, *Portugal, o Brasil e o Atlântico*, vol. I e II, Lisboa, Editorial Estampa, 1997

MAURO, Frédéric (coord.), «O império Luso-Brasileiro 1620-1750», SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol.VII, Lisboa, Editorial Estampa, 1991

MEDICCI, Ana Paula, *Administrando Conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)*, São Paulo, USP, 2005

MELÉNDEZ, Santiago de Luxán, FERRI, Sergio Solbes, LAFORET, Juan José, *El mercado del tabaco en España durante el siglo XVIII*, Las Palmas, Fundación Altis, 2000

MENZ, Maximiliano Mac, «As ‘Geometrias do Tráfico: O Comércio Metropolitano e o Tráfico de Escravos em Angola (1796-1807)», in *Revista de História*, São Paulo, nº166, 2012, pp. 185-222

MIRANDA, Susana Munch, «Os circuitos económicos» in *Historia dos Portugueses no Extremo Oriente*, A. H. de Oliveira Marques (dir), vol. II, Lisboa, Fundação Oriente, 2002, pp.259-288

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *D. José*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006

MURALT, Malou von, «A árvore que se tornou se tornou país», in *Revista USP*, São Paulo, nº71, pp. 171-198, 2006

MÚRIAS, Manuel Maria, *Chiado. Do século XII ao 25 de Abril*, Lisboa, Nova Arrancada, 1996

NEVES, José Acúrcio das, *Memória económica-política sobre a liberdade do comércio dos grãos com a sua aplicação às ilhas dos Açores e outros escritos económicos*, Lisboa, Edições Afrontamento, 1986, p.287

PAZ, Marcelo de Oliveira, *Companhia da Pescaria das Baleias nas Costas do Brasil (1765-1801): a caça ao Leviatã dos mares*, Lisboa, FLUL e ICS – Universidade de Lisboa, 2015

PEDREIRA, Jorge Miguel, «Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais», in *Análise Social*, vol. XXVII (116-117), Lisboa, 1992, pp.407-440

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana, *Os Homens de Negócios da Praça de Lisboa. De Pombal ao Vintismo (1755-1822). Diferenciação, Reprodução e Identificação de um Grupo Social*, Lisboa, FCSH-UNL, 1995

PEDREIRA, Jorge Miguel, *Estrutura industrial e mercado colonial. Portugal e Brasil (1780-1830)*, Lisboa, Difel, 1994

PEDREIRA, Jorge Miguel, «Tratos e contratos: actividades, interesses e orientações dos investimentos dos negociantes da praça de Lisboa (1755-1822)», in *Análise Social*, vol. XXXI (136-137), 1996, pp.355-379

PEDREIRA, Jorge M., «A indústria» in LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da, *História Económica de Portugal 1700-2000*, vol. I, Lisboa, ICS, 2005, pp.177-208

PEDREIRA, Jorge M., e COSTA, Fernando Dores, *D. João VI*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006

PEDREIRA, Jorge M., «Custos e Tendências Financeiras do Império Português, 1415-1822», in BETTENCOURT, Francisco & CURTO, Diogo Ramada (dir.), *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*, Lisboa, Edições 70, 2010, pp.53-91

PEREIRA, João Cordeiro «A estrutura social e o seu devir» in Joel Serrão e A.H. Oliveira Marques, *Nova História de Portugal - Portugal: do Renascimento à Crise Dinástica*, João José Alves Dias (coord.), vol. V, Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 288-289; 324-334

PESAVENTO, Fábio, *Um pouco antes da Corte: a economia do Rio de Janeiro da segunda metade de Setecentos*, Niterói, UFF, 2009

- PINTO, Albano de Sousa, *Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal*, t. II, Lisboa, Empreza Editora de Francisco Artur da Silva, 1991
- POLÓNIA, Amélia, *Redes informais e mecanismos de cooperação na Época Moderna. Quadro teórico e contributos epistemológicos aplicados ao espaço colonial português*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010
- RATTON, Jacome, *Recordações de Jacome Ratton*, Lisboa, Fenda, 1992
- REBELO, Manuel Joaquim, *Economia Política, 1795*, Lisboa, Banco de Portugal, 1992
- RAUCH, James, «Networks versus Markets in International Trade», in *Journal of International Economics*, nº48, 1999, pp.7-35
- REITANO, Emir, «La inmigración antes de la inmigración: Buenos Aires y el movimiento migratorio português en el espacio atlántico durante el largo siglo XVIII», in *Portuguese Studies Review*, vol. 14, nº2, 2009, pp. 1-39
- READ, Ian, *The Hierarchies of Slavery in Santos, Brazil, 1822-1888*, Standfor, Stanford University Press, 2012
- RIBEIRO, Ana Sofia Vieira, *Mechanisms and Criteria of Cooperation in Trading Networks of the first Global Age. The case study of Simon Ruiz Network, 1557-1597*, Porto, Faculdade de Artes da Universidade do Porto, 2011
- ROCHA, Maria Luiza Franco da, «Biografia de D. Bernardo José Maria de Lorena» in *Sep. Da Revista do Arquivo*, nºLXIV, São Paulo, 1940
- ROCHA, Maria Manuela, *Crédito Privado num contexto urbano. Lisboa, 1770-1830*, Florença, Instituto Europeu de Florença, 1996
- ROCHA, Maria Manuela, «Crédito privado em Lisboa numa perspetiva comparada (séculos XVII-XIX)», in *Análise Social*, vol. XXXIII (145), 1998, pp. 91-115
- ROCHA, Maria Manuela e SOUSA, Rita Martins, «Moeda e crédito», in LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da, *História Económica de Portugal 1700-2000*, vol.I, Lisboa, ICS, 2005, pp.209-236

RODRIGUES, José Damião, «A Estrutura Social» in Joel Serrão e A.H. Oliveira Marques, *Nova História de Portugal - Portugal: da paz da Restauração ao ouro do Brasil*, Avelino de Freitas de Meneses (coord.), vol.VII, Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 433-435

ROMÃO, José António de Arez, *Palácio Porto Côvo da Bandeira*, Lisboa, Lusitânia Seguros, 2011

SALVADO, João Paulo, «O estanco do tabaco em Portugal: Contrato-geral e Consórcios Mercantis», in LUXÁN, Santiago de (dir.), *Política y Hacienda del Tabaco en los Imperios Ibéricos (siglos XVII-XVIII)*, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales e ALTADIS, 2014, pp.133-153

SAMPAIO, António Carlos Jucá de, «Comércio, Riqueza e Nobreza: elites mercantis e hierarquização social no Antigo Regime Português» in *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráficos e relações no mundo português*, FRAGOSO, João, FLORENTINO, Manolo, JUCÁ, António Carlos e CAMPOS, Adriana, Vitória, EDUFES, 2014

SANTOS, Corcinio Medeiros, «Negros e tabaco nas relações Hispano-Lusitanas do Rio da Prata» in *Actas do Congresso Internacional Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*, s.d.

SANTOS, Raul Esteves dos, *Os Tabacos*, vol. I, Lisboa, Seara Nova, 1974

SANTOS, António Cesar de Almeida, «Pombal e a Política Económica Portuguesa na Segunda Metade de Setecentos», in *V Congresso Internacional de História*, 2011, pp.2797-2805

SARAIVA, José Mendes da Cunha, *Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba*, Lisboa, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1941

SCHWARTZ, Stuart B., «A Economia do Império Português», in BETTENCOURT, Francisco & CURTO, Diogo Ramada (dir.), *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*, Lisboa, Edições 70, 2010, pp.21-51

SCHEDDEL, Madalena, *Em defesa do Império Ameaçado*, Cascais, Tribuna, 2016

SÉRGIO, António, *Breve Interpretação da História de Portugal*, Lisboa, Sá da Costa, 1981

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. VI, Lisboa, Verbo, 2004

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *O Marquês de Pombal*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987

SERRÃO, Joel, *Dicionário da História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1979

SERRÃO, José Vicente, «A agricultura» in LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da, *História Económica de Portugal 1700-2000*, vol. I, Lisboa, ICS, 2005, pp.145-175

SMAIL, John, «Credit, Risk, and Honor in Eighteenth-Century Commerce» in *Journal of British Studies*, vol.44, nº3, Cambridge, Cambridge University Press, 2005, pp.439-456

SILVA, Alberto da Costa e, «Do Índico ao Atlântico» in *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráficos e relações no mundo português*, FRAGOSO, João, FLORENTINO, Manolo, JUCÁ, António Carlos e CAMPOS, Adriana, Vitória, EDUFES, 2014, pp. 13-23

SILVA, Marley Antonia Silva da, *A Extinção da Companhia de Comércio e o Tráfico de Africanos para o Estado do Grão-Pará e Rio Negro (1777-1815)*, Pará, IFCH-UFP, 2012

SILVEIRA, Luís Espinha «Aspetos da evolução das finanças públicas portuguesas (1800-1827)», in *Análise Social*, vol. 23 (3), 1987, pp. 505-529

SILVER, Allan «Friendship in commercial society: eighteenth-century social theory and modern sociology», in *American Journal of Sociology*, vol.95, nº6, 1990, pp.1474-1504

SMITH, David Grant, *The mercantile class of Portugal and Brazil in the seventeenth century: a socio-economic study of the merchants of Lisbon and Bahia, 1620-1690*, Michigan, University Microfilms International, 1985

STOBART, John, «Information, Trust and Reputation» in *Scandinavian Journal of History*, n°30:3-4, 2005, pp.298-307

STUDNICKI-GIZBERT, Daviken, «Interdependence and the Collective Pursuit of Profits: Portuguese Commercial Networks in the Early Modern Atlantic» in CURTO, Diogo Ramada, & MOLHO, Anthony, (org.) *Commercial Networks in the Early Modern World*, Florence, European University Institute, 2002

SUBRAHMANYAM, Sanjay, *The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700. A political and Economic History*, London e New York, Longman, 1993

SUBRAHMANYAM, Sanjay, *An Expanding World. The European Impact on World History, 1450-1800. Merchant Networks in the Early Modern World*, vol. 8, Hampshire, Variorum, 1996

SUBRAHMANYAM, Sanjay, «On World Historians in the Sixteenth Century» in *Representations*, vol.91, n°1, University of California Press, 2005, pp.26-57

TRACY, James D., *The Political Economy of Merchant Empires. State Power and World Trade, 1350-1750*, Cambridge, Cambridge University Press, 1991

TRIVELLATO, Francesca, «Jews of Leghorn, Italians of Lisbon, and Hindus of Goa: Merchant Networks and Cross-Cultural Trade in the Early Modern Period» in CURTO, Diogo Ramada, & MOLHO, Anthony, (org.) *Commercial Networks in the Early Modern World*, Florence, European University Institute, 2002

TRIVELLATO, Francesca, *The Familiarity of Strangers. The Sephardic Diaspora, Livorno, and Cross-Cultural Trade in the Early Modern Period*, London, Yale University Press, 2009

VANNESTE, Tijl, *Commercial Culture and Merchant Networks: Eighteenth-Century Diamond Traders in Global History*, Florença, European University Institute, 2009

VANNESTE, Tijl, «Money Borrowing, Gold Smuggling and Diamond Mining: An Englishman in Pombaline Circles» in *e-JPH*, Vol.13, n°2, 2015, pp. 80-94

VIEIRA, Izabel Gonçalves, «As artes de governar o Brasil no período Pombalino», in *Revista 7 Mares*, Rio de Janeiro, UFF, 2014, pp.98 a 116

WEBER, Max, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Lisboa, Presença, 1987

XIMENES, Cristiana Ferreira Lyrio, *Bahia e Angola: redes comerciais e o tráfico de escravos 1750-1808*, Rio de Janeiro, UFF, 2012

ZIJLSTRA, Suze, «To Build and Sustain Trust: Long-Distance Correspondence of Dutch Seventeenth-century Merchants» in *Dutch Crossing*, vol.36, nº2, 2012, pp.114-131

Apendixe A: Árvore Genealógica
de Jacinto Fernandes Bandeira

